



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ANANINDEUA
FACULDADE DE HISTÓRIA – FAHIS

MARLISON SOUZA MORAES

**“O AMOR QUE OUSA DIZER O SEU NOME”:
História e Homoerotismo na Amazônia em “Olho de
Boto” (1967-1985)**

ANANINDEUA – PA

2022

MARLISON SOUZA MORAES

**“O AMOR QUE OUSA DIZER O SEU NOME”:
História e Homoerotismo na Amazônia em “Olho de
Boto” (1967-1985)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Faculdade de História da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Ananindeua, como requisito final para a obtenção do título de Licenciado pleno em História.

Orientador: Wesley Oliveira Kettle.

ANANINDEUA – PA

2022

MARLISON SOUZA MORAES

**“O AMOR QUE OUSA DIZER O SEU NOME”:
História e Homoerotismo na Amazônia a partir do livro
em “Olho de Boto” (1967-1985)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Faculdade de História da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Ananindeua, como requisito final para a obtenção do título de Licenciado pleno em História.

Orientador: Wesley Oliveira Kettle.

Aprovado em ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Professor Dr. Wesley Oliveira Kettle - UFPA (Orientador)

Professor Dr. Alexandre Rodrigues da Silva Nunes - IFAP

Professor Dr. Wesley Garcia Ribeiro Silva - UFPA

Dedico esse trabalho a meus pais, Vera e Ari. Sou imensamente grato por todo o apoio e amor que deram para a minha pessoa ao longo de minha trajetória acadêmica. Em cada uma dessas linhas seguintes eles estão lá.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a meu orientador, Wesley Oliveira Kettle, por todo o incentivo desde o início dessa pesquisa, pois sem as suas excelentes orientações, os seus conselhos, seu carinho e a sua amizade eu jamais teria conseguido finalizar essa etapa tão importante da minha vida. Aprendi com ele que o lado mais sensível da história é talvez um dos mais importantes de serem ensinados, porque é isso que no final nos marca.

Sou eternamente grato também a minha família, em especial a minha mãe Vera Moraes por todo o esforço no qual ela fez para que realizasse o sonho de ter dois filhos formados por uma Universidade pública e Federal, sonho esse que agora posso dizer que concretizado. A meu pai, Ari Moraes, por também todo empenho junto a minha mãe para que eu e meu irmão pudéssemos ter uma formação de qualidade e certamente um futuro cheio de melhores oportunidades. A meu irmão, Marlon Moraes pela inspiração e igualmente incentivo na caminhada acadêmica que compartilhamos juntos no decorrer de duração de nossos cursos. Os amo profundamente.

Não poderia deixar de agradecer também as maravilhosas amizades que fiz ao longo desses 4 anos de duração do curso, sobretudo a Adriana Moura, Agner Reis, Dilane Cavalcante, Izabela Nascimento, Laura Baía, Layse Fernanda, Matheus Nascimento e Vinícius Campos. Definitivamente a amizade, os ensinamentos e o suporte de vocês a minha pessoa nos momentos mais difíceis foram essenciais para que hoje eu conseguisse estar nesse lugar tão importante. Levarei comigo para sempre as lembranças dos momentos que construímos juntos, desde os mais engraçados até aos mais tristes, isso é a vida e sou grato por ter compartilhado um pedaço da minha com vocês.

A meus amigos e amigas de longa data, entre eles Emerson Cunha, Geovane Araújo, Adriele Leal, Emilly Vasconcelos e Gabriela Brasil pelo amor, carinho e suporte de sempre. Alguns eu conheço desde criança, outros desde a adolescência, mas durante todos esses anos de amizade absolutamente uma coisa de qual não nos restringimos foi sonharmos juntos e carregarmos conosco o imenso desejo de sermos e vermos cada um felizes a partir de nossas escolhas. Amo muito todos e todas vocês, isso não seria possível sem a presença de vocês na minha vida.

A todas as pessoas LGBTQIA+ que vieram antes de mim que com suas lutas e resistências auxiliaram para que esse momento fosse possível. Meu coração transborda de alegria e orgulho.

“O amor se torna maior e mais nobre na calamidade”

Gabriel García Márquez

RESUMO

A seguinte monografia busca utilizar-se da literatura “Olho de Boto” (2015) como fonte histórica para o entendimento sobre de que forma o romance aborda a questão do homoerotismo na Amazônia durante o período de ditadura civil militar. O enredo da história representado pelo casamento ocorrido entre os dois personagens da narrativa, Inajá e Inajacy, em 1967 no interior da floresta amazônica, é encarado na investigação desse estudo como um caminho viabilizador para o entendimento de como o Estado governado pelos militares no contexto usaram da força repressora para impedir a união homoafetiva e as sexualidades de sujeitos amazônidas que consideravam-se como “homossexuais”. Para isso, os conceitos norteadores utilizados para a elaboração de ideias do trabalho correspondem pelo de “Representação” desenvolvido por Roger Chartier (1990) e o de “Homoerotismo” discutido por Jurandir Freire Costa (1992). A metodologia desenvolvida correspondeu às próprias descrições presentes na literatura que dão conta de apresentar a comunidade leitora acerca do casamento homoerótico realizado em fins da década de 1960 na Amazônia, destacando principalmente a constituição do romance das personagens e a reação por parte da sociedade conservadora espelhada diretamente pelo regime de ditadura civil militar da região. Nesse sentido, como resultado do trabalho, percebeu-se que a obra aborda a temática a partir de uma linguagem de defesa da liberdade e do amor, ao passo em que também mostra a repressão cometida pelos militares contra os homoafetivos do período, sendo essa mais uma face autoritária do regime ditatorial brasileiro. O romance ajudou a entender, portanto, não apenas o debate sobre a temática, mas acima de tudo a complexidade desse mundo.

Palavras-Chave: Amazônia, Ditadura Civil Militar, História, Homoerotismo, Literatura.

ABSTRACT

The following monograph seeks to use the literature “Olho de Boto” (2015) as a historical source to understand how the novel addresses the issue of homoeroticism in the Amazon during the period of civil-military dictatorship. The plot of the story represented by the marriage that took place between the two characters of the narrative, Inajá and Inajacy, in 1967 in the interior of the Amazon rainforest, is seen in the investigation of this study as a viable way to understand how the State governed by the military in the context used of the repressive force to prevent the homosexual union and the sexualities of Amazonian subjects who considered themselves as “homosexual”. For this, the guiding concepts used for the elaboration of ideas of the work correspond to the one of “Representation” developed by Roger Chartier (1990) and the one of “Homoerotismo” discussed by Jurandir Freire Costa (1992). The methodology developed corresponded to the descriptions present in the literature that present the reading community about the homoerotic marriage carried out in the late 1960s in the Amazon, highlighting mainly the constitution of the characters' romance and the reaction on the part of the conservative society directly mirrored. by the region's civil-military dictatorship regime. In this sense, as a result of the work, it was noticed that the work approaches the theme from a language of defense of freedom and love, while also showing the repression committed by the military against homoaffectives of the period, this being more an authoritarian face of the Brazilian dictatorial regime. The novel helped to understand, therefore, not only the debate on the subject, but above all the complexity of this world.

Keywords: Amazon, Civil-Military Dictatorship, History, Homoeroticism, Literature.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Encaminhamentos da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça.....	67
--------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI-5	Ato Institucional Número 5
CENIMAR	Centro de Informações da Marinha
MRE	Ministério de Relações Exteriores
SNI	Sistema Nacional de Informações
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1: HISTÓRIA, LITERATURA AMAZÔNICA E HOMOEROSTIMO EM “OLHO DE BOTO”	15
1.1. História, Literatura e Perspectivas Homoeróticas.....	18
1.2. “Inacha”: Espelho Cultural Amazônico.....	29
1.3. Inajá e Inajacy, a história de um romance homo(ama)zônico	44
CAPÍTULO 2: A TINTA LITERÁRIA E AS PÁGINAS EM BRANCO DE UMA HISTÓRIA RECENTE: A REPRESSÃO ÀS HOMOSSEXUALIDADES E A DITADURA CIVIL MILITAR.....	56
2.1. “Contra a Moral e os Bons Costumes”: A Opressão Invisibilizada aos Homossexuais na Ditadura (1964-1985).	60
2.2. O amor que Ousa dizer o seu nome: homoafetividades amazônicas em tempos repressivos a partir da literatura “Olho de Boto”	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
REFERÊNCIAS	97

INTRODUÇÃO

A seguinte história preste a ser contada a você caro (a) leitor ou leitora, corresponde a uma história, sobretudo, de amor. Mas adianta-se logo que não é qualquer romance, desses comuns de se ler, ver e ouvir por aí, pois há perspectivas muito interessantes de serem analisadas sobre essa história que a torna de um caráter único, nunca vista anteriormente, seja na realidade em que se costuma viver ou nos caminhos que atravessam os campos da ficção para onde alguns refugiam-se ao ser necessário. Quando fala-se em “amor” certamente existem algumas pré-noções que surgem a cabeça ao imediatamente inteirar-se dessa palavra, uma vez que a todo tempo ela está sendo representada sobre as mais diversas formas e apropriações entre aqueles que possuem a sorte de uma vez na vida ou constantemente de serem afetados, no sentido de afeto, por esse sentimento.

Como considerações introdutórias desse trabalho, antes de falar sobre o tema em si, gostaria de começar falando sobre os motivos pelos quais me fizeram escolher por pesquisar essa temática, um tanto audaciosa, eu reconheço. Uma primeira justificativa em geral a essa escolha seria a necessidade que me surgiu, ainda nos anos iniciais do curso de História, já atento, portanto a alguns debates historiográficos, de tentar enveredar por um caminho ainda pouco percorrido pelos campos da história, o qual por sua vez, desse conta de responder aos questionamentos surgidos em relação às problemáticas que foram aparecendo à medida que eu me confrontava com novas leituras, novos debates e referências, mas sempre tendo como norte e levando em consideração a literatura amazônica que uso como fonte. Mas antes de falar mais precisamente sobre essas questões, acho necessário voltar um pouco antes no tempo.

Desde antes, isto é, anteriormente a minha aprovação no curso de Licenciatura em História, sempre fui um sujeito muito interessado no mundo da leitura, sobretudo dos livros literários que de certa forma deixaram suas marcas no mundo. Adentrei no curso muito cedo, com apenas 16 anos de idade, mas com muita convicção de quem era e do queria, e uma dessas certezas era justamente a minha paixão por literatura, arte e pela discussão envolvendo gênero e sexualidade que, com o passar dos semestres, vi que eram áreas de estudos que dialogavam bastante com a ciência histórica. As primeiras disciplinas, aquelas que auxiliam o nosso entendimento acerca da função do historiador e da historiadora em sociedade, certamente foram à base para que eu pudesse entender a razão pela qual estava sendo preparado como profissional, mas foi na disciplina de “História da Amazônia Oitocentista”,

ministrada pelo professor no qual futuramente seria meu orientador, pude ter a oportunidade de perceber e unir as minhas duas grandes paixões, a História e a Literatura.

A partir dessa experiência que encaro como uma das mais significativas no decorrer da minha formação como pesquisador e futuro professor, pude perceber com mais clareza como trabalhar com esses dois campos de conhecimento, fazendo com que levasse isso inclusive para a escolha da temática que elaboraria para meu trabalho de conclusão de curso. Através desses ensinamentos, fiz uma minuciosa pesquisa na internet sobre as obras literárias que por meio de seus escritos apresentassem uma história de amor envolvendo dois homens e para minha surpresa encontrei uma que trazia na sinopse do livro a informação de que a narrativa ali trabalhada correspondia a um casamento homossexual ocorrido em 1967 no interior da floresta amazônica, quando a região estava sob a égide do recém-implantado regime de ditadura militar. Meu pensamento imediatamente foi: “preciso pesquisar mais sobre isso, pois é um assunto que pouco se ouve falar por aí e que pode abrir a possibilidade de importantes debates em torno do tema”.

Conforme fui me aprofundando na discussão, senti a necessidade de comprar a versão do livro físico, onde não o encontrei na internet, mas sabia que ele estava disponível em uma famosa rede de livrarias em Belém, entretanto, só fui de fato ter ele em mãos com a notícia de que essa mesma livraria estaria com um estande de algumas das obras vendidas por ela na “Feira Pan-Amazônica do Livro” de 2019, um evento anual que ocorre em Belém com o objetivo da divulgação da leitura e do fortalecimento da história e cultura local. Ao chegar lá, deparei-me com ninguém menos do que o próprio autor do livro do qual eu estava interessado em analisar e essa experiência foi de muita felicidade para mim como pesquisador iniciante que era no período. Conversei com ele, falei das minhas intenções em utilizar seu livro como fonte histórica para meu TCC e ainda ganhei um exemplar da obra autografada com o endereço de e-mail do escritor caso me surgissem eventuais dúvidas acerca da narrativa.

Por mais que seja de caráter bastante amplo, a proposta da seguinte pesquisa busca entender sobre de que forma a literatura em questão me informa sobre o homoerotismo na Amazônia durante o período de Ditadura Militar no território amazônico, quais as principais formas de resistências empreendidas, as forças repressoras utilizadas pelo Estado e pela sociedade contrários a união homoafetiva dos dois rapazes, além da própria perspectiva histórica e cultural da Amazônia que por sua vez contribuiu de forma significativa para a construção da identidade dos sujeitos viventes do território onde a história se desenrola. Os autores, as autoras e as referências escolhidas enquadram-se como aquelas em que mais tenho conhecimento no que diz respeito aos debates teóricos e metodológicos realizados sobre a

temática até então e que ao mesmo tempo me auxiliaram na construção das ideias desse trabalho.

Nesse sentido, o teórico que predomina nessa pesquisa corresponde ao autor Roger Chartier cujo historiador possui trabalhos de suma importância, sobretudo entre os campos de diálogo entre a história e a literatura, que contribui para a construção desse trabalho onde o principal conceito utilizado volta-se para o de “representação”, elaborado pelo intelectual mediante a produção de sua obra “A História Cultural: entre práticas e representações”, publicada no ano de 1990. Além disso, segundo o autor, esse respectivo termo desenvolve-se quando os indivíduos viventes em sociedade produzem os seus próprios meios de significação para o mundo social o qual estão inseridos. Em detrimento disso, esse processo formulado pelos sujeitos é permeado de interesses e diz respeito aos anseios e estratégias de um determinado grupo social para com as lutas envolvendo as suas formas de representações no meio social em que vivem e de qual fazem parte.

O primeiro capítulo procura fazer uma apresentação da obra literária usada como principal fonte, o qual surge no trabalho de forma detalhada em relação aquilo que mais chama atenção no decorrer do processo de leitura do livro. O debate em torno dos diálogos entre História e Literatura e as suas possibilidades de aproximações e abordagens, bem como as concepções homoeróticas elaboradas em algumas literaturas consideradas como clássicas, fazem parte da discussão proposta por esse capítulo. Além disso, nessa parte da pesquisa em específico há também um espaço reservado para a descrição do próprio lugar onde as personagens na história apresentam as suas subjetividades, isto é, a Amazônia de fins da década de 1960, cujas heranças culturais e históricas de povos formadores da região, sobretudo indígenas e negros, mediante a religião, a culinária e o relacionamento com a natureza compõe-se como uma das principais formas de representação não somente direcionada para a apresentação da história do território, mas assim como também particularidades que constituem os sujeitos viventes da comunidade no interior da floresta amazônica. Ao passo em que existe ainda uma determinada preocupação em torno do discurso literário analisado em chamar atenção para alguns problemas sociais encontrados na comunidade. Por fim, a última parte do capítulo é reservada para a elaboração da história das duas principais personagens da narrativa que resolveram afirmar o seu amor em um local e um período de pouca abertura a união de duas pessoas do mesmo sexo.

O segundo capítulo objetiva abordar acerca do contexto ditatorial amazônico levando em consideração o impacto que o sistema ocasionou contra os sujeitos situados no respectivo tempo que consideravam-se enquanto “homossexuais”. Parte-se do princípio de que existe um

certo tipo de problemática direcionada para a falta de pesquisas em relação a esses estudos por parte da historiografia, onde a literatura desse modo ajuda nas respostas dos questionamentos levantados sobre esses impactos. A primeira parte do capítulo configura-se como uma revisão histórica sobre o contexto da ditadura a partir do foco de análise das sexualidades “dissidentes” do período, as quais eram encaradas por parte do discurso opressor e conservador da sociedade do período como uma verdadeira afronta a moralidade e aos “bons costumes”. A última parte do trabalho, portanto, propõe utilizar-se da forma como a literatura apresenta a comunidade leitora sobre o regime de ditadura militar e as repressões desferidas contra o casamento homoafetivo das duas personagens que resolveram reafirmar o seu amor no meio da floresta amazônica mesmo com todas as tentativas de impedimento dessa decisão.

Inajá e Inajacy me auxiliaram, dessa forma, para a compreensão da maneira como o homoerotismo amazônico organizou-se a partir da temporalidade voltada para o regime de Ditadura Civil Militar e ao longo de todo o trabalho igualmente eles constituem-se como as tintas que coloriram os espaços em branco deixados pelos silenciamentos em torno da temática em questão.

CAPÍTULO 1: HISTÓRIA, LITERATURA AMAZÔNICA E HOMOEROSTIMO EM “OLHO DE BOTO”

Quantas vezes na história ou na literatura foram apresentadas aos sujeitos à descrição a partir de um determinado enredo, através de uma específica fonte o grande acontecimento norteador da narrativa que representasse e constituísse a celebração do amor de dois rapazes? A consumação da relação de duas pessoas do mesmo sexo por meio da decisão de um casamento? Um romance entre dois homens atravessado pela própria história do lugar, marcado por sua natureza, por seus rios, e pela diversidade e herança cultural indígena? A estruturação e reivindicação desse relacionamento mediante a instauração de um sistema opressor e conservador comandado por militares e apoiado por uma parcela da sociedade civil onde havia pouca abertura para o reconhecimento dessa maneira de amar? É muito provável que as respostas que surjam por intermédio dessas perguntas direcionem-se para “nenhuma” ou “quase poucas” e isso mostra a importância de se escrever sobre esses assuntos que são silenciados justamente pelo pouco interesse de se discutir acerca desse tipo de configuração do amor em sociedade.

As abordagens citadas anteriormente estão presentes nas linhas que se seguem da literatura amazônica “Olho de Boto” (2015), onde o foco principal da história preocupa-se em detalhar as trajetórias percorridas envolvendo o romance dos dois rapazes amazônidas que decidiram se casar no final da década de 1960, mais precisamente em 1967, quando recentemente havia promulgado-se o regime de ditadura pelos militares na região. Dessa forma, o objetivo desse trabalho é o de promover um debate acerca da homossexualidade na Amazônia utilizando-se para isso da literatura como principal fonte e meio de entendimento a respeito da forma como essa perspectiva é escrita na obra através do tempo. O livro em questão produzido pelo autor cametaense Salomão Larêdo¹ aborda como enredo norteador o casamento ocorrido entre dois homens na comunidade de “Inacha”, nome fictício criado pelo escritor para situar seus leitores e leitoras acerca da localidade cujos trâmites matrimoniais e demais acontecimentos ambientam-se. Segundo a narrativa do livro, o povoado na história

¹ Salomão Larêdo é literato, poeta, professor e jornalista paraense. Nascido na região do Baixo Tocantins paraense transitou durante a juventude entre as cidades de Cametá, Mocajuba e Tucuruí, principalmente para concluir seus estudos, antes de se mudar efetivamente para Belém. São essas, inclusive, as regiões em que o autor irá se inspirar para escrever as suas obras, dando vida a uma Amazônida marcada pelas questões históricas e culturais formadoras do território. Além do romance “Olho de Boto” (2015), o literato também possui vastos livros nos quais fala através de uma linguagem de defesa da liberdade sobre uma região amazônica ainda pouco estudada. Dentre os quais destacam-se “Cabaré dos Bandidos” (1989) e “As Icamiabas: lenda das amazonas paiz das pedras verdes” (2017).

localiza-se próximo ao território da cidade de Cametá, no interior do Pará na região do Baixo Tocantins, e o contexto histórico em que as personagens da literatura apresentam a sua voz e reivindicam o seu amor direciona-se para o regime de Ditadura Civil Militar implantado na Amazônia na segunda metade do século XX pelos agentes militares.

Desde o início da narrativa o responsável pela escrita do livro deixa claro que em grande medida o registro de inspiração para a elaboração da trama da história surgiu em meio aos próprios acontecimentos oriundos da realidade, no qual a consumação do casamento entre os dois rapazes, que na obra é mobilizado entre as personagens de Inajá e Inajacy, realmente sucedeu-se de acordo com a fonte jornalística que é divulgada logo das primeiras páginas do romance contendo as informações sobre a ocorrência do relacionamento dos dois sujeitos. Entretanto, as análises feitas sobre esse acontecimento serão direcionadas por meio da forma como a literatura apresenta o seguinte evento em suas páginas no tempo ao longo de seu discurso fictício.

Assim, a primeira parte dessa pesquisa está organizada em três momentos específicos que buscam desenvolver as argumentações e os interesses de investigação da temática a qual estão situadas na obra literária. Inicia-se falando sobre as relações entre as ciências da História e Literatura onde a pretensão da ótica de análise dirige-se para as possíveis aproximações a serem realizadas entre esses dois campos de estudos. Aqui parte do pressuposto de que os debates em torno dessas duas áreas de pesquisa já estão consolidados em sociedade e que contribuem, assim como as demais fontes históricas existentes, para a interpretação de uma dada sociedade em uma determinada temporalidade. Para isso, a monografia utiliza-se de teóricos da história que percebem a importância da ponte interdisciplinar de diálogos mobilizados entre esses estudos, como Marc Bloch, Roger Chartier, Sandra Pesavento e Antonio Celso Ferreira.

Ao passo em que, atrelada a essas questões, está vinculada também a necessidade de discorrer acerca das obras literárias brasileiras que em seus devidos tempos, ou seja, ao longo do final do século XIX e início do XX, apresentaram para a sociedade temas envolvendo o homoerotismo entre as suas personagens para que assim possa-se fazer um debate teórico através da literatura juntamente com a temática do homoerotismo em comparação com o livro amazônico *Olho de Boto*.

Em seguida a essas abordagens, existe também a intensão de desenvolver uma linha de entendimento que caracteriza-se pela necessidade de apresentar o próprio lugar no qual as personagens do romance exibem as suas particularidades, sejam elas sociais, políticas ou culturais. Essa localidade situa-se no interior da floresta amazônica na comunidade fictícia

denominada de “Inacha” e nesse sentido, essa parte da pesquisa busca apresentar a importância de mostrar quem são esses sujeitos trabalhados na história, como se organizam em sociedade, como é o seu cotidiano e principalmente, quais são os problemas sociais encontrados nesse local, pois o autor da obra ao mesmo tempo em que descreve acerca dos aspectos culturais da região, igualmente faz isso demonstrando através do livro as problemáticas sociais presentes, principalmente aquelas representadas através da violência, no povoado que afetam diretamente os sujeitos mais vulneráveis a ataques opressores de uma parte da comunidade que não respeitam as diferenças.

Dessa maneira, Inacha configura-se como um espelho cultural amazônico, onde os acontecimentos desenvolvidos na literatura ficcional podem ser encontrados na própria realidade dos povos viventes da Amazônia e que ao mesmo tempo representa o caráter cultural presente ao longo do processo de constituição histórico e social desse território, marcado principalmente pela herança cultural indígena e de demais povos tradicionais e formadores da região.

Por fim, procura-se trabalhar de forma mais detalhada a própria problemática da pesquisa, isto é, de que maneira o livro a partir da temporalidade inspirada para a sua produção informa a quem lê sobre o homoerotismo na Amazônia durante o período de ditadura civil militar, perspectiva essa que será trabalhada no segundo capítulo desse trabalho de forma mais precisa estudando o respectivo contexto histórico e de como isso está posto na obra por meio das opressões praticadas contra os sujeitos que identificavam-se como “homossexuais”. Para isso, a utilização do enredo dos dois principais personagens da narrativa que resolvem se casar, Inajá e Inajacy, é o foco central da discussão desse segmento, onde pretende-se mostrar as subjetividades que compõe esses dois personagens, bem como a forma de amor dos dois.

Desse modo, essas são as questões principais mobilizadas ao longo dos tópicos que se seguem a partir da construção das investigações da pesquisa e de sua temática nesse primeiro capítulo. O romance entre os dois rapazes constituem-se, assim como o livro, a estrela guia no meio da escuridão de vários questionamentos que surgiram por meio da leitura dessa sensível narrativa. Será possível produzir um trabalho de história tomando como ponta pé inicial o romance entre dois sujeitos viventes da grande Amazônia por meio de uma obra literária? Esse é um questionamento válido de ser feito, justamente porque é a história de amor desses dois indivíduos que irá auxiliar em boa parte das linhas que procuram construir uma possível definição de estudos acerca de como a literatura mediante a sua escrita no tempo nos informa sobre a homossexualidade na Amazônia em tempos repressivos.

1.1. História, Literatura e Perspectivas Homoeróticas

Muito antes das revoluções de gênero e das manifestações LGBTs ganharem cada vez mais espaço na sociedade brasileira, isto é, no final da década de 1960, um acontecimento um tanto quanto inusitado, considerado até mesmo inédito, chamou a atenção da população de uma das cidades mais importantes do Estado do Pará ainda em meados do século XX. O motivo de tanta agitação que posteriormente seria convertido em práticas autoritárias por parte de uma parcela de sujeitos era o fato de dois homens, no interior da floresta amazônica, decidirem se casar tempos antes de a discussão sobre as uniões homoafetivas serem debatidas. Inajá e Inajacy, ao longo do contexto histórico de ditadura civil militar em 1967 resolveram firmar o seu romance através de uma cerimônia de casamento, em que o primeiro iria trajado com vestes de noivo e o último usaria uma vestimenta que é, para algumas pessoas, o maior símbolo desse momento de celebração, isto é, um vestido de noiva.

Contudo, ao se darem conta de que a festa matrimonial na verdade correspondia a um romance homoerótico, os moradores e moradores da comunidade de Inacha, localizada as proximidades da cidade de Cametá na Amazônia, reagiram de uma maneira não receptiva a esse acontecimento, sendo os dois sujeitos inclusive, submetidos a formas repressoras de punição por parte das autoridades militares do regime da ditadura e também mediante a uma parte da sociedade conservadora da comunidade local.²

O fato narrado anteriormente diz respeito ao próprio enredo criado pela literatura amazônica “Olho de Boto” (2015), escrita por um literato cametaense que, a partir das linhas fictícias de sua composição, apresenta a história de dois sujeitos oriundos de um dos territórios da Amazônia, mais precisamente localizado na região do Baixo Tocantins, que resolveram se casar para celebrar o seu romance. O livro passa então a narrar à história de amor dos dois rapazes numa comunidade e num período que havia pouca ou quase nenhuma janela de abertura para esse tipo de debate relacionado para o vínculo afetivo entre duas pessoas do mesmo sexo e nesse sentido a obra utiliza-se dos usos da temporalidade e dos acontecimentos da realidade para embasar as suas construções de ideias. O marco temporal onde a narrativa desenrola-se é voltado para o contexto de segunda metade do século XX, particularmente em meados dos anos de 1967 quando o povoado amazônico em que os acontecimentos são desenvolvidos estava sob a égide da decretação recentemente implantada

² FOLHA VESPERTINA. “Dois homens se casam, em Cametá”. Belém, 28 de dezembro de 1967.

do regime de ditadura civil militar promulgado pelos agentes que trabalhavam diretamente para o sistema e que foram um dos principais responsáveis pelo impedimento do casamento das nossas duas personagens homoeróticas da história.

Inajá e Inajacy, os dois principais personagens da narrativa trabalhada, constituem-se como dois sujeitos que foram formados e são formadores do território amazônico, uma vez que as suas manifestações culturais e a própria estruturação do romance homoerótico do casal corresponde em grande medida ao entendimento de como a história da Amazônia ao longo do final da década 1960 estava organizada em relação ao tempo. A história de amor envolvendo os dois rapazes possibilita o entendimento, inclusive, não apenas da história da Amazônia a partir desse respectivo período, mas ao mesmo tempo amplia a compreensão sobre como as sexualidades consideradas como “dissidentes”, sobretudo as homossexualidades, coexistiram numa temporalidade de profundas repressões a existência desses sujeitos. Dessa forma, história e literatura se unem nesse trabalho para os possíveis caminhos de interpretação em relação a essas problemáticas levantadas ao longo do processo de investigação da temática.

Quando, em 1949, publicava-se o livro inacabado de Marc Bloch que posteriormente viria a ser o mais célebre trabalho do autor “Apologia da História, ou o ofício do historiador”, em grande medida ele estava escrevendo em sua respectiva época sobre os anseios acerca das funções da ciência histórica, assim como o próprio papel que o historiador desempenhava através de seu trabalho na sociedade. Quando o seu filho pequeno lhe faz a seguinte interrogação “papai, então me explica para que serve a história?” (BLOCH, 2001, p. 41) o autor nos diz que naquele momento a resposta que acabara dando para a criança talvez tenha sido ingênua demais frente a necessidade de elaboração de um argumento mais complexo para o nível de reflexão da pergunta.

Foi, portanto, a partir desse episódio vivido pelo historiador que se escrevera, certamente, um dos livros mais clássicos da historiografia mundial que auxiliou os estudos seguintes a respeito da construção da história como uma ciência, além das reflexões provenientes da concepção do que seria “fonte histórica” para o século XX. Segundo Bloch, quando um historiador é chamado para prestar contas, isso não é feito antes de um estremeamento interno por parte daquele profissional, uma vez que essa ação é carregada de responsabilidades para com a sociedade e também para o ofício dos historiadores (BLOCH, 2001).

Em uma determinada passagem onde o autor inicia a sua argumentação por meio de questionamentos do seu filho que, mais a frente, tornar-se-iam também os seus ele afirma que “nossa arte, nossos monumentos literários estão carregados dos ecos do passado, nossos

homens de ação trazem incessantemente na boca suas lições, reais ou supostas” (BLOCH, 2001, p. 42). Nesse sentido, há um debate de suma importância a ser travado em detrimento a essas ideias de Bloch, pois as artes, assim como a literatura, são áreas do conhecimento que proporcionam à história uma nova forma de olhar e perceber os acontecimentos históricos no tempo. Juntamente com Lucien Febvre, Bloch era defensor de novas formas de abordagens da investigação histórica, o qual os escritos de cunho literário estavam incluídos nesse ponto de vista. Entretanto, por mais que haja uma enorme quantidade de estudos voltados para as análises históricas no tempo, dentro da própria historiografia ainda persistem alguns silenciamentos sobre os questionamentos surgidos em meio aos anseios dos pesquisadores e pesquisadoras em relação a seu tema de investigação.

As temáticas deste trabalho voltam-se para as questões ligadas a sexualidade, mais precisamente ao “homoerotismo” no contexto de ditadura civil militar (1964-1985) no território amazônico. Para isso, a literatura como uma outra expressão artística, aqui também é utilizada como a principal fonte junto da história, norteadora das problemáticas que correspondem a estruturação desse trabalho. O livro literário que inspirou a criação das ideias que serão postas aqui ao longo das páginas corresponde por “Olho de Boto (2015)”, escrito pelo autor amazônida Salomão Larêdo cuja abordagem da história direciona-se para um casamento que ocorreu entre dois homens no meio da floresta amazônica no regime ditatorial brasileiro.

Em grande medida, ao se falar do período histórico da Ditadura Civil Militar no Brasil, a historiografia carrega inúmeras pesquisas que se debruçaram para a interpretação da atuação dos governos militares no país, bem como as formas repressivas e opressoras de qual eles se utilizaram com o objetivo de manutenção do poder. Em relação à perspectiva amazônica, os recentes trabalhos produzidos na academia mostram a visão que os militares possuíam sobre o território amazônico cujo objetivo direcionava-se para a ocupação exploratória da terra e dos recursos minerais e naturais apenas para o viés capitalista do lucro, apoiado no discurso de “integrar para não entregar” (BATISTA, 2016).

Contudo, apesar de haver um crescimento de pesquisas sobre a ditadura militar, a bibliografia do assunto quase não registra estudos voltados para o impacto que o regime exerceu contra os sujeitos considerados como “homossexuais” cujas suas sexualidades eram vistas como “desviantes” pela ordem social e conservadora instaurada no contexto em questão. Somado a essa perspectiva percebe-se que há “muito pouco”, ou “quase nada”, quando faz-se uma relação entre os conhecimentos da ditadura militar e as sexualidades homoafetivas na Amazônia, debates esse que se fazem presentes na literatura amazônica

“Olho de Boto” (2015) e que ajuda, de certa forma, a responder os questionamentos surgidos por meio da elaboração dessa pesquisa.

Dessa forma, essa pesquisa configura-se como um trabalho de diálogo entre História e Literatura, sendo o primeiro um campo de estudo que percorre os campos da realidade e o segundo uma área de pesquisa que acaba enveredando pelos caminhos da ficção por meio das suas várias viagens. Enquanto que aquele baseia-se no que ocorreu, este representa aquilo que poderia ter sido. O literato e o historiador apresentam o conteúdo histórico de forma diferenciada, pois cada percepção de análise do discurso apresentado tem o seu objetivo, a sua identidade e o seu compromisso próprio. Todavia, o reconhecimento das especificidades de cada abordagem, seja no âmbito literário ou historiográfico, não impede que as particularidades das narrativas possam ser estabelecidas e entrecruzadas entre as fronteiras de campos de saberes, seja da literatura ou da história uma vez que tanto o texto histórico, como o literário, compartilham de um projeto similar de interpretação das realidades humanas, seja na sociedade ao longo do tempo ou na ficção. Pois, “o diálogo com a literatura nos possibilita sondar outros terrenos de linguagem, construídos em torno de outros fazeres interpretativos e de outras experiências narrativas” (PINTO, 1979, p. 67).

Por esse lado, particularmente voltado para a abordagem da literatura “Olho de Boto” (2015), a temática do homoerotismo amazônico durante o contexto militar assume um caráter ímpar em relação aos questionamentos levantados sobre a produção desse trabalho, uma vez que essa abordagem caracteriza-se não somente como a principal narrativa permeada no livro, mas também dos próprios anseios investigativos acerca de como essa sexualidade vista como “desviante” configurou-se no período em meio à repressão do sistema militar na região.

Outrossim, parte-se da ideia de que a Literatura, assim como também a própria historiografia, atuam como representações do social possuindo um importante papel na (des) construção da imagem de determinados grupos sociais, principalmente das mulheres, dos negros, dos indígenas, dos LGBTQIA+ e dos mais pobres. Roger Chartier, através de seus trabalhos relacionados ao campo da História Cultural atribui ao conceito de “representação” o sentido pelo qual os indivíduos criam o seu próprio instrumento de significado para o mundo social. Segundo ele, esse processo de significação é carregado de interesses que correspondem aos anseios e estratégias de um determinado grupo social e para ele as lutas de caráter representativas possuem tanta importância quanto às lutas econômicas para a compreensão de mecanismos pelos quais um determinado grupo impõe aquilo que seria a sua concepção de mundo social, assim como os seus valores e domínios (CHARTIER, 1990). Além disso, as formas representativas são compreendidas como significativas de serem analisadas, visto que

são por meio delas que as sociedades observam a realidade e a partir disso definem a sua existência. Chartier ainda afirma que:

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas (CHARTIER, 1990, p. 17).

Uma das possíveis análises de abordagem da representação pode ser construída através da literatura no sentido que a partir das narrativas criadas por meio da ficção pode-se perceber os discursos que foram escolhidos para serem representados naquela história, quais os sujeitos estão sendo apresentados, a forma pela qual suas subjetividades são trabalhadas e de qual realidade, bem como a cultura, a narrativa inspirou-se para a construção de suas ideias. As aproximações entre a História e a Literatura estão postas para nós no meio social em que vivemos e já possuem um percurso respeitável de debates e trabalhos produzidos, pois os historiadores e historiadoras reconhecem que os textos literários possibilitam múltiplas análises históricas de estíma profundidade para a compreensão de uma sociedade em um determinado tempo. Ademais, nas últimas décadas os textos literários passaram a ser vistos pelos historiadores como materiais que possibilitam diversas leituras, isto é, variadas interpretações e representações para as discussões relacionadas ao entendimento do universo cultural, muito por conta das riquezas de significados e dos valores sociais que esse tipo de fonte carrega consigo mesma (FERREIRA, 2009, p. 61).

Dessa maneira, as vozes historicamente silenciadas desses sujeitos marginalizados socialmente são, por sua vez, abordadas através da literatura de Salomão Larêdo, dado que o autor se apropria das representações e dos costumes locais da Amazônia para construir as personagens da obra, tanto as principais quanto as secundárias. Entretanto, ele às vezes constrói episódios com um certo tom humorístico, geralmente ao relacionar-se aos costumes da população local, mas mesmo que hajam passagens na história de cunho cômico, o autor tece narrativas de denúncia social em relação a acontecimentos que afligem as pessoas da comunidade fictícia de Inacha. Ao fazer isso, o escritor assume ao mesmo tempo uma postura crítica, visto que há ao longo da leitura a apresentação de alguns problemas sociais ocorridos na comunidade imaginária onde acontece a história localizada em “Inacha” no interior da

natureza Amazônia. Essas problemáticas sociais voltam-se para a questão principal do livro em relação ao casamento homossexual, assim como também para questões como violência contra a mulher e a prostituição infantil. Temáticas essas trabalhadas na narrativa que se segue por meio da leitura da obra.

Contudo, a historiografia, por si só, não dá conta de responder sobre os questionamentos surgidos a partir da elaboração do objeto e problemática do tema – sendo estes a homossexualidade na Amazônia no período da Ditadura e a maneira como o livro informa acerca do casamento entre os dois homens na região amazônica no contexto militar de 1967-1985, respectivamente –, já que poucos são os trabalhos que se preocuparam em desenvolver as linhas de compreensão dos estudos envolvendo a temporalidade da Ditadura Civil Militar no Norte do país por meio da lente do homoerotismo. E o campo literário entra, aqui, como uma área de conhecimento que, de certa forma, possibilita as respostas aos anseios que a história ainda não possui.

A partir disso, é necessário que se discuta o que é literatura, pois ela é um fenômeno cultural e histórico e, portanto, passível de receber diferentes definições em distintas épocas por diferentes grupos sociais, pois segundo Roger Chartier “algumas obras literárias moldaram, mais poderosamente que os historiadores, as representações coletivas do passado.” (CHARTIER, 2009, p. 25-42). A literatura de Salomão Larêdo, ao abordar por meio da ficção as histórias da população do interior da Amazônia, assume um papel de representação não apenas das narrativas desses grupos sociais, mas também das próprias subjetividades que os compõe enquanto indivíduos “amazônidas” que carregam em sua bagagem de vida perspectivas interessantes de serem analisadas. Em diálogo a isso, um novo olhar, tanto por meio da literatura, como pelas reflexões sobre o homoerotismo ajudam a própria construção das pesquisas historiográficas ao redor do tema ditatorial e militar do país. Ao passo que auxilia na compreensão dos impactos que o regime teve em grupos considerados como “homossexuais”, sendo aqueles que seguiam o caminho contrário à norma e ordem social estabelecidas no período.

“Olho de Boto” (2015) é o livro base que inspirou as reflexões escritas ao longo desse trabalho, onde em grande medida o objetivo de interesse volta-se para a discussão da homossexualidade na Amazônia durante o regime de Ditadura Civil Militar. O casamento homossexual ocorrido entre os dois principais personagens da história choca toda a população vivente da comunidade amazônica do período, uma vez que não era comum sujeitos considerados “homoafetivos” reafirmarem as suas identidades, principalmente por conta do preconceito e repressão historicamente destinados a esses grupos. Alinhada a essa questão o

próprio aspecto do contexto histórico e militar em território amazônico nos ajuda a entender como se deram as impressões, sobretudo dos ditos “chefes de estado” e da comunidade local, acerca desse evento narrado através da literatura.

Postas essas considerações, ao se falar em “literatura com perspectivas homoeróticas” ou livros literários que trouxeram em suas linhas narrativas envolvendo um romance entre pessoas do mesmo sexo, a literatura brasileira desde períodos longínquos até aos mais contemporâneos difundiu através de seus cânones obras em que a temática do homoerotismo aparecia senão como enfoque principal, ao menos em lugar secundário no universo construído por esses escritores. Ao falar-se em “homoerotismo”, Jurandir Freire Costa esclarece que esse conceito trata-se “da possibilidade que tem certos sujeitos de sentir diversos tipos de atração erótica ou de se relacionar fisicamente de diversas maneiras com outros do mesmo sexo biológico” (COSTA, 1992, p. 22).

Costa ainda diz que sobre o homoerotismo há homens que sentem apenas atração por certas partes do corpo masculino, mas que existem aqueles outros sujeitos que somente sentem afeição e amor por outros homens, sem necessariamente estarem atraídos por eles. E existem aqueles que, ao mesmo tempo, sentem-se atraídos tanto sexualmente como afetivamente, o que torna essa conceituação como permeada por variantes. A vista disso, as obras literárias consideradas como precursoras do debate envolvendo a sexualidade de pessoas homossexuais foram publicadas ainda no final do século XIX e correspondem por “O Cortiço” de 1890 do autor Aluísio Azevedo (1857-1913) e “Bom Crioulo” lançado em 1895 por autoria do escritor Adolfo Caminha (1867-1897) e por meio de ambas as obras, portanto, os literatos apresentam duas relações amorosas envolvendo indivíduos do mesmo sexo. Em Bom Crioulo a trama central gira em torno do relacionamento entre o marinheiro negro Amaro (o Bom Crioulo do título) e o grumete branco e adolescente, Aleixo; Em O Cortiço o olhar homoerótico é exposto por intermédio da relação entre a prostituta Léonie e a impúbere Pombinha.

Embora construídas por ideias fictícias, os respectivos episódios mobilizados ao longo do viés literário são representados de forma bastante verossímil pelos autores em questão, pois como se tratam de obras realistas “a projeção destas situações é de qualquer modo calcada sobre as observações da realidade” (FRY, 1982, p. 35). Aqui, o conceito de representação de Chartier entra mais uma vez como ponto convergente com referência ao debate proposto, uma vez que os discursos da literatura são produzidos justamente através das observações da realidade em que os sujeitos estão inseridos na sociedade, pois são em determinadas condições de contexto, lugar, cultura e relações sociais que o escritor cria seus

mundos de sonhos, utopias e até mesmo desejos e com isso as fontes literárias são apreendidas como uma representação de uma época que comporta, através das descrições do enredo, dos personagens, dos diálogos e das ações, as imagens sensíveis do mundo. (GRECCO, 2014, p. 46).

Nos anos de 1890, pouco antes da publicação de “Bom Crioulo”, divulgava-se no Brasil o romance “O Cortiço” do autor Aluísio Azevedo, sendo este considerado como um dos iniciantes ao naturalismo literário Brasileiro (TREVISAN, 2018, p. 242). Na obra em questão as duas personagens femininas, Léonie e Pombinha possuem uma relação amorosa bastante evidente na história, visto que ela acontece entre a primeira que era uma prostituta e a segunda sendo uma adolescente impúbere. Além disso, é essa mesma relação homossexual que desencadeia a transformação de Pombinha em mulher quando finalmente ela consegue ter a sua primeira menstruação depois de um encontro amoroso entre Léonie. Segundo Peter Fry, a relação das duas personagens ocasiona à inexperiente Pombinha o desenvolvimento da sua consciência enquanto mulher, ao passo em que ela passa a reconhecer a fragilidade, sobretudo sexual masculina, e o autor evidencia que a escrita de Aluísio Azevedo constrói aquilo que se denominaria posteriormente como “qualidades feministas” (FRY, 1982, p. 43).

Cinco anos após a publicação de “O Cortiço”, já em meados dos anos de 1895, final do século XIX, o jovem escritor Adolfo Caminha, grande admirador dos escritos naturalistas de Émile Zola, apresentava para a sociedade do período o romance também de cunho naturalista “Bom Crioulo” cuja narrativa volta-se para a visão homoerótica entre indivíduos do sexo masculino no Brasil. Percebe-se, através da divulgação dessas obras literárias que a partir da década de 1870, os escritores brasileiros “incorporaram-se à luta pela renovação das estruturas sociais e pelo reforço da identidade nacional” (TREVISAN, 2018, p. 242). Tal missão, considerada como “civilizatória”, acabou aproximando o discurso literário do discurso médico do período que no esforço de codificação da marginalidade social por meio da medicina trouxera a tona também, por parte da literatura, temáticas consideradas como “obscuras” pela sociedade da época que, nas páginas de Bom Crioulo, essas questões ficam explícitas quando o autor aborda nas linhas que estruturam o romance os primeiros personagens claramente caracterizados dentro de uma relação homossexual.

Caminha (1895), pela primeira vez na história da literatura brasileira, nos descreve a história de Amaro, um protagonista negro e homossexual e a sua paixão pelo jovem grumete Aleixo. Amaro é um escravo afro-brasileiro fugido que encontra refúgio trabalhando como marinheiro em um navio na marinha do Rio de Janeiro e nesse seu novo ofício pelo mar ele conhece Aleixo, um jovem de olhos azuis e pelas claras que também prestava serviços no

local, por quem Amaro se apaixonou perdidamente. Como marinheiro, ele é obrigado a trabalhar em tarefas pesadas que exigissem dele uma significativa força e resistência para poder concluir as situações o qual é colocado pelos chefes do esquadrão. Entretanto, mesmo com esses episódios opressivos que a personagem passava, nesse lugar ele encontra também a sua própria liberdade, inclusive a sexual, cujo ápice encontra-se quando ele se vê fortemente atraído pela beleza e doçura do garoto de olhos azuis.

O autor narra a consumação desse relacionamento pelas águas da então capital do Brasil no período, onde a trama transcorre talvez por volta dos anos de 1870 quando o país ainda estava sob o período imperial tendo o imperador Pedro II como reinante da nação e embora a construção da relação dos dois rapazes se dê ainda em alto mar, eles criam o seu ninho de amor num quarto alugado na cidade do Rio de Janeiro na Rua da Misericórdia, próxima ao porto da cidade.

A história de amor entre os dois, porém, tem um desfecho trágico, pois Aleixo é seduzido por Carolina à proprietária do quartinho que fora alugado pelos dois marinheiros e segundo o autor descreve ao longo da obra ela seria possivelmente uma ex-prostituta. Ao descobrir sobre o caso do grumete com a dona do estabelecimento, Amaro é possuído por um acesso de fúria cuja consequência dessa ação contribui para que ele mate Aleixo por este tê-lo traído. *Bom Crioulo*, nesse sentido, configura-se como um romance complexo que mobiliza múltiplas noções de raça e sexualidade no Brasil na virada do século XIX para o XX. O próprio título do livro é alusivo de análise, uma vez que ele faz referência direta “às qualidades afáveis do protagonista, reforçando estereótipos pejorativos associados aos afro-brasileiros na época” (GREEN, 1999, p. 83).

A partir do século XX, mais precisamente em meados de sua segunda metade, a literatura brasileira contemporânea concebeu para a sociedade numerosas referências homoeróticas através de seus escritos. Entre esses nomes destacam-se, portanto, as produções de escritores como Jorge Amado, João Guimarães Rosa e Caio Fernando Abreu. Os romances do baiano Jorge Amado, por exemplo, apresentam em suas linhas “bichas populares”, como é o caso do livro “Capitães de Areia” publicado no ano de 1937, que inclusive foi censurado e queimado pela ditadura de Estado Novo do governo de Getúlio Vargas.

Capitães da Areia se tornou uma obra de denuncia social ao contar a história de um grupo de crianças de rua que vivem juntos em um trapiche abandonado, sobrevivendo por meio de pequenos furtos diários em meio a uma população que os enxergam como um problema a ser extinto. Por serem completamente marginalizados perante a sociedade, os meninos de rua logo transformam-se em sujeitos “adulterados”, onde fumam, bebem e iniciam

a sua vida sexual cedo e essa mesma vida de miséria e pobreza acaba os endurecendo. Além disso, há na composição do romance a passagem onde esses indivíduos praticam o ato homossexual entre si, a partir de dois garotos da turma que sentem atração um pelo outro (AMADO, 2009).

João Guimarães Rosa, por sua vez, em sua célebre obra “Grande Sertão: Veredas” de 1956 narra a história do jagunço Riobaldo onde ele ama secretamente seu jovem parceiro de aventuras Diadorim, tendo esse último a sua identidade revelada justamente em sua morte, pois ao desnudar as roupas do amado morto, Riobaldo na verdade vê-se deparado com o corpo de uma mulher e Guimarães Rosa, nesse sentido, constrói várias possíveis reflexões acerca desse episódio, seja o amor de Riobaldo pelo reflexo feminino de um homem, ou o homem pressentido na mulher masculinizada que era Diadorim (ROSA, 2019).

Caio Fernando Abreu, já no *fin de siècle* através de seus contos, entre eles Morangos Mofados lançado em 1982, traz em seus sensíveis contos à história de rapazes sonhadores que procuram na cidade grandes amores e a necessidade de viver as suas sexualidades, mesmo que em ambientes hostis onde o preconceito e os conflitos de subjetividades façam-se presentes nesses sujeitos que amam outros homens (ABREU, 1983).

Visto o exposto, as obras literárias citadas anteriormente estruturam-se como de suma importância para o debate sobre o campo da homossexualidade que travou-se ao longo do tempo na sociedade brasileira. Poucas vezes, no histórico de divulgações da literatura no Brasil, produziram-se narrativas tão corajosas que, a seu tempo e de forma direta, falaram sobre histórias de amores considerados como “proibidos”. Aluísio Azevedo e Adolfo Caminha, assim como os demais autores ao oferecerem para a sociedade brasileira do final do século XIX escritos em que o “homoerotismo” se fazia presente, certamente utilizaram-se de representações da sociedade na qual pertenciam e de vivências como inspiração de suas respectivas obras. Dessa forma, fica evidente que o tema voltado aos relacionamentos homoafetivos na literatura, assim também como na história, foram discutidos, em suas devidas épocas, antes mesmo do estabelecimento e da construção do próprio campo de estudo dessa temática no meio social. E os literatos usaram essas experiências para representar através da arte literária as suas percepções do que seriam as homossexualidades a partir do próprio contexto em que estavam inseridos.

Salomão Larêdo, autor de “Olho de Boto”, também se apropria das percepções da realidade para narrar à trama de sua obra. Todavia, comparando-se as duas literaturas do cânone brasileiro – O Cortiço e Bom Crioulo – o autor, ao firmar as discussões homoeróticas presentes no livro igualmente acaba definindo o próprio lugar de onde essas personagens

falam, ou seja, a Amazônia. Léonie, Pombinha, Amaro e Aleixo, assim como as demais personagens, juntam-se a Inajá e Inajacy como personagens cujo amor visto como “impossível” pelos olhos conservadores da sociedade acabaram firmando-se mesmo que em contextos e perspectivas diferentes. Inajá e Inajacy são considerados, portanto, como sujeitos genuinamente amazônicos que declamam o seu relacionamento dentro do interior da floresta amazônica. O autor apresenta muitas histórias, de diversos pontos de vistas das várias personagens que ele cria para construir o ambiente em questão, isto é, de Inacha, na região amazônica. Contudo, por mais que a narrativa corresponda em grande medida a episódios acontecidos na vida daquela população, o enfoque da narrativa principal direciona-se sobre o casamento entre os dois rapazes na comunidade amazônica sob o regime de ditadura civil militar do período.

1.2. “Inacha”: Espelho Cultural Amazônico

Inacha é um povoado pacato e ordeiro da floresta amazônica, onde ninguém contesta o poder do regime militar recentemente implantado no Brasil. Porém, tudo muda quando um acontecimento grandioso é agendado: dois homens decidem se casar, décadas antes do mundo discutir os relacionamentos homoafetivos (LARÊDO, 2015).

É com esse trecho que Salomão Larêdo, por meio do romance “Olho de Boto” (2015), sintetiza o principal acontecimento narrado por meio da literatura. A trama? Dois homens, em uma comunidade imaginária no interior da floresta amazônica chamada de “Inacha”, decidiram consumir a sua história de amor por meio da realização de um casamento. Mas como seria possível esse acontecimento, se o tempo em que o livro apresenta essa história volta-se para a instauração do regime de ditadura civil militar não permitia a união de duas pessoas do mesmo sexo, pois essa era uma época em que ainda se estava iniciando o debate em relação aos relacionamentos homoafetivos em sociedade?

Apesar de a obra ter sido escrita em um tempo recente, o autor cametaense utiliza-se da literatura e também das inspirações da história, sobretudo dos usos do tempo, para construir a sua interpretação dos fatos do enredo, ou seja, do casamento que ocorreu entre dois indivíduos durante o período da ditadura civil militar implantado na Amazônia por meio da vigência dos governos militares no Brasil no contexto da segunda metade do século XX (1964-1985). E justamente é recorrendo a esse período da história que a literatura construirá as suas abordagens cuja movimentação em torno do povoado de Inacha situa-se ao mesmo tempo em que se é instaurado o regime militar em território amazônico, ao que tudo indica a temporalidade corresponder a meados do fim da década de 1960 e início da década de 1970, mais precisamente em 1967 quando é datado o casamento das duas personagens na comunidade.

O autor, nesse sentido, insere-se naquilo que Fernando Perlatto considera como um “boom” literário no qual segundo ele esse movimento representa um significativo aumento a partir de 2014, muito influenciado pelo cinquentenário do golpe de 1964, de romances literários que abordaram em seu enredo o contexto histórico da ditadura civil militar brasileira (PERLATTO, 2017). As obras publicadas mediante a esse período constituem-se como importantes meios no sentido de possibilitar uma interpretação mais multifacetada de aspectos da ditadura militar, o qual a historiografia por vezes ainda não conseguiu avançar nas discussões (PERLATTO, 2017, p. 728). E se o autor acaba elegendo a luta armada, o apoio de uma parcela da sociedade civil para com o golpe de 1964 e a ditadura instaurada após esse

episódio, assim como o cotidiano e o exílio no período como temas que se sobressaem nas obras publicadas a partir de 2014, é muito provável que Salomão Larêdo por meio de seu romance “Olho de Boto” lançado em 2015 faça parte desses romancistas interessados em produzir romances que apresentem um outro olhar do período ditatorial no país e no caso da obra em questão ela acaba assumindo um interesse ímpar ao tentar falar sobre esse contexto histórico mediante o olhar do homoerotismo na Amazônia da segunda metade do século XX.

Além disso, através da citação escrita inicialmente que apresenta uma pequena sinopse da história abordada na literatura, pode-se perceber que existe uma determinada preocupação do livro em descrever o lugar de onde emergem as subjetividades das personagens que ao longo das linhas de composição do livro manifestam as suas vozes. A declamação do amor dos dois rapazes na narrativa também faz parte da discussão geral promulgada na obra, sendo esse o foco central do livro que inclusive não pode estar dissociado da região na qual as personagens construídas estão ambientadas, pois a todo o tempo as perspectivas da comunidade em questão encontram-se atravessadas pela propícia história do local.

Inacha, por mais que seja um povoado fictício, foi construído tendo como inspiração a realidade da grande e única Amazônia, terra essa que proporciona a seus filhos e filhas e demais sujeitos que se interessam em conhecê-la melhor de perto uma diversidade ímpar no que diz respeito a seus aspectos culturais que são utilizados, portanto, para a estruturação do discurso literário de Olho de Boto. A forte herança cultural indígena, as singularidades da natureza, assim como os problemas sociais vivenciados pelos povos residentes da região são particularidades que saltam aos olhos mediante ao ato de leitura dessa literatura amazônica. Nesse sentido, mais importante do que apresentar os trâmites amorosos de nossos dois principais partícipes da história, tão significativo quanto é elucidar o território em que fora possível ocorrer essa união para que assim possa-se conhecê-lo de maneira mais específica.

Nas páginas que oferecem os caminhos iniciais de trajetória do livro há uma diagnose que caracteriza as pessoas residentes do lugar de onde posteriormente elas irão falar, ou seja, de Inacha, onde autor descreve que “a comunidade – índios, caboclos, roceiros, ribeirinhos, negros, remeiros, lavradores –, reunida no meio do campo de futebol observa, quieta, muda, medrosa, sem voz, sem vez, pasma!” (LARÊDO, 2013, p. 15) Ao escrever sobre a multidão de pessoas que assistiam o casamento de Inajá e Inajacy, o livro proporciona ao público de leitores uma exposição das características gerais desses sujeitos residentes de Inacha, sendo estes historicamente considerados como a população formadora da região amazônica, compostas em grande medida por indígenas, negros e demais comunidades tradicionais da região.

Vicente Salles (1931-2013), importante antropólogo e folclorista paraense, em seus estudos sobre a Amazônia do período colonial enfatiza a importância da população negra na formação da sociedade paraense, segundo ele “a presença do negro na Amazônia constituiu, durante muito tempo, assunto desprezado, em termos da importância insignificante que teria essa mesma presença” (SALLES, 1971, p. 3). O trabalho de Salles, além de clássico, é considerado como um dos precursores que se debruçaram sobre as pesquisas étnicas e raciais envolvendo a contribuição do negro para a construção do território amazônico.

Existe ainda uma análise interessante de ser levada em consideração em relação ao romance no que diz respeito ao perfil dos residentes da comunidade a qual estão inseridos as personagens na narrativa. Assim como é possível afirmar que a história que envolve o romance de Inajá e Inajacy é marcada pelas especificidades que correspondem à constituição da territorialidade onde eles estão inseridos, uma vez que os dois configuram-se como indivíduos amazônidas, a carga histórica do lugar é permeada pela ancestralidade das comunidades tradicionais da Amazônia, especialmente dos povos indígenas, pois a todo tempo na história é mobilizada passagens pela obra que dão conta de mostrar esse caráter étnico e identitário que compõe a própria população plural do Inacha.

A formação do território amazônico, em grande medida, foi influenciada pelas culturas dos indígenas, da população negra e dos portugueses, todavia existem também aqueles demais povos considerados como tradicionais cujas culturas auxiliaram para a organização da região amazônica através da diversidade e da pluralidade de significados, onde os caboclos, os ribeirinhos, os quilombolas e a população negra, como bem mostra Vicente Salles, igualmente foram responsáveis pelo processo de construção da história desse espaço e que fazem-se presentes nas páginas da literatura entre os residentes principais do povoado fictício do romance amazônico.

Ainda em relação a isso o livro ao detalhar o lugar onde desenrolam-se as situações da narrativa também descreve acerca das heranças históricas e culturais da Amazônia, principalmente aquelas abordadas pelo viés do sentido que a revolução social da Cabanagem (1835-1840) representou para a construção de uma identidade revolucionária, sobretudo dos sujeitos mais pobres, entre eles negros e indígenas. O impacto que o movimento social da cabanagem teve na vida da população no período de sua atuação foi bastante expressivo, especialmente entre os dizimados que compunham-se em sua maioria por mestiços, indígenas, africanos pobres ou escravos e uma parte da elite da Amazônia. No entanto, outra perspectiva interessante em relação a esse contexto histórico diz respeito ao forte sentimento comum de identidade construído por meio desses respectivos povos com suas etnias e culturas diferentes

(RICCI, 2007). A literatura amazônica *Olho de Boto* apresenta por meio do romance a resistência por parte dos sujeitos que se reconhecem como “cabanos”, isto é, herdeiros da revolução cabana do norte do país, onde esses sujeitos organizam-se na história em caráter de resistência frente às repressões praticadas pelo Estado durante a Ditadura Civil Militar:

E, na surdina, trabalhando nas horas soturnas e noturnas, nós acabamos cabanos, nação cabana, nossa pátria de fato e de direito, querem acabar c’agente, a ditadura mandou gente nozispia e nos jogar de nosso assento pra nós perdê nossa sabedoria repassada dos antigos índios. Aqui nesta nação nós sabemos tudo e nós goza de fartura, nós semo feliz aqui com a nossa lavoura que a repressão expulsa praí pra cidade. Nunqueremu. E quando eles chegu pra sabê, nos falemu a língua do cabucú, a nossa, o nheengatu, saiba disso, parente. A luta cabana permanece (...). O caboco, desde o princípio, vem se fazendo a própria sorte, sem participação do Estado em nada porque não há serviço, emprego, renda saúde, educação, transporte, saneamento; vive só (LARÊDO, 2015, p. 147-226).

Dessa forma, o escritor ao narrar sobre as pessoas que observavam os dois homens se casando e também acerca das reivindicações dos povos que se consideram como filhos da cabanagem, isto é, “cabanos” e também “cabocos” acaba descrevendo as características do povoado ficcional da região da Amazônia que organizam-se como componentes plurais e formadores da sociedade do Norte do país. O intenso sentimento de identidade e a denúncia por parte dos indivíduos pela ausência do Estado em algumas situações e a interferência dos militares em outras, são nesse sentido, temas os quais o romance utiliza-se como inspiração da realidade para mostrar as circunstâncias vividas pelos sujeitos viventes no meio do interior da floresta amazônica no tempo.

Os costumes dessas personagens também são descritos pelo livro nas páginas que se seguem aos relatos dos acontecimentos, tendo as maneiras como os indivíduos se relacionam com a natureza, o seus hábitos alimentares e seu cotidiano entre rios, festas e demais cerimônias descritas por meio das linhas de desenvolvimento da literatura. Ou seja, o romance cujo objetivo central é apresentar o amor amazônico abraçado pelos dois rapazes, acaba detalhando não apenas o enlace dessa história de amor, mas faz isso ao mesmo tempo em que chama atenção para outras questões envolvendo outras personagens que atravessam e são atravessadas pela localidade em suas marcas e cargas históricas. É possível afirmar que se as particularidades das pessoas na história são enfatizadas a todo instante, as subjetividades da própria Amazônia igualmente tornam-se presentes na narrativa o que contribui para que ela se constitua como uma importante personagem dentro do enredo para além de uma simples região.

“Inacha”, nome dado pelo autor para a localidade imaginária localizada próxima a cidade de Cametá na região do Baixo Tocantins é representada na narrativa como um lugar peculiar cheio de histórias que são narradas através das vozes das várias personagens que o livro mobiliza para construir a visão da narrativa sobre múltiplos pontos de vistas. Assim como o território da grande Amazônia constitui-se como plural, tendo abundantes culturas e formas de viver, Inacha também é um lugar permeado pela diversidade cultural da população, onde os costumes das personagens, desde os místicos envolvendo os usos de ervas medicinais, a vida econômica da região com a venda de produtos locais e os hábitos alimentares da população local como abordadas pelo discurso literário.

O que mais de peculiar teria num povoado que viu acontecer em baixo de seus próprios olhos um casamento organizado entre dois homens durante uma época em que poucos ousavam tal feito? Esse acontecimento, por si só, já responderia os possíveis questionamentos insurgentes em relação ao porquê do interesse de investigação desse trabalho, mas assim como esse grande acontecimento pode ser considerado como único e central, há outros que ao serem trazidos no romance por meio de sua linguagem fantástica, acaba auxiliando para o entendimento de que a comunidade, apesar de imaginária, apresenta-se como um espelho cultural da região amazônica do país porque através da leitura da obra pode-se perceber exemplos de estima significância que correspondem, na realidade, as próprias representações das práticas culturais da gente amazônida.

Para Chartier (1990, p. 62-63), em seus estudos acerca da História Cultural e do conceito de representação, todo documento, seja ele de caráter histórico, literário ou de qualquer outra natureza é representação do real e dessa forma, não pode desligar-se da realidade, uma vez que o texto em si é construído e pautado em regras próprias de produções e interesses inerentes a cada gênero da escrita. Essas noções de leitura tem por principal função identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma realidade cultural é construída. Em vista disso, toda apresentação textual possui uma estruturação específica própria “de um segmento particular de produção, e esta ocorre considerando dadas as regras de peculiaridades ao meio intelectual de onde emerge, ao veículo em que será veiculada e ao público a qual se destina” (BORGES, 2010, p. 96).

Nesse sentido, Salomão a partir do seu presente representa no livro aspectos característicos da localidade de onde vive e ele, ao estruturar a história a partir do seu lugar originário que também é de onde está escrevendo, acaba delimitando o próprio lugar na qual a comunidade está inserida e cujos sujeitos se apresentam na história, isto é, da multicultural Amazônia. Parafraseando a célebre obra do escritor paraense nascido em Óbidos, José

Veríssimo, a literatura, sobretudo a da Amazônia, comporta-se como uma verdadeira “cena da vida amazônica” (VERÍSSIMO, 2011) na qual a partir de suas composições diversas são as janelas abertas para o entendimento de uma sociedade e de suas culturas através do tempo.

Ou seja, um (a) literato (a) não cria as suas histórias a partir do nada e, especialmente, ao se falar de uma literatura produzida mediante as especificidades de uma região transpassada por sua diversidade de culturas e significados, faz-se necessário entender essas abordagens para a compreensão da maneira pela qual as personagens na história se estruturam. Retratando a ficção por meio da literatura, o escrito analisado opta por nos mostrar não somente o lado encantador do território amazônico, mas, sobretudo tem-se também um debate dirigido para o outro lado da povoação que corresponde aos problemas sociais encontrados naquela comunidade, onde o grande acontecimento direciona-se para o preconceito da sociedade contra os sujeitos homossexuais, principalmente quando a multidão observa o casamento entre Inajá e Inajacy e não concorda com a forma como os dois resolveram firmar o seu amor.

Ao mesmo tempo em que temas relacionados à violência contra mulher, a práticas consideradas como “homofóbicas” contra outras personagens da história, o tráfico de pessoas entre outras formas de autoritarismo são igualmente relatadas ao longo do arranjo de sentido da história. E o livro, a partir dessas questões e também do lugar de onde a história emerge, possibilita diferentes análises interpretativas através dos discursos que se apresentam por meio do tempo para quem os leem. Pois, como Borges (2010) disse:

Assim, contextualizar o texto com o qual se trabalha é indispensável para elucidar o lugar em que foi produzido, seu estilo, sua linguagem, a história do autor, a sociedade que envolve e penetra o escritor e seu texto. A época, a sociedade, o ambiente social e cultural, as instituições, os campos sociais, as redes que estabelece conexões com outros textos, as regras de uma determinada prática discursiva ou literária, as características do gênero de escrita que se inscreve no texto, são questões que permeiam o texto escrito e constroem o autor de um texto, deixando nele suas marcas (BORGES, 2010, p. 96).

Inacha nasce dos anseios e das representações amazônicas, pois não há nenhum outro local nesse vasto mundo que pudera ter acontecido da forma como se sucedeu a história de amor de nossos dois personagens. Apenas no meio da floresta circundante e que circunda as pessoas viventes dessa região existe uma cultura em que o relacionamento com a natureza, com as tradições indígenas e com os costumes alimentares fazem parte do todo que no fim da trajetória ajuda a constituir as particularidades que compõe cada ser vivo atuante nesse local,

desde os humanos até aqueles considerados como não pessoas, mas que, de maneira análoga, contribui para a construção de uma paisagem única que não existe em nenhuma outra parte do planeta.

A literatura é uma das expressões artísticas existentes no mundo que mediante os seus métodos de contar histórias possibilita a apresentação de uma determinada sociedade fazendo o uso de um ou mais específicos métodos de temporalidade para a elaboração da narrativa que se apresenta por intermédio da sua estrutura. Cabe às pessoas interessadas nessa fonte histórica contextualizar aquilo que está sendo dito, a forma que está sendo falada, o local de onde se profere os acontecimentos e, principalmente, o tempo utilizado como inspiração para as ideias do enredo exposto.

Nos campos formativos a literatura amazônica, nesse sentido, assume um lugar especial como uma importante expressão artística que mobiliza discussões de caráter político, social e cultural do território da Amazônia no tempo, uma vez que são em condições de temporalidade, de manejo dos trabalhos dos intelectuais e das redes de sociabilidade construídas para a veiculação das produções artísticas que a arte mostra a sua vertente de apresentação mais bela.

Acerca dessas perspectivas, Aldrin de Figueiredo a partir da sua pesquisa sobre “Os Vândalos do Apocalipse: Arte e Literatura no Pará dos anos 20” abre caminhos para a reflexão da forma como estruturou-se a produção literária na Amazônia no começo do século XX. Nesse período estava-se começando uma discussão feita em relação ao modernismo brasileiro, principalmente voltado a produções artísticas de intelectuais do período, e uma das principais argumentações do autor é de que o território amazônico, através da cidade de Belém do Pará, já consagrava-se como um lugar nos anais do Modernismo, não necessariamente como uma vanguarda, “mas apenas como uma espécie de reserva de sólidas tradições e de um imenso fabulário” que contribuíram, portanto, para a constituição e para o reencontro com as suas verdadeiras raízes pátrias (FIGUEIREDO, 2012, p. 16).

A fonte histórica a que o autor recorre para a estruturação de seu trabalho compõe-se por a revista “A semana” fundada em 1918 e “Belém Nova” datada de 1923, a partir desses dois magazines pode-se encontrar não só os fragmentos do passado, mas a própria história de uma Belém com aspiração em ser nova pelos anseios e pela rebeldia de um seletto grupo de intelectuais do período. Esses intelectuais, sendo Bruno de Menezes o principal nome da turma, foram construindo novas identidades e redes de sociabilidade em vista de um projeto de nação que tornava a Amazônia como um lugar de destaque para as suas pretensões

culturais e políticas, especialmente aquelas voltadas para os problemas sociais e as lutas partidárias e ideológicas.

O trabalho de Aldrin Figueiredo possibilita a interpretação de que, assim como a região sudeste do Brasil à época do florescimento daquele que viria ser considerado como o movimento modernista brasileiro, um dos principais cuja proposta voltava-se para uma renovação da sociedade por meio das artes, a Amazônia igualmente ocupava um lugar de destaque no âmbito das produções artísticas, sobretudo mediante aos escritos literários de renomados intelectuais do período que por mais que se dividissem entre a “Academia do Peixe Frito” e a “Academia ao Ar livre” contribuíram para a construção da própria história do lugar utilizando-se dos diálogos com as artes, a literatura e a política como combustíveis para as suas rebeldias que os tornavam verdadeiros vândalos, numa linguagem poética, do apocalipse. E se o autor nos fornece uma janela de compreensão sobre como estava estruturado o território amazônico dos anos de 1920 a partir da ótica das artes, a literatura de Olho de Boto abre caminhos para os possíveis entendimentos acerca do funcionamento da sociedade amazônica em meados dos anos de 1970 convivendo com o regime instalado pelos militares.

Ademais, uma das passagens no qual o livro situa o leitor da respectiva localidade que acontece o casamento homoafetivo e que auxilia na construção da compreensão do próprio lugar no tempo diz que:

Gagarino gasta preciosos minutos fotografando imensas ondas de rio de água doce, no Mosqueiro, o ouvido ligado num roquenrou iê-iê-iê que os Beatles gravaram, o mundo ouvia e ele sintonizava, saindo totalmente da rota planejada meticulosamente, pateta as águas verdes do rio Tocantins e a uma sedutora acha de lenha que também passeia no espaço e o leva ao roçado do Inacha na região de Cametá, interior do Pará, e no meio da floresta amazônica (LARÊDO, 2015, p. 17).

O interessante dessa epígrafe relaciona-se a presença do famoso cosmonauta soviético que na história se aventura entre as regiões da vasta Amazônia e suas paisagens compostas de rios e matas, da natureza exuberante do Mosqueiro até a localidade principal da narrativa situada as proximidades da cidade de Cametá as beiras do rio Tocantins. Assim, a narrativa passa a transcorrer em meio a essa comunidade, onde muitas coisas que acontecem na vida das quase incontáveis personagens entrecruzam-se em meio ao contexto da ditadura civil militar na Amazônia. Inacha, portanto, é estruturada a ser entendida pelos leitores como um lugar de caráter particular, de residentes inesquecíveis cujo cotidiano não compara-se a de

nenhuma outra região, pois são vivências particulares e culturalmente construídas que tornam tanto esse lugar como a própria história apresentada como únicos.

Em diálogo a essas abordagens, Milton Hatoum, escritor contemporâneo manauense, possui trabalhos de suma importância para a história da literatura amazônica, uma vez que as suas abordagens direcionam-se para um olhar longe daquele construído sobre o imaginário do território amazônico representado apenas pelo discurso de uma “floresta amedrontante”, tendo as suas populações e costumes considerados como “pitorescos” e “exóticos”. Esses discursos proferidos historicamente contra a comunidade vivente da Amazônia contribui para uma certa marginalização social desses indivíduos e de suas histórias que enxerga as subjetividades desses povos de forma estereotipada e homogênea, deslocada, portanto, da realidade uma vez que como mostra os livros do autor, essa sociedade é marcada por suas pluralidades de culturas.

Diante disso, Hatoum afasta-se dessa visão conservadora cuja fala corresponde a uma Amazônia brasileira como um lugar distante, primitivo e de difícil acesso e sobrepõe a essas questões a perspectiva da floresta como a verdadeira protagonista da narrativa que inclusive, às vezes, identifica-se como a personagem principal sobreposta aos conflitos humanos. Os seus escritos que em grande medida são oriundos de suas lembranças afetivas acerca da Manaus de fins da década de 1960 quando a cidade passava por profundas transformações econômicas e políticas, possibilita a interpretação de que a localidade na verdade é formada por diversas práticas culturais da população residente do território amazônico.

Entretanto, como o próprio autor já afirmara, o lugar da sua ficção é o Amazonas, mas uma região urbana do Amazonas, metropolitana. A sua literatura é da urbe amazônica, mas com muitos vínculos com a floresta, o rio, a natureza. Nesse sentido, o escritor não descarta as imbricações feitas entre as temáticas voltadas para a cidade e a floresta, apenas detém o seu olhar para a região e sua gente sem as perspectivas da hostilidade, analisando as multiplicidades e os entrecruzamentos culturais, os conflitos internos, as buscas de identidades através da localidade e as transformações por quais passam suas personagens e a própria cidade de Manaus. Hatoum, portanto, escreve as suas histórias a partir das memórias da sua própria infância marcada pelo começo dos anos 1960 e fim dos anos de 1950 na capital do estado amazonense e justamente é dentro desse contexto que ele escreve o premiado romance “Dois Irmãos” (2000), onde a narrativa sucede-se numa Manaus entrando no regime de Ditadura Civil Militar tendo a família árabe do casal Zana e Halim como personagens principais da história, ao lado de seus três filhos: Rânia, a única mulher, e os gêmeos Yaqub e Omar.

Os dois irmãos, desde o início das primeiras páginas apresentam um relacionamento conflituoso, de muitas brigas e desentendimentos que, inclusive, perdura até a parte final do livro, quando estes chegam já à fase adulta de vida. Yaqub é enviado ao Líbano por conta de uma terrível desavença que tivera com seu irmão tendo como saldo desse acontecimento uma cicatriz em seu rosto por conta do corte que Omar fizera contra ele por ciúmes de Lívia, uma garota por quem ao mesmo tempo os dois eram apaixonados. Ao longo do desenvolvimento da trama da família, por outro lado dentro do mesmo livro, há também a descrição da própria cidade que segundo o autor era uma “mistura de gente, línguas, trajes e aparências” (HATOUM, 2000, p. 53).

Quando Hatoum narra essas passagens através do romance ele acaba contribuindo para a construção do lugar a partir dos olhares das culturas que são diversas no enredo e a obra faz isso ao passo em que opta por mostrar aos leitores uma Amazônia repleta de saberes e dizeres populares, distanciando-se daquela visão que enxerga o povo amazônida como aquele que só vive nas matas mantendo uma relação de estranhamento com as cidades. O relacionamento dos sujeitos com a natureza é algo bastante particular, sobretudo na região Norte do país cuja influência indígena faz parte de muitas coisas realizadas no cotidiano dos indivíduos marcados por essa carga histórica de formação do território que igualmente tornam-se presentes nas apropriações feitas entre as produções literárias.

Assim como Milton Hatoum, Salomão Larêdo encarrega-se de expor para todos e todas que possuem interesse em ler o seu escrito um território amazônico plural e não homogeneizante, seja em Manaus ou em Inacha, no alvorecer dos anos de 1970, em plena vigência da Ditadura Civil Militar, o que permanece na memória daqueles que praticam a leitura dos livros é a percepção de uma Amazônia diversa e cheia de costumes próprios nos quais formam a subjetividade da gente da região Norte do Brasil. E eles, nessa perspectiva, constituem-se como importantes escritores contemporâneos brasileiros que mostram em suas obras uma maneira diferente de contar a história amazônica. A vista disso, a literatura como testemunho histórico, é fruto de um processo social que apresenta particularidades próprias pelas quais assim como todo e qualquer documento analisado pelo historiador (a), precisam ser interrogadas e detalhadas para o entendimento das intenções do autor e autora, bem como as suas condições de produção e divulgação.

A intencionalidade do livro, como dito anteriormente, é construir uma história repleta de representações culturais dos povos da Amazônia, mostrando tanto o casamento homossexual entre Inajá e Inajacy, quanto aspectos dos cotidianos daquele povo assim como também a persistência de algumas mazelas sociais presentes naquela região. De que maneira

senão mais expressiva do que contar a história de uma região no tempo através de uma literatura que, como já mencionado anteriormente, firma-se em sociedade como uma importante fonte capaz de contribuir na interpretação de um determinado contexto histórico? Por meio delas ficamos a par de perspectivas que às vezes passam despercebidas nos demais documentos históricos utilizados por historiadores e historiadoras como ofício.

Percebe-se então, nesse sentido, que tanto o romance *Olho de Boto* quanto *Dois Irmãos* constroem a imagem de uma Amazônia marcada por sua pluralidade cultural e sua heterogeneidade, seja nos costumes, na natureza ou até mesmo na própria subjetividade das personagens. Distanciando-se, portanto, do discurso homogeneizador que enxergava o território como único em suas características e composições, muito presente inclusive na ideologia promulgada pelo Regime Militar implantado em 1964. O que permite a afirmação de que assim como esse período histórico pode ser compreendido através da temática das homossexualidades, igualmente pode ser analisado por meio de uma abordagem ambiental destacando os impactos sofridos pela sociedade e natureza local mediante as políticas militares e capitalistas desenvolvidas de exploração dos recursos naturais (NUNES, 2021, p. 15).

Nada do que se é colocado em um romance é posto em vão, tudo é perpassado por interesses seja para mostrar o funcionamento de uma região ou a organização dos costumes de uma sociedade. O livro literário amazônico analisado nos permite a percepção de como estava organizado os hábitos alimentares da região amazônica de Inacha, uma vez que em relação à cultura alimentar da população, a obra nos descreve com muita precisão as cenas em que os sujeitos se reúnem para se alimentar com as comidas oriundas do cardápio da região Norte do Brasil, sobretudo aquelas relacionadas às alimentações das populações ribeirinhas e demais povos originários:

Comeram, no Intrete: casquinho de muçã, casquinho de caranguejo, tudo no óleo de patauí; cheirava longe o bife de fígado com cebola e a farofita de aviú. Morriam de comer as delícias e, sem dúvida, mapará fifite (...). Almoçavam. A sobremesa, como de costume, era vinho de cupuaçu com farinha. Na outra mesa, em Curitiba, Nazaré sorvia goladas de vinho tinto e uvas marrons e, pisando em pinhais, descia a ladeira da faculdade. (...). Cheirava longe o vinho de cacau do Intrete, que nesse dia ofertava filhote de tudo que é jeito e na vinagreira, além das postas fritas e ventrecha de piramutaba, na brasa, com farinha branca, lavada e especial (...). Tainha, corvina, piramutaba, gó e pratiqueira frita com cui de farinha lavada, as delícias de Filipe, que só Márcia sabia fazer e ele comia por quatro dias, seguidos, com a sua amada Camila, arrematando com açáí, do grosso, papa. (LARÊDO, 2015, p. 32-227).

As comidas presentes no rico cardápio do prato das personagens da história são os mesmos alimentos que, em grande medida, também fazem parte do consumo alimentar

daqueles viventes na Amazônia. Os banquetes repletos das mais variadas delícias detalhadas a partir desse trecho mostram que a composição alimentar dos residentes de Inacha corresponde por um significativo consumo de peixes, crustáceos e demais animais de água doce da região (muçã, caranguejo, mapará e piramutaba), além das próprias frutas regionais bastante consumidas pelas populações da Amazônia por conta de suas abundâncias de sabores e em alguns casos sorvidas como deliciosas sobremesas, entre eles o cupuaçu, cacau e o famoso açai, sendo este último classificado como principal prato típico da região norte.

O frequente consumo de distintas espécies de peixes, como é o caso do mapará, da gó, da pratiqueira e da piramutaba corresponde a uma herança cultural alimentar dos povos indígenas da região onde a escolha desses animais configura-se como um dos principais alimentos desses povos sendo preparados e consumidos de muitas formas, na qual podem ser encontrados em outras localidades da região por meio de seus rios e mercados.³ Inclusive, ao mesmo tempo em que essas refeições adquirem um determinado aspecto da história cultural da região e de seus habitantes, ela contribui também para o desenvolvimento da própria economia da sociedade em questão, pois os frutos e demais produtos de origem extrativista são comercializados na comunidade como principais mercadorias e estimuladores econômicos da população, entre eles o já citado açai, bebida bastante adquirida pelos sujeitos amazônicos que auxilia no fortalecimento do comércio local e que com o passar do tempo foi ganhando espaço no país ao ponto de constantemente ser exportado para outros países, assim como o cacau e o cupuaçu. Todos participantes na narrativa e no prato das personagens.

O livro, ainda nessa perspectiva sobre a descrição da alimentação local, mobiliza entre a comunidade de leitores o trabalho com os sentidos, principalmente aqueles voltados para o olfato e o paladar, uma vez que o enredo ao abordar acerca dos peixes preparados para o consumo temperados com farinha lavada, do açai do tipo papa, dos crustáceos preparados com óleo de patauá, bem como o cheiro do fígado frito com cebola, fomenta uma estimulação dos odores sentidos pelas personagens, assim como muito provavelmente também pelos leitoras e leitoras que leem essa passagem da obra que tiveram a oportunidade de provas as delícias postas no cardápio da comunidade de Inacha.

Marquesa Flores de Abril queria subir nos esteios de acapu, com raiva. No entanto, ela não apitava nada naquela sociedade de macho, do mato, umas quatro a cinco casas, jiraus com baldes d'água e umas cambadas de peixe.

³ MACÊDO, Sidiana da Consolação Ferreira de. **Do que se come: Uma História do abastecimento e da alimentação em Belém 1850-1900**. 1ed. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2014.

Ponciano Primeiro de Abril, marido de Marquesa e pai de Bagali Flores de Abril, era uma espécie de chefe político do Inacha, na governança da casa grande, composta de duas casas menores e dois depósitos, que negociava cacau, pimenta-do-reino, andiroba, copaíba, farinha e mapará salgado, tabaco, óleo de mapará, madeira, ucuuba, cerveja de inajá, gengibirra, vinho de açai, de miriti, taperebá, mucajá, tucumã e vinho de araçá e outros produtos extrativos. Obedecia pura e cegamente a gente graúda de Cametá. Marquesa marcava o tempo com carvão, na parede, calendário particular de suas intimidades, código que ninguém decifrava. Duro e conservador, Ponciano mantinha a família no tacão. Só a menina Baga usufruía de umas atenções do pai (LAREDO, 2015, p. 47).

Marquesa Flores de Abril, uma das figuras descritas no enredo, é casada com Ponciando Primeiro de Abril, dono de um dos maiores depósitos de Inacha responsável por abastecer a economia local de produtos regionais como a andiroba, a farinha e outras mercadorias. A comercialização dos produtos de origem extrativista cultivados no território amazônico de Inacha constitui uma das principais formas de desenvolvimento do povoado, muito ligado à natureza e as riquezas que ela proporciona, tanto para consumo próprio quanto para negócios. O marido, além de comerciante e conservador, daqueles ferrenhos, é uma das pessoas mais poderosas e influentes da região que detém nas mãos um poder considerável. Dessa forma, pode-se perceber também por meio da respectiva passagem apresentada que algumas questões como conservadorismo e preconceito contra as mulheres faz-se presente na comunidade imaginária próxima a Cametá. Salomão é contundente ao apresentar essas premissas viabilizadas pela violência e autoritarismo praticadas tanto pela população como pelos chefes de estado considerados como braço armado da ditadura na qual obtinham um amplo apoio de uma parcela da comunidade civil.

E, por mais que em algumas sentenças o livro se interesse em organizar uma discussão que gere comicidade, um ar de humor na história, mobilizando acontecimentos de vida das personagens em relação a outros sujeitos, o plano de fundo pelo qual a narrativa está firmada é atravessado por essas perspectivas que caracterizam a localidade como palco de problemáticas sociais que igualmente podem ser encontradas na própria realidade em que os leitores e leitoras estão situados. Pois, segundo Chartier a própria construção do imaginário social parte de um campo de representação e este, como expressão de pensamento, se manifesta por discursos que pretendem dar uma definição da realidade (CHARTIER, 1990). Inajá e Inajacy viveram a sua história de amor em meio a essa localidade que, de um lado é permeada pela riqueza cultural da Amazônia, mas por outra encontra-se também aquela face mostrada através de uma cultura de violência, conservadorismo e práticas autoritárias.

Em relação às abordagens do livro cuja percepção encara-se como uma repressão sexual contra sujeitos homoafetivos, isto é, indivíduos que iam de contra a norma estabelecida pela sociedade através de uma heterossexualidade compulsória, Larêdo nos apresenta a história de vida de “Bitinho”, um personagem homossexual que sofre a opressão vinda de seu próprio pai pela sua orientação sexual. Dessa forma, a leitura desses acontecimentos permite afirmar que a violência sexual cometida na história pelo casal Inajá e Inajacy não é um caso isolado, pois outras personagens do enredo também sofrem com essa perseguição enfaticamente machista da sociedade do Inacha, como descrito pelo exemplo de Bitinho:

O pai andava pra cima e pra baixo com Bitinho pra ver se espantava a frieza, a indiferença sexual do filho, aos seus olhos maricas, um donzelão, como dizia no meio dos seus, no Intrete. Queria que o filho fosse femeeiro, deflorador de moças, emprenhador de mulher e, para seu desgosto, Bitinho era homem mole, tinha mãos fêmeas e isso, para o pai, era o fim do mundo, não podia suportar tamanho desgosto, um baita dum rapaz e não queria nada, como ele dizia com a “fruta”, o filho, uma flor, um jasmim (LARÊDO, 2015, p. 199).

Nesse sentido, da mesma forma que na história há uma cartografia das representações sociais e culturais da população oriunda da Amazônia através de suas práticas do cotidiano, em Inacha episódios violentos dos respectivos moradores da povoação contribuem para a constituição do entendimento de que na verdade, a comunidade possui impasses de caráter social assim como qualquer lugar da realidade e a literatura, sobretudo o livro “Olho de Boto” (2015), por meio de seu discurso, se apropria dessas interpretações para o desenvolvimento das suas abordagens.

No decorrer das páginas da literatura que compõe a narrativa apresentada pelo livro percebe-se que a mobilização de temas do cotidiano da população são recorrentes para explicitar a história do lugar de onde conta-se o enredo da obra. A comunidade amazônica, dessa forma, caracteriza-se como um lugar diverso, plural, cheio de memórias contadas através de seus personagens oriundos do interior da floresta amazônica e cujas mesmas particularidades assumem no romance um traço da sua cultura. Inacha, portanto, é vista sob o olhar de um espelho cultural amazônico onde a imagem refletida por quem visualiza a história corresponde a um território formado pelos mais extraordinários acontecimentos, bem como a específicas passagens em que a violência e o autoritarismo também imperam.

Dessa forma, a leitura dessas obras possibilita o entendimento de que a história do povo residente dessa região é representada muito mais por manifestações culturais e políticas de caráter único do que em relação às percepções conservadoras que tendem a encarar a

população amazônica e suas narrativas como “exóticas”. Seja na Belém dos anos de 1920, na Manaus de Hatoum ou em Inacha, o entendimento que se constrói firma-se por meio da mesma região, mas que acaba perpassando por períodos e perspectivas diferentes que auxiliam na construção de histórias e representações diversas desses lugares. É praticamente impossível a possibilidade de não trazer ao palco para as luzes de compreensão, principalmente ao se tratar da literatura amazônica, a figura da Amazônia sendo mais do que uma região, mas sim uma personagem dentro da história cujas particularidades apresentam-se como interessantes de serem trabalhadas.

Inacha constitui-se, desse modo, como uma comunidade apesar de imaginária e o casamento entre os dois personagens homossexuais da história, Inajá e Inajacy, direciona-se como o principal episódio que marca a singularidade da obra *Olho de Boto*, também escrita a partir da representação do território amazônico, pois o fato é visto tanto acerca do ponto de vista da defesa desse amor, conforme também o julgamento opressor da sociedade, tudo isso no meio da floresta amazônica e durante o contexto da ditadura civil militar. Assim, se Inacha no romance configura-se como um lugar marcado pelas perspectivas históricas e culturais da Amazônia, as subjetividades das próprias personagens igualmente apresentam-se como atravessadas por essas questões, no qual o principal exemplo na história é voltado para o romance entre Inajá e Inajacy, o qual por sua vez será trabalhado na próxima seção dessa pesquisa.

1.3. Inajá e Inajacy, a história de um romance homo(ama)zônico

Inajacy e Inajá ficavam horas e horas no igarapé, apreciando a calma, o silêncio, a água fria e o cheiro das folhagens. Catavam-se, acariciavam-se, olhavam-se, beijavam-se e se amavam (LARÊDO, 2015, p. 125).

O trecho acima corresponde a uma das passagens presentes da literatura “Olho de boto” (2015) que constitui-se como uma das principais que dá conta de exhibir para quem lê a obra o detalhamento do romance amazônico envolvendo os dois rapazes viventes da comunidade de Inacha no interior da floresta da imensa Amazônia. Inajacy e Inajá na história são narrados através de uma abordagem direcionada, principalmente, para a construção da própria ideia de amor, mas não qualquer relacionamento, pois as perspectivas em que o casal apresentam-se na narrativa podem ser encaradas como interessantes de análise, uma vez que o fato inspirado para o desenvolvimento do enredo em relação ao casamento das duas personagens, por si só, representa esse caráter único envolvendo a respectiva trama. Ou seja, se para a história algumas categorias são de suma importância para o entendimento do funcionamento de um determinado passado, a ideia de “amor” tal qual também é passível de análise para a busca de reflexões sobre a face de uma sociedade em um período de tempo específico.

A configuração do romance dos sujeitos pode ser mais bem entendida a partir de duas categorias que são muito particulares, tanto para a ciência da história, como para a literatura: as de tempo e espaço. A temporalidade utilizada para a produção do livro situa-se em meio ao contexto de ditadura civil militar, justamente no espaço do vasto território amazônico e as duas personagens na história, assim como seu romance, perpassam-se por esses dois viés. O amor sentido por Inajá e Inajacy é colocado na literatura mediante as próprias utilizações do contexto histórico e do lugar, pois apenas na Amazônia um romance como esse mobilizado pelo olhar literário poderia acontecer da maneira como aconteceu, em meio a carícias trocadas nos banhos de rios, igarapés, através dos cheiros das folhagens típicas dessa região do país. Desse modo, a relação das duas personagens acaba sendo construída levando em consideração tanto as perspectivas históricas como sociais da região.

Salomão Larêdo, nas primeiras páginas da literatura antes de dar início de fato ao conteúdo da história do livro, traz algumas informações para situar aquele (a) que lê acerca dos motivos e inspirações de produção da sua obra. Em uma dessas partes há, portanto, a apresentação da própria fonte histórica na qual o autor utilizou-se como inspiração para a narrativa envolvendo as personagens da história que resolveram se casar. O jornal, datado do

período de 28 de dezembro de 1967, lançado no dia de quinta-feira na cidade de Belém do Pará, corresponde ao intitulado “Folha Vespertina” tendo a frente da direção Clovis Maranhão e o gerente correspondendo por João Maranhão. O título da notícia que estava sendo veiculada nas páginas do periódico trazia a seguinte informação: “Dois Homens se Casam, em Cametá” e o conteúdo exibido no impresso mobiliza um acontecimento bastante interessante de ser analisado que, mais tarde, Salomão faria uso para construir o episódio norteador de sua obra. A imprensa dizia que um desses sujeitos do casamento ocorrido na região de Cametá, no Pará, era “encantado” e dessa forma, só poderia quebrar o seu encanto, deixando de ser homem para tornar-se mulher, ao casar-se com a pessoa amada.

Inajá e Inajacy, nossos dois personagens principais da narrativa literária, foram formados na literatura a partir dessa notícia publicada no respectivo jornal e são apresentados desde o início da descrição do enredo tendo as suas vidas e cotidianos através da comunidade contados às vezes de forma bastante natural, às vezes demonstrando a repressão da sociedade contra o relacionamento dos dois. Assim, observa-se também o próprio desenvolvimento do relacionamento do casal que se consuma com o casamento entre as duas personagens, sendo esse o ápice da estrutura de ideias do livro.

O autor organiza o livro em “estações” ao invés de “capítulos”, e no início de cada um deles há a apresentação dos trâmites envolvendo o acontecimento do casamento entre os dois homens. Ao todo são apresentados para os leitores e leitoras quinze estações na obra, onde elas introduzem e atualizam ao leitor sobre a situação dos noivos frente à tentativa de consumação do matrimônio. Esses prelúdios, como dito, servem para que os leitores tenham conhecimento da situação que envolve Inajá e Inajacy na tentativa de concluir o desejo de viverem como um casal, pois tanto a população local de Inacha, como as pessoas que apoiavam ou trabalhavam para o regime militar na região, portanto considerados como o “braço armado” dos militares – policiais, ligas de senhoras católicas conservadoras, médicos investigativos, juízes e “mandas-chuvas” da comunidade –, não reagiram de forma acolhedora para esse episódio de consumação do amor envolvendo os dois sujeitos na história.

Os fragmentos iniciais no texto em que o romance “Olho de Boto” apresenta as personagens que possuem um relacionamento homoerótico são significativos para situar o leitor do passo a passo da tentativa de conquista, principalmente envolvendo o forte desejo e atração de Inajacy para com Inajá, onde o epílogo da história, como já citado, corresponde à consumação do amor dos dois por meio da decisão do casamento. Além disso, o autor opta por construir as suas personagens na história a partir da terceira pessoa, ou seja, ele mesmo se coloca como narrador do enredo apresentando os trâmites envolvendo a obra. Segundo

Salomão Larêdo, ao detalhar na história as primeiras impressões acerca da personagem de Inajacy, ele faz isso em torno de uma descrição permeada por mistérios que caracteriza o próprio perfil do sujeito:

O homem assobiou no feito da cobra quando vai à caça e no jeito de quem chama serpente. Era Inajacy, desejando Inajá, que prosseguiu pelo estreito caminho e sumiu na mata, a cabeça latejando, não entendia a dor e recebeu os pingos da chuva como aviso. Arrotou e entrou nas quatro paredes do depósito, sentindo o odor dos óleos e o fedor de couros e peles no cercado ao lado. Fedia também a sintina, mesmo longe, e lá Inajá se pôs a pensar na vida (LARÊDO, 2015, p. 20).

A partir desse trecho da literatura em questão fica claro que a personalidade de Inajacy é construída por meio da própria cultura da região, pois o romance ao associar a personagem com a figura de uma cobra contribui para a reflexão de que tanto o sujeito em questão na narrativa como as suas atitudes frente à conquista do amado são permeados por um ar de sedução e mistérios, principalmente aqueles relacionados à sensualidade e “misteriosidade” da gente amazônica. E essas características construídas através da individualidade da personagem acentuam-se ainda mais quando o enredo relata que “Inajacy, mestiço cametaense, perfuma-se com ‘priprioca’, ‘patchuli’ e outras folhagens que cultivava para esse fim” (LARÊDO, 2015, p. 20) e posteriormente, quando é voltada a atenção para a personagem tem-se que “banho de ervas, nu, Inajacy tomava, e havia um pé de açucu cheio de espinhos onde apoiava o pedaço de espelho pra fazer a barba” (LARÊDO, 2015, p. 21).

Inajacy acaba aproximando-se da própria ideia construída pelo modernista Raul Bopp em 1931 no famoso livro “Cobra Norato” quando este relata a história de uma cobra vivente dentro dos rios da selva amazônica que transformava-se em um belo rapaz durante a noite (BOPP, 1994), com a diferença de que alinhada ao primeiro além da misteriosidade e sedução marcantes há também no romance a perspectiva do amor homoerótico amazônico, representado diretamente pelas relações entre os dois personagens amazônidas, os saberes e sentidos ancestrais dos povos formadores do território, assim como o forte diálogo com a fauna e flora local.

Assim, a forma como o amor é representado na história acaba sendo elaborado por essas perspectivas ligadas diretamente com aspectos característicos da região. Ou seja, entende-se aqui por “homoamazônico” como uma categoria socialmente construída a partir das representações possíveis de serem encontradas na realidade, uma vez que os sujeitos veem o mundo, os fatos e as situações que o circundam a partir de uma determinada ótica a qual pressupõe a construção de tais significados e representações (CHARTIER, 1990). E nesse

sentido, o próprio discurso literário acaba utilizando-se disso para a construção e representação das ideias que compõe o amor de Inajá e Inajacy.

Dessa forma, Inajacy usa de suas seduções para conquistar Inajá, o que em grande medida corresponde aos usos de ervas medicinais pela personagem e outros produtos de composição mística de tradição indígena. Inclusive, o próprio título do livro é alusivo dessas análises, uma vez que o “olho de boto”, na história, é apresentado como um dos principais objetos de sedução no qual Inajacy utiliza-se para conquistar o seu amado o que auxilia na configuração da literatura como espelho amazônico que está representado diretamente através da realidade, principalmente da população da região amazônica (CHARTIER, 1990):

Inajacy mandou curar e cuidava do pé de tajá plantado entre a janela e a porta do casebre. Haveria de conquistar seu homem, aquela planta, acreditava, possuía irresistível poder e produzia o efeito talismânico que pretendia na conquista de seu amor (...). E o tajá fez tudo o que Inajacy queria como objeto de sua conquista, Inajá, que ficou caidinho (...). Inajacy, por uns pequenos serviços, conseguira a figa que desejou. Pajé recomendou o uso, constante (...). Andava cheirosa de japana. Usava olho de boto para fazer Inajá ficar ainda mais vidrado. Mantinha a medalha milagrosa, a pele seca do uirapuru junto com o muraquitã e não se descuidava do banho de cheiro toda primeira sexta-feira do mês, sem enxugar o corpo (LARÊDO, 2015, p. 94-96).

Salomão, portanto, por meio da composição de sua obra, apresenta o tema homoerótico envolvendo Inajá e Inajacy como o grande evento narrado na trama em questão. Eles dois mais do que resistir a partir das suas condições em um lugar e em um contexto repressivo que negava a sua união, ao mesmo tempo reivindicam a possibilidade e legitimidade desse amor pelo fato de levarem a frente o desejo do matrimônio. A narrativa apresentada por meio do discurso literário permite a compreensão de que as sexualidades vistas como “desviantes” pelo discurso médico e higienizador da sociedade, além do caráter opressor da sociedade, florescem e (r)existem em solos onde persistem o regime de ditadura civil militar. A obra, nesse sentido, constitui-se como uma fonte ímpar na construção da linha de raciocínio que busca compreender mais acerca de temas que envolvam a sexualidade da gente amazônica, principalmente para aquele olhar voltado para a construção de identidades e através do homoerotismo em tempos repressivos.

Desse modo, seguindo essas perspectivas, James Baldwin foi um grande nome da literatura afro-americana entre os anos 1950 e 1970 que tornara-se uma importante referência como um intelectual que discutia através de suas obras temas como raça, identidade e sexualidade. Além de romancista e dramaturgo, Baldwin também esteve presente na luta

contra a desigualdade de raça, gênero e sexualidade, sendo conhecido por debater e protestar abertamente sobre essas pautas, tanto na sua vida pessoal assim como em seus trabalhos, pois em suas obras, Baldwin nos apresenta personagens negros e LGBTQI+ colocando em evidência os dilemas e dificuldades desses grupos na sociedade. Em “Terra Estranha” (1962) e “O quarto de Giovanni” (1956), ambos publicados no Brasil em 2018, o autor mobiliza debates relacionados aos conflitos de identidade e de sexualidade de suas personagens, seja na Nova York dos anos 50 ou na Paris boêmia da mesma década, nas respectivas literaturas os desejos sexuais e o homerotismo das personagens constituem-se como combustíveis para toda uma discussão envolvendo a construção da própria sexualidade e a identidade dos indivíduos que compõe a narrativa de suas histórias.

Na passagem em que o autor faz questão de mostrar aos leitores e leitoras os desdobramentos do relacionamento entre os dois sujeitos amazônidas, ele elabora a descrição do romance a partir da própria natureza da Amazônia o que possibilita a compreensão de que, se Inacha configura-se como um local único na história, tão singular quanto à comunidade no interior da floresta amazônica são as particularidades e as identidades das pessoas viventes dessa região. E assim como afirma Chartier (1990) que as representações do mundo são socialmente construídas a partir dos interesses dos indivíduos, a própria noção de amor colocada na obra também constitui-se enquanto um termo construído socialmente principalmente no que diz respeito ao romance homo(ama)zônico das duas personagens do enredo.

E se Baldwin em seu respectivo contexto histórico destacou-se como um intelectual que auxiliou no entendimento a partir de uma interseccionalidade das abordagens entre raça e sexualidade, Salomão abre uma janela de entendimento acerca dos desejos sexuais e identitários dos sujeitos amazônidas durante o período da ditadura civil militar na região, ampliando assim esse debate para dentro da região amazônica, uma vez que o autor chega a descrever:

Inajacy quer e conquista Inajá, cujo patrão, severo, rígido, autoritário, conservador, antiquado, machista, dominador, não aceita modernidades e só gosta do que é tradicional, mantendo o empregado distante do casarão da família, proibindo conato com estranhos. É de casa pra lavoura e da lavoura pra casa. A família, principalmente бага, menina duns nove anos, percebera que Inajá dormia na casa de Inajacy. Seu Ponciano nem cismava, fartando-se com o desjejum repleto de macaxeira e beijus, o bule botando fumaça pelo bico (...). Manhosamente naquele dia chuvoso e nublado, Inajá e Inajacy fumavam um porronca fedorento com umas ervas que se alastravam nos roçados, na remendada rede que servia de ninho do amor. Inajá observava as

mãos e os dedos de Inajacy e topou com a tatuagem no dorso da mão direita (LAREDO, 2015, p. 20-49).

A partir desse trecho pode-se perceber que a relação das duas personagens é transpassada pelas seduções e misteriosidades da cultura amazônica, pois as convivências em harmonia com a natureza no livro são trabalhadas a todo tempo em que se entra em cena o romance homoafetivo de Inajacy e Inajá.

Além disso, ao mesmo tempo em que a fonte histórica é mobilizada pelo escritor para que os leitores possam se situar do lugar onde ele se inspirou para estruturar o enredo do livro, esse mesmo registro possibilita uma reflexão por meio do próprio conteúdo presente nas linhas do jornal, uma vez que sobre o casamento envolvendo os sujeitos denunciados o periódico apresenta outra perspectiva interessante de ser analisada que posteriormente o autor utilizar-se-á como inspiração para o enfoque da literatura de Olho de Boto, visto que a fonte traz a informação onde: “um deles, segundo soubemos, era ‘encantado’ e somente se casando com o homem que gostasse é que quebraria o ‘encanto’ voltando a ser mulher. Este era professor na localidade, e o fato estava sendo bastante comentado”. Fica claro para todos e todas que praticam a leitura da obra que os temas voltados para a encantaria, à pajelança e aos saberes da Amazônia, assim como também para com os desdobramentos da sexualidade em tempos repressivos, na história representada pelo regime de Ditadura Civil Militar na região, são temas que saltam aos olhos e que são trabalhadas ao longo da construção da narrativa.

A personagem que se apresenta como “encantada” é justamente Inajacy, a pessoa mais misteriosa do casal e que faz de tudo para conquistar o seu amado, utilizando-se desde ervas e amuletos amazônicos com finalidades de atrair a pessoa amada, assim como o próprio desejo de reivindicar para a si o processo de metamorfose como o único meio pelo qual a personagem acreditava que se transformaria em mulher, tudo isso com a ajuda de pajés e demais sujeitos de comunidades tradicionais da Amazônia por meio do processo conhecido como “pajelança”. Por meio do conhecimento desses sujeitos, Inajacy então passa pelo anseio de sua transformação e o autor descreve minuciosamente os principais participantes desse ato, o que corresponde na história em grande medida a:

Puçangueiros, rezadores, videntes, curandeiros, pajés da mais alta fama e estirpe, dispostos a atender o anseio de Inajacy. Do além-mar, do além-terra e de toda parte da floresta, de longe e de perto, estavam ali, todos, vendedores de ervas, de tacacá, de peixe frito, batedor de açaí, bacaba, lavadeiras, Janjão, do Curro Velho, Padu, do Pacaembu, especialistas em benção de quebranto, especialista em mau-olhado, plantador de arruda, gente que sabia ver o rumo, pegada, rastro, curador de todo o tipo, gente

idosa, ladainheiros (...). Guajiro viu, palmo de cima, de perto, toda a cerimônia da pajelança e tanto pajé reunido num só espaço de tempo e lugar (LAREDO, 2015, p. 86).

Nesse sentido, os estudos em torno da pajelança na Amazônia bem como dos conceitos envolvendo a encantaria são trabalhados de forma bastante esclarecedora através da pesquisa de Aldrin de Figueiredo cujo título constitui-se por “A Cidade dos Encantados: pajelanças, feitiçarias e religiões afro-brasileiras na Amazônia (1870-1950)”. O respectivo trabalho busca, entre outras coisas segundo o autor, o intuito de “recuperar” as formas de religiosidades popular na capital da borracha principalmente através de análises das fontes jornalísticas, dos registros oriundos da Antropologia e dos discursos literários produzidos pelos intelectuais no período que vão do fim do século XIX até a segunda metade do século XX e, para isso, Aldrin constrói uma linha de raciocínio que traz a tona, por meio de seus escritos, as histórias de curiosos pajés viventes em diversos âmbitos da sociedade amazônica. Segundo o autor, antes da oportunidade de realização das suas investigações ele entendia o próprio conceito de “pajelança” como uma prática voltada para “coisas de índio” que viviam no meio da selva e, portanto, jamais poderia imaginar que encontraria através das fontes os registros onde apresentava-se por meio da imprensa a presença de pajés residentes em Belém (FIGUEIREDO, 1996, p. 14).

Por meio da pesquisa, pode-se compreender que havia pajés residentes dentro da própria urbe amazônica ao longo do período da belle époque e que a partir de seus conhecimentos eles encantavam os olhares daqueles sujeitos interessados em seus trabalhos, mas que ao mesmo tempo eram vistos pela ótica dos agentes policiais, da intendência municipal e em certo sentido pela imprensa local como arcaicos, obscuros e ligados à selvageria e que, portanto, deveriam ser extintos pelo bem não só do catolicismo, mas assim como também dessa sociedade cuja recepção desses desdobramentos relacionados à pajelança, a feitiçaria e as religiões afro-brasileiras voltavam-se a uma determinada visão conservadora e opressora (FIGUEIREDO, 1996).

Contudo, coexistindo com essas percepções acerca dos pajés viventes em Belém a época da comercialização da borracha no território amazônico, Aldrin transporta os seus leitores e leitoras a diferentes localidades, para além de Belém, que auxiliam na compreensão de outras representações distintas em relação às religiosidades consideradas de caráter popular, que mantinham fortes relações com o processo da pajelança e da encantaria amazônica e o autor passa a estudar, nesse sentido, o processo histórico pelo qual o tema da pajelança, em diálogo com outras manifestações religiosas equivalentes, foi sendo cristalizado

de maneiras específicas dentro de áreas de conhecimento também específicas (FIGUEIREDO, 1996, p. 29).

A ilha de Mayandeua, dessa forma, é apresentada na pesquisa como outra região mesmo que ainda dentro da Amazônia cuja existência de sujeitos igualmente considerados como pajés contribui para a concepção das diferentes visões acerca da pajelança e das crenças religiosas amazônicas, principalmente aquelas voltadas para as de caráter afro-brasileiras e indígenas. O autor nos diz que da mesma forma que encontramos pajés acusados de assassinato, malfeitores e embusteiros, também podemos encontrar através dos registros históricos outros associados à imagem do indígena que vive na mata, o que se convencionou a associar tanto nos registros históricos quanto nos discursos dos indivíduos ao longo do século XIX e da primeira metade do XX como o “símbolo da Amazônia” (FIGUEIREDO, 1996, p. 63).

Mayandeua persiste na tentativa de elaboração de uma visão da Amazônia, onde ainda existe um povo simples que acredita em mitos ancestrais, obstinados na conservação das crenças dos antigos índios da região. É uma imagem romântica da região e do povo do interior, o qual mantém uma espécie de pureza original” (FIGUEIREDO, 1996, p. 75).

Em vista disso, o processo pelo qual a personagem Inajacy submete-se com a finalidade de sua transformação deixando de ser homem para tornar-se mulher é descrito na literatura de Olho de Boto como um desejo realizado através das manifestações oriundas dos conhecimentos de pajés amazônicos, onde o próprio local de transfiguração, isto é, Inacha, apresenta-se como passível de análise, uma vez que vai de encontro com as considerações do trabalho de Aldrin sobre as diversas representações da pajelança, especialmente aquelas direcionadas para a preservação através da população situada no interior do território amazônico de crenças em mitos ancestrais e da sua herança cultural, ambos construídos através de povos indígenas, afro-brasileiros e demais comunidades tradicionais da região. Inajacy, dessa forma, por meio de sua sonhada metamorfose acredita ter se transformado em mulher e o casamento com Inajá seria o último passo até a concretude de sua pretensão.

O romance, inclusive, ao citar a pessoa protagonista do enredo que reconhecia-se como encantada descreve em um dos trechos que “encantado que queria se desencantar. Nesse sentido, Inajacy era a própria cobra Norato no Lago da Princesa onde tomava banho com seu guapo” (LARÊDO, 2015, p. 222). Essa passagem em específico dialoga mais uma vez com as perspectivas postas pelo autor do trabalho sobre “A Cidade dos Encantados” e mostra que existe uma rede de diálogos possíveis de serem feitas no que diz respeito aos

estudos em torno da pajelança na Amazônia e a literatura Olho de Boto, mais precisamente em detrimento da localidade de Mayandeuá, ponto de encontro das suas obras. Pois, se na ilha encantada havia a presença de pajés e da herança cultural envolvendo os mitos de ancestralidade, no formoso Lago da Princesa na história Inajacy que possuía uma área voltada para o encantamento e misticismo, tomava banho com seu amado.

Além disso, o interessante de ser ressaltado é que a discussão feita por Salomão Larêdo em volta do procedimento de transformação de Inajacy acaba direcionando para outro debate voltado as subjetividades e sexualidades, temas esses recorrentes durante a narrativa, pois a grande aspiração da personagem é transformar-se, com a ajuda dos pajés e curandeiros da comunidade, em mulher, mesmo que alguns indivíduos residentes da povoação não enxerguem nem o desejo de Inajacy frente ao seu reconhecimento com o feminino, nem a consumação de seu relacionamento com Inajá como válidos. O autor ao longo da obra emprega tanto o pronome masculino como o feminino para referir-se a Inajacy e faz isso utilizando, por vezes, de uma linguagem bipolarizada, onde tudo se soma ao feminino e ao masculino ao referir-se a personalidade da pessoa em questão.

No campo de pesquisas acerca da temática voltada para a homossexualidade masculina articulada com as religiões afro-brasileiras na Amazônia, Peter Fry, um antropólogo inglês que veio para o Brasil a partir da década de 1970, construiu uma pesquisa cujo objetivo direcionava-se para as possíveis relações entre os cultos de matriz africana e a homossexualidade dos sujeitos, sobretudo homens, que frequentavam as casas religiosas afro-brasileiras em Belém nos fins dos anos 70. Fry (1982) justifica que Belém foi à cidade escolhida por ele para o desenvolvimento de sua investigação por dois principais motivos.

Em primeiro lugar, porque já se tinha a importante pesquisa feita por Seth e Ruth Leacock (1972) em torno dos cultos de possessão afro-brasileiros. E em segundo lugar, por conta da imprescindível ajuda que os professores Napoleão Figueiredo e Anaíza Vergolino foram capazes de oferecer a ele durante a sua estadia na região. Somado a essas questões, tem-se o fato de que ao longo da orientação da tese de mestrado da professora Anaíza Vergolino sobre os batuques em Belém, Peter Fry ficou bastante interessado ao deparar-se com a relação que ela notara entre os batuques e a homossexualidade e, partir disso, tentou procurar a bibliografia a respeito, onde ele afirma que além de pequena era um tanto quanto preconceituosa. Portanto, o antropólogo brasileiro resolveu ter as possíveis respostas a esses questionamentos através de seus próprios olhos e embarcou numa viagem com o destino a capital paraense em meados da década de 1970.

Mediante a isso, as percepções de Fry em torno das discussões que envolvem as aproximações entre a homossexualidade masculina e os cultos afro-brasileiros são perpassadas pelas complexidades de organização das próprias casas religiosas. Segundo ele, existe um distinto número de termos utilizados para discriminar um grupo ou uma categoria de cultos em detrimento de outros, em Belém, e diz que essa variante em relação às denominações está diretamente ligada a maneira pela qual os grupos rivais autônomos tendem a diferenciar-se uns dos outros (FRY, 1982, p. 65). O antropólogo afirma que é possível distinguir dois tipos principais de cultos na capital paraense, aqueles cujos lugares de encontro são chamados de “Searas” e aqueles em que as localidades de sociabilidade são reconhecidas com “Terreiros” ou “Barracões”. Uma possível distinção entre os dois, segundo o autor, é que somente os terreiros usam tambores em suas manifestações religiosas e também pelo fato deles serem mais dinâmicos e coloridos do que em comparação ao ritual em searas. Os terreiros, portanto, foram escolhidos pelo inglês para a pesquisa por, mais do que as searas, esses lugares estarem frequentemente associados à homossexualidade masculina.

Para ele, a presença de homens considerados como “bichas” em terreiros era uma prática bastante comum, inclusive havia exemplos de homossexuais masculinos que ao deixarem as suas casas por conta da repressão de seus familiares sobre a sua orientação sexual, acabavam buscando nos cultos a oportunidade não somente da aceitação e de um lugar mais seguro para viver a sua liberdade sexual, mas assim como a possibilidade de uma mudança de vida por meio de uma dinâmica de prestígios e de poder, principalmente ao assumirem o cargo de pais de santo, o maior do terreiro. Em alguns casos o autor informa que algumas pessoas, geralmente os sujeitos homoafetivos, filiam-se aos cultos a fim de serem possuídos por espíritos femininos para poderem dar liberdade as suas tendências femininas, no qual esses espíritos são chamados de “santos de pegação” ou “santos de fechamento” (FRY, 1982, p. 72).

Ademais, Fry ainda tece algumas argumentações para a construção da sua linha de raciocínio sobre a homossexualidade masculina e os cultos afro-brasileiros em Belém, entre elas a de que os papéis homossexuais em Belém são definidos como aqueles indivíduos que se reconhecem como “bichas mesmo”, “bichonas”, ou “bichas depravadas” onde as “verdadeiras bichas” se definem e são definidas com base no seu desempenho social e em seu suposto desempenho sexual, sendo que esses últimos sujeitos geralmente usam-se de pseudônimos femininos, ou “nomes de guerra”, para tratarem-se aos outros e a si mesmos como se fossem mulheres por utilizarem-se de pronomes e adjetivos femininos (FRY, 1982, p. 67).

Portanto, se para Peter Fry essas são questões que precisam ser analisadas a partir de suas dadas organizações e complexidades, onde por meio delas abre-se a possibilidade de compreensão acerca dos temas envolvendo a homossexualidade masculina e os cultos afro-brasileiros, especialmente na Belém dos anos de 1970, esses mesmos debates auxiliam na interpretação de que, a mobilização do enredo da literatura de Olho de Boto, frente à descrição do tema homoamazônico entre as personagens de Inajacy e Inajá, talvez perpassa por essas perspectivas postas pelo antropólogo inglês em relação ao próprio reconhecimento que os sujeitos considerados como “bichas” ou “homossexuais” reivindicam para si na história frente à condecoração do seu relacionamento.

Os estudos realizados pelo antropólogo inglês na Amazônia em meados da década de 1970 constituem-se como uma das importantes reflexões feitas acerca da relação que os cultos afro-brasileiros e as casas religiosas de Belém mantinham com as sexualidades do período, sobretudo as homossexualidades masculinas, pois segundo ele havia uma dinâmica de poder empreendida por esses indivíduos a partir das suas sexualidades para um maior estabelecimento deles nesses espaços. Se os cultos de matriz africana por si só direcionam-se como religiões capazes de fornecer uma maior interpretação sobre a estruturação de sociedades afro-brasileiras no país, o olhar através da homossexualidade e a ligação com essas formas de religiosidade, principalmente na região Norte do país, exprimem uma maneira diferente de lançar as óticas de análise dessas abordagens, o que contribui para o entendimento tanto dos cultos realizados em Belém como a própria forma de representação dessas sexualidades vistas como dissidentes.

Nesse sentido, os dois personagens da literatura amazônica Olho de Boto, mais do que resistir pela defesa de seu amor em meio a um lugar e a um contexto repressivo de negação a esse desejo, jogam luz para a compreensão da forma como as sexualidades, especialmente as homossexualidades amazônicas, estruturaram-se no tempo através do período ditatorial na região Norte do Brasil, especificadamente no território amazônico. No decorrer da história, as linhas que compõe a narrativa acabam construindo o próprio perfil do casal homoafetivo do enredo como, por exemplo, os trechos mostrados anteriormente que exemplificam a forte carga histórica e cultural de herança indígena e afro-brasileira que Inajá e Inajacy carregam consigo por meio de suas subjetividades e vivências, o que faz o relacionamento dos dois ser encarado através do prisma de um romance “homo(ama)zônico” na percepção de que essas perspectivas culturais e históricas formadoras do território da Amazônia auxiliam na composição dos sujeitos viventes da região e de suas maneiras de amar, na literatura em questão representada mediante o casamentos dos dois rapazes na comunidade de Inacha.

As pesquisas realizadas por Peter Fry em Belém na segunda metade do século XX demonstram como o campo das religiosidades afro-brasileiras e das homoafetividades na verdade são mais próximas do que parece, mesmo que haja por parte de suas determinadas abordagens as devidas diferenciações específicas e se os estudos do antropólogo abrem caminho para os possíveis entendimentos desses sujeitos no tempo marcado com a forte relação que eles mantinham com as culturas de povos originários e formadores da Amazônia, a obra literária *Olho de Boto* permite um melhor aprofundamento dessas investigações mediante a apresentação do amor de Inajá e Inajacy oriundo de uma das comunidades situadas no interior da floresta amazônica.

Assim sendo, escritas as considerações desse primeiro capítulo a respeito das principais abordagens da respectiva literatura, faz-se necessário a reflexão por meio de como o regime da ditadura civil militar, sobretudo na Amazônia, impactou na vida dos indivíduos considerados como homossexuais. Sabe-se que através da vasta bibliografia existente em relação ao contexto de ditadura militar no Brasil, os principais agentes do regime buscaram reprimir aqueles que ameaçavam diretamente o funcionamento do sistema, entre os quais faziam-se presente nesses alvos os militantes de esquerda do período, os professores e professoras de universidades e todos aqueles que, pela visão da patrulha militar eram considerados como “subversivos” e “comunistas”. Entretanto, a historiografia pouco registrou a repercussão da ideologia e da forma opressora do regime em torno dos indivíduos que no período não encaixavam-se na norma sexual estabelecida que voltava-se para uma composição heterossexual, conservadora e de pouca aberta à diversidade perante as outras formas de sexualidade. Nesse sentido, as implicações do segundo capítulo buscam tecer argumentações que auxiliem nas interpretações dessas perspectivas.

CAPÍTULO 2: A TINTA LITERÁRIA E AS PÁGINAS EM BRANCO DE UMA HISTÓRIA RECENTE: A REPRESSÃO ÀS HOMOSSEXUALIDADES E A DITADURA CIVIL MILITAR

Em um belo dia, mais precisamente em um fatídico dia do ano de 1967, “Inacha”, uma comunidade localizada no interior da Amazônia, próxima às margens do Rio Tocantins e da cidade de Cametá no Nordeste do Pará, muito conhecida pela população local por sua riqueza cultural, foi palco de um dos episódios mais curiosos da história, pois em meio ao recém-decretado regime de ditadura civil militar na região, um casal de dois homens empreenderam o desejo de uma cerimônia de casamento, para a surpresa de todos e todas residentes da localidade, antes mesmo de a sociedade vir a discutir sobre a união de pessoas homoafetivas.

Como apresentado no capítulo anterior, a narrativa de amor envolvendo Inajá e Inajacy, nossos dois sujeitos amazônidas do romance, é perpassada por questões que estão relacionadas diretamente com o próprio lugar no qual as personagens estão situadas. Tão importante quanto entender o enredo como uma história de amor é necessário, portanto, a compreensão das particularidades e da temporalidade que cercam os sujeitos viventes dentro dessa comunidade no interior da Amazônia que auxiliam, na narrativa, para a constituição das suas próprias subjetividades.

Nesse sentido, os enamorados desse discurso literário são abordados através de um romance “homoamazônico” ou seja, por meio um amor empreendido por dois rapazes no meio da floresta cujas perspectivas do território de qual fazem parte na história contribuem para que a forma de amar dos dois seja única, justamente por ao mesmo tempo apresentar-se como atravessada pela forte carga histórica de povos formadores da região amazônica, principalmente de negros e indígenas. Levando em consideração ainda o próprio contexto histórico vivenciado pelas personagens no enredo que é voltado para o regime de ditadura civil militar implantado na região.

Os caminhos que norteiam este seguinte capítulo buscam tentar construir uma linha de entendimento, fazendo os devidos usos das informações contidas no romance amazônico e tendo ele como principal base, sobre de que forma a obra em questão me informa acerca do sistema ditatorial brasileiro instaurado a partir de 1964 no território amazônico. Compreendendo, desse modo, quais foram as formas de atuação e a utilização de sua força repressora e autoritária contra os sujeitos do período que identificavam-se enquanto homossexuais, sendo essa portanto a problemática da pesquisa. Ao longo das descrições feitas

pelo romance, pode-se perceber como ele constitui-se como uma fonte contundente no que diz respeito à própria revelação da forma de funcionamento desse passado, isto é, da sociedade amazônica da segunda metade do século XX, marcada profundamente pelo regime de ditadura instaurado a partir do golpe de 1964, articulado pelos militares. A história de amor encabeçada por Inajacy e Inajá, situada em meados de fins da década de 1960 na comunidade de Inacha no interior da floresta amazônica, representa bem a maneira como os agentes militares e uma parcela conservadora da sociedade do respectivo contexto reagiram de forma a atrapalhar a efetivação dessa união, empregando para isso comportamentos considerados opressores destinados à condição das personagens enquanto indivíduos homoafetivos.

Sabe-se que a bibliografia produzida a partir desse contexto histórico nos informa sobre temas bastante particulares que voltam-se para a destituição do até então presidente à época João Goulart, as opressões, torturas e censuras ocasionadas pelos militares, as resistências e lutas armadas, entre outros pontos que foram sendo elencados por historiadores e historiadoras cujo interesse de pesquisa direcionam-se para esse período da história brasileira. Contudo, poucos ainda são os trabalhos que lançaram o seu olhar investigativo sobre esse tema tendo como destaque a percepção da maneira como as sexualidades consideradas como “dissidentes”, sobretudo as homossexualidades amazônicas, sofreram com o impacto do discurso autoritário promulgado a partir da ideologia defendida pelos militares e outros setores da sociedade civil brasileira durante a segunda metade do século XX.⁴ O que faz justamente essas considerações serem as veredas da história percorridas neste capítulo, sempre tomando a literatura amazônica que narra o casamento ocorrido entre dois rapazes amazônidas como principal fonte de análise para as possíveis respostas desses questionamentos.

No primeiro momento, pretende-se falar acerca dos registros e discursos históricos existentes os quais possibilitam a análise da maneira como o Estado comandado pelos

⁴ Em relação aos trabalhos que buscaram a sua ótica de investigação em relação ao campo da sexualidade articulado com o impacto do regime de ditadura militar no Brasil, há os trabalhos já utilizados anteriormente e aqueles que ainda serão utilizados nessa pesquisa que discutem sobre a temática em questão o qual correspondem por: TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso: A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018. GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (orgs.). **Ditadura e Homossexualidades: Repressão, Resistência e a Busca da Verdade**. São Carlos: EdUFSCar, 2014. GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (orgs.). **História do Movimento LBGT no Brasil – 1ªed.** – São Paulo: Alameda, 2018. GREEN, James N; POLITO, Ronald. **Frescos Trópicos: fontes sobre a homossexualidade masculina no Brasil (1870-1980)**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2004. QUINALHA, Renan Honório. **Contra a moral e os bons costumes: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)**. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, 2017.

militares efetuou perseguições e expurgos de sujeitos que, sob o olhar de patrulha da ditadura, eram considerados como “perigosos” para a manutenção da segurança nacional do regime. O caso mais emblemático envolvendo as ofensivas cometidas pelos agentes do sistema ditatorial foi à demissão de funcionários que atuavam no Ministério de Relações Exteriores (MRE) pelo motivo da suspeita desses sujeitos serem homossexuais.

Segundo consta a documentação analisada através do site do “Arquivo Nacional”, datada do ano de 1979, os empregados do Itamaraty foram demitidos ou aposentados compulsoriamente pelos motivos no qual estavam sendo acusados de possíveis envolvimento com “alcoolismo”, o uso de “entorpecentes”, “abuso de cargo”, além das práticas de “homossexualidade”. Eloy e Dionysio, dois desses servidores do ministério e que foram escolhidos para a sistematização de ideias dessa opressão praticada em nome da ideologia autoritária dos militares, são descritos mediante aos registros produzidos como sujeitos que por suas condições enquanto “homossexuais” tiveram que passar por essa forma de violência institucional realizada por parte do governo, inclusive sendo submetidos a exames médicos e psicológicos para a averiguação de suas sexualidades que eram vistas como patológicas.

Atrelada a essa questão, outro testemunho histórico veiculado através da imprensa em 1980 corresponde aos “rondões” policiais organizados pelo então delegado de São Paulo a época Wilson Richetti ⁵ que sobre a ação denominada de “operação limpeza” mobilizou específicas violências contra uma parte da sociedade do período encarada como indesejada por suas presenças nas vias públicas, cuja grande parte dessas pessoas eram compostas por negros, travestis e homossexuais. Dessa forma, tanto o caso do Itamaraty e a demissão de seus funcionários como as rondas organizadas pelos agentes de segurança pública que trabalhavam diretamente para a ditadura, são episódios que podem ser considerados como exemplos de perseguição e opressão dos militares e de outros setores da sociedade brasileira voltadas diretamente para os indivíduos que reconheciam-se como homossexuais no período de vigência dos governos militares no Brasil.

O discurso proferido e usado como justificativa para essas ações era o de que, a existência dessa população feria diretamente a moralidade e os costumes defendidos pelo corpo social conservador, ou seja, afirmar a homossexualidade em tempos repressivos e

⁵ José Wilson Richetti, ou apenas Richetti como é popularmente mais conhecido, foi um delegado de polícia atuante na cidade de São Paulo principalmente durante a década de 1980. Ainda nesse ano, Richetti assume a uma das delegacias mais importantes da cidade no período, a Delegacia Seccional Centro, órgão responsável por todas as delegacias da área central de São Paulo. Esse sujeito, segundo consta as fontes jornalísticas do período, foi um dos principais nomes que mobilizou práticas opressivas contra a população LGBT ao longo da ditadura no Brasil, incluindo entre essas ações algumas rondas policiais com o objetivo de “limpar” as ruas dos sujeitos indesejados, dentre estes estavam homossexuais, travestis e a população negra.

ditatoriais era seguir um caminho contrário à norma promulgada pelos agentes militares, era ser “contra a moral e aos bons costumes”. Situações essas bastante similares às que aconteceram com o casal do romance amazônico “Olho de Boto”, o que permite-se afirmar que assim como os grandes centros urbanos do período, os interiores da região amazônica marcados por suas pluralidades de culturas, também foram submetidos a ostensivas práticas autoritárias por parte do Estado, principalmente em relação as violências cometidas contra os sujeitos masculinos que nutriam um relacionamento amoroso com seus parceiros do mesmo sexo a época.

Posteriormente, a pesquisa após uma discussão metodológica fundamentada nesses discursos históricos disponíveis sobre o período da ditadura colocando o seu olhar acerca das repressões procedidas contra as homoafetividades, busca compreender de que forma essas questões postas anteriormente estão presentes de forma mais efetiva e detalhada no romance “Olho de Boto”. Inajá e Inajacy através do seu desejo de firmar matrimônio, mais uma vez consistem na tinta da viagem que colore não apenas as linhas literárias da obra, mas, sobretudo, o estudo proposto através dessa pesquisa, uma vez que foi através da consumação do relacionamento das duas personagens que, a comunidade de Inacha na história organizou profundas opressões cujo objetivo era o de tentar impedir o evento amoroso dos dois sujeitos.

“Olho de Boto” auxilia na compreensão de que assim como os demais sujeitos e suas sexualidades vistas como dissentes que sofreram com os atos de violências praticados pelo Estado, como bem mostrado pelos registros históricos utilizados, Inajacy e Inajá também passaram por profundas tentativas de repressão por conta da situação a qual defendiam e pela qual carregavam consigo, isto é, o seu amor e seus desejos homoafetivos.

A utilização da obra como fonte nos permite ampliar nossa compreensão sobre a constituição das homossexualidades amazônicas em tempos repressivos, mostrando como esses sujeitos organizavam-se em sociedade, quais foram as principais opressões proferidas contra a sua existência e as resistências estabelecidas. Lançar o olhar investigativo para essas questões, tendo o romance sempre como principal fonte norteadora dos questionamentos levantados anteriormente, é um dos objetivos deste trabalho que tentarei mostrar mais à frente.

2.1. “Contra a Moral e os Bons Costumes”: A Opressão Invisibilizada aos Homossexuais na Ditadura (1964-1985).

Ao se falar na conjuntura da ditadura civil militar brasileira, a historiografia apresenta vastas pesquisas sobre o tema que possuem como centro de investigação o Golpe de 1964, as repressões políticas ocorridas no período, a luta armada e a resistência democrática. Esses são os principais pontos que saltam aos olhos e que estão postos na sociedade quando menciona-se o respectivo contexto histórico brasileiro, presentes portanto em grande parte das produções acadêmicas dos cursos de ciências humanas do país. Atualmente, a interpretação difundida entre os intelectuais responsáveis por pesquisar sobre o assunto corresponde às causas do golpe pelos militares direcionada e tendo como principal alvo o suposto radicalismo do Presidente à época João Goulart e dos movimentos sociais que o apoiaram naquele contexto em que estava desenrolando-se a nível internacional a Guerra Fria. A justificativa propaganda do intervencionismo militar tinha como principal objetivo o de impedir que viessem a se consolidar as influências emergentes do Partido Comunista Brasileiro no governo, bem como o avanço das forças de setores sociais organizados em sindicatos tendo como pauta de reivindicações os seus direitos previamente reconhecidos e melhores condições trabalhistas.

Esses pontos, por si só, correspondem a importantes abordagens que auxiliaram na compreensão da forma como esse período histórico funcionou no país, sendo inclusive revisitado constantemente por pesquisadores e pesquisadoras que sentem a necessidade de investigar sobre esse passado recente da história do Brasil. Contudo, por mais que os debates citados anteriormente contribuíssem para uma ampliação da discussão sobre o tema, ainda persistem algumas lacunas deixadas no que diz respeito às próprias investigações que buscam entender a maneira como os anos de chumbo da ditadura impactaram na vida dos sujeitos considerados enquanto dissidentes sexuais, especialmente aqueles localizados na região amazônica durante a segunda metade do século XX. Questionamentos esses que serão respondidos no trabalho mediante a análise do romance amazônico “Olho de Boto”.

O historiador Carlos Fico, um dos principais nomes no que diz respeito às pesquisas acerca do período da ditadura militar no Brasil, possui importantes obras que dão conta de responder aos interesses daqueles que optam por estudar a temática e os acontecimentos mobilizados ao longo da duração dos governos militares no país. Ele diz que as informações disponíveis sobre a ditadura provinham em grande medida da imprensa, de discursos oficiais

e de depoimentos e/ou memórias e afirma também que são recentes os trabalhos que possuem acesso a grandes fundos documentais onde mostra-se de forma mais explícita os episódios que por muito tempo foram deixados por debaixo do pano sobre o tema em questão (FICO, 2017). Ainda segundo ele, a escassez de fontes documentais sobre o respectivo contexto não existe mais, pois o regime militar brasileiro preservou muitos acervos sendo vários deles abertos à consulta pública desde os finais da década de 1980 e em consequência disso, avolumaram-se as descobertas empíricas o que contribuiu para uma mudança no próprio perfil de produção das pesquisas cujo eixo de análise volta-se para o contexto ditatorial brasileiro.

Além disso, se antes a problemática era o acesso às fontes, após o estabelecimento delas em maior quantidade na sociedade o desafio passou a ser a análise de novas interpretações e de hipóteses explicativas em relação à perspectiva histórica do sistema de ditadura civil militar brasileira. Todavia, mesmo com o desenvolvimento de novos estudos a partir da disponibilidade dos registros e dos anseios por novas formas de compreensão do assunto, poucos são os trabalhos que lançaram o seu interesse de entendimento direcionado ao regime militar relacionando esse tema com uma abordagem voltada para as sexualidades.

E essa dificuldade de reflexões resulta justamente a uma pouca adesão de pesquisas entre essas duas áreas que se mostre capaz de interpretar, com os devidos cuidados, as questões associadas às sexualidades dissidentes e suas interações com a ditadura militar de 1964. O que acaba contribuindo, portanto, para um determinado tipo de invisibilização da opressão cometida a essas pessoas durante o seguinte contexto histórico, onde sob o argumento transgressivo de “contra a moral e os bons costumes”⁶, os militares assim como outros grupos conservadores da sociedade proferiram o ataque contra as homossexualidades existentes do período.

Nesse sentido, este capítulo da pesquisa firma a sua análise sobre de que maneira o sistema ditatorial e militar vigentes entre os períodos de 1964 a 1985 no Brasil atuou contra a população do período, com destaque especial para aqueles considerados como homossexuais cujo cotidiano fora duramente modificado com a repressão dos governos militares desferida a esses grupos da sociedade brasileira através das brechas de decretos, leis e atos institucionais usados como regulamentação para o próprio golpe. Sobre essa nova ótica de interpretar o contexto histórico brasileiro de ditadura civil militar, abre-se a possibilidade de ampliação não

⁶ Essa era uma das ideologias promulgadas pelo regime militar implantado no Brasil a partir de 1964, ou seja, tudo aquilo que se afastava da moralidade e dos ditos “bons costumes”, representado principalmente pela família de classe média, religiosa e heterossexual era visto como um ato de transgressão e que, portanto, deveria ser eliminado. Para saber mais sobre essa discussão, ver: QUINALHA, Renan Honório. **Contra a Moral e os Bons Costumes: a ditadura e a repressão à comunidade LGBT**. Companhia das Letras, 2021.

só da historiografia, mas da própria visão de entendimento que busca entender as diversas maneiras que o discurso ditatorial afetou a sociedade brasileira. O que também torna a literatura amazônica “Olho de Boto” uma interessante fonte histórica para a busca desses questionamentos, fomentando a produção de novas pesquisas que atendam a esses silenciamentos postos sobre a temática em questão.

Trazer a luz esses silenciamentos é ao mesmo tempo dar visibilidade as violências praticadas pelo Estado contra esses segmentos sociais, bem como a compreensão das formas de resistência que essa população empreendeu para poder viver as suas sexualidades e seus desejos de amarem outras pessoas do mesmo sexo sem discriminação, sendo contrários a uma organização governamental que não reconhecia e não dava viabilidade às formas como esses sujeitos apresentavam-se em sociedade a partir do seu reconhecimento enquanto homossexuais. E essa é uma tarefa que corresponde não apenas ao passado, mas também ao próprio presente, seguindo nesse sentido a linha de estudos correspondentes a “História Vista de Baixo”, em que estabelece que a produção do conhecimento histórico a partir do ponto de vista de mulheres e homens considerados “comuns” até então onde anteriormente tiveram suas subjetividades negligenciadas, mas que foram tão sujeitos dos processos históricos quanto os políticos e líderes militares, os quais habitualmente também protagonizaram o estudo da história (BURKE, 1992).

A discussão proposta por essa pesquisa ainda apresenta a sua face mais instigante ao ser lançada as seguintes perguntas: qual era o papel do amor em tempos repressivos? Mais precisamente o amor homoafetivo amazônico durante a ditadura militar? Seria possível que em meio a um período caracterizado por acontecimentos tão cruéis de retiradas de direitos e violência fosse possível pensar nesse sentimento? Essas indagações certamente não são comuns de serem levantadas ao se estudar acerca do episódio ditatorial militar, mas como bem mostra o enredo do romance analisado, essas questões além de apresentarem-se como possíveis, permitem que novas temáticas sobre o assunto igualmente tornem-se viáveis, pensando no amor como grande ponto de partida.

Apesar de a ditadura civil militar ter sido planejada por um número específico de militares de alta patente do exército brasileiro, incluindo coronéis e generais, as Forças Armadas do Brasil tomaram o poder no dia 1º de abril de 1964 também com um amplo apoio da população de esferas das classes médias, da igreja católica, do empresariado, dos latifundiários e do próprio governo norte-americano (GREEN; QUINALHA, 2014, pág. 18). Os militares utilizaram-se de um discurso tido como democrático no qual instalaram um sistema autoritário de governo que revogou direitos civis antes conquistados, assim como a

restrição de liberdades públicas de indivíduos que eram vistos através do olhar de patrulha da ditadura como “subversivos” ou perigosos para o sistema.

Em meio a essas transformações ocasionadas pelo discurso autoritário dos governos do período, estava à população que não se enquadrava na tentativa de normalização da sociedade em uma régua conservadora de valores e costumes, principalmente as mulheres, os negros, os indígenas e os homossexuais que posteriormente, com o advento da abertura lenta e gradual do sistema a partir de 1974, organizaram-se em grupos políticos de oposição a ditadura, debatendo as opressões que sofriam e os possíveis caminhos para derrubarem o sistema que, quanto mais endurecia, mais tornava-se insustentável perante os sujeitos mais vulneráveis que sofriam com as represálias por parte da intimidação do regime ditatorial brasileiro.

Assim, adotando diferentes perspectivas da história para com a abordagem da temática sobre a ditadura, seja em sua dimensão política, econômica ou cultural, bem como a multiplicidade de fontes, objetos, temas e sujeitos, o período de 1964 a 1985 no Brasil é lido pelo viés da construção de um projeto repressivo e autoritário (FICO, 2004, p. 266) que atingiu de forma significativa a vida dos sujeitos que consideravam-se como homossexuais. Essa afirmação fica mais clara quando percebemos que o principal motivo de impedimento por parte dos militares ao casamento de Inajá e Inajacy era por eles serem um casal homoafetivo, o que segundo eles consistia numa verdadeira afronta ao regime bem como aos valores ditos tradicionais.

Benjamim Cowan, em seu trabalho sobre homossexualidade, ideologia e “subversão” no regime militar, argumenta que as forças de segurança do contexto da ditadura atuavam com muita ansiedade em relação às homossexualidades do período. O próprio termo “homossexualidades”, escrito no plural e utilizado nesse trabalho foi escolhido para que não se peque por meio do maior temor dos historiadores e historiadoras perante o seu ofício, ou seja, o anacronismo. Ao contrário do que se reconhece hoje como “LGBT” ou “LGBTQIA+” para referir-se a gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, nas décadas de 1960 a palavra comum proferida a esses grupos sociais era justamente o de “homossexuais”, sendo as “lesbiandades”, “bissexualidades”, “travestilidades” e “transgeneridades” encaradas como formas de homossexualidades, o que justifica o emprego da terminologia no plural (GREEN; QUINALHA, 2014).

Desse modo, as outras formas de sexualidade e identidades de gêneros, da maneira como conhecemos nos dias de hoje, por mais que já existissem ao longo da década de 1960, só foram sendo construídas mais precisamente através dos anos 2000 no Brasil onde há um

avanço significativo do debate sobre a temática em sociedade mobilizado pelos movimentos sociais. Contudo, o contexto histórico de ditadura militar no Brasil corresponde em grande medida ao próprio surgimento de movimentos LGBTs organizados contra as investidas violentas do aparelho estatal com os sujeitos considerados dissidentes e degenerados em razão das manifestações conservadoras da sociedade. Ainda em relação à pesquisa do historiador citado no início do parágrafo, Cowan escreve que:

As forças de segurança, portanto, monitoraram e policiaram a homossexualidade por várias razões nas duas décadas após 1964. Seguindo tendências históricas, nacionais e internacionais, ideólogos da segurança nos anos 1960 teorizaram o homossexo como parte de uma série de ameaças degenerativas à segurança nacional anticomunista. Nos finais do regime autoritário, estas ansiedades sobre homossexualidade chocaram-se e recombinaram com a oposição reacionária à abertura e aos movimentos sociais em si. Polícias políticas e a comunidade de informações assistiram com inquietação estudada e predeterminada as tentativas de se forjarem alianças entre a oposição burguesa ao regime (a ABI e a OAB), a esquerda tradicional e nova, os movimentos negros e feministas e ativistas do movimento gay. (COWAN, 2019, p. 29).

A vigilância e a tentativa por parte do discurso conservador da sociedade de combate e eliminação das homossexualidades, na verdade, precedem a instauração do regime civil militar no país, pois como mostra (GREEN, 1999) no início do século XX no Brasil as autoridades médicas, legais e políticas procuraram patologizar e manter o controle da homossexualidade como uma prática perigosa, degenerativa e destrutiva aos valores da organização em sociedade. As autoridades, portanto, associaram as práticas homossexuais como uma subversão que contribuiria diretamente para o sentimento de insegurança nacional, uma vez que a própria sexualidade passou a ser tema de segurança nacional para os militares, cujo “os desejos e afetos foram alvo do peso de um regime autoritário com pretensão de sanear moralmente a sociedade e criar uma nova subjetividade” (QUINALHA, 2018, p. 24).

Cowan ainda diz que estes discursos diminuiriam em certa medida ao longo da década de 1940, mas não desapareceram, pois em meados dos anos de 1960 a 1980 os dirigentes militares utilizar-se-iam deles para informar, interpretar e agir contra as pessoas homoafetivas da sociedade naquela época. E ao longo dos anos iniciais do contexto de Guerra Fria, policiais e outros agentes de segurança da ditadura equipararam a homossexualidade com uma prática análoga e especificamente ligada ao comunismo o que representava, portanto, um perigo para a segurança nacional (COWAN, 2014, p. 33). Nesse sentido, existe uma interpretação acerca da temática na qual os agentes oficiais que trabalhavam para o sistema da

ditadura brasileira, apoiados por uma parte conservadora da sociedade, enxergavam as homossexualidades e demais formas identitárias de gênero e sexualidade como uma degeneração aos bons valores e costumes do corpo social, sendo esses sujeitos caracterizados por esse olhar opressor como “subversivos” que ameaçavam a manutenção do regime autoritário que implantara-se no Brasil a partir de 1964.

Um dos casos mais emblemáticos que corresponde e evidencia a repressão institucionalizada neste período contra a população homossexual, para além da repressão citada anteriormente trabalhada no romance envolvendo os dois sujeitos amazônidas que se casaram no interior da floresta, foi à retirada de funcionários do Ministério de Relações Exteriores (MRE) por meio de demissões e aposentadorias através de investigações iniciadas em 1969. Os marcos da Comissão de Investigação Sumária de 1969 foram entregues pela Divisão do Arquivo em 1980, tendo por determinações superiores o fato de terem sido imediatamente repassados ao Sistema Nacional de Informações (SNI).

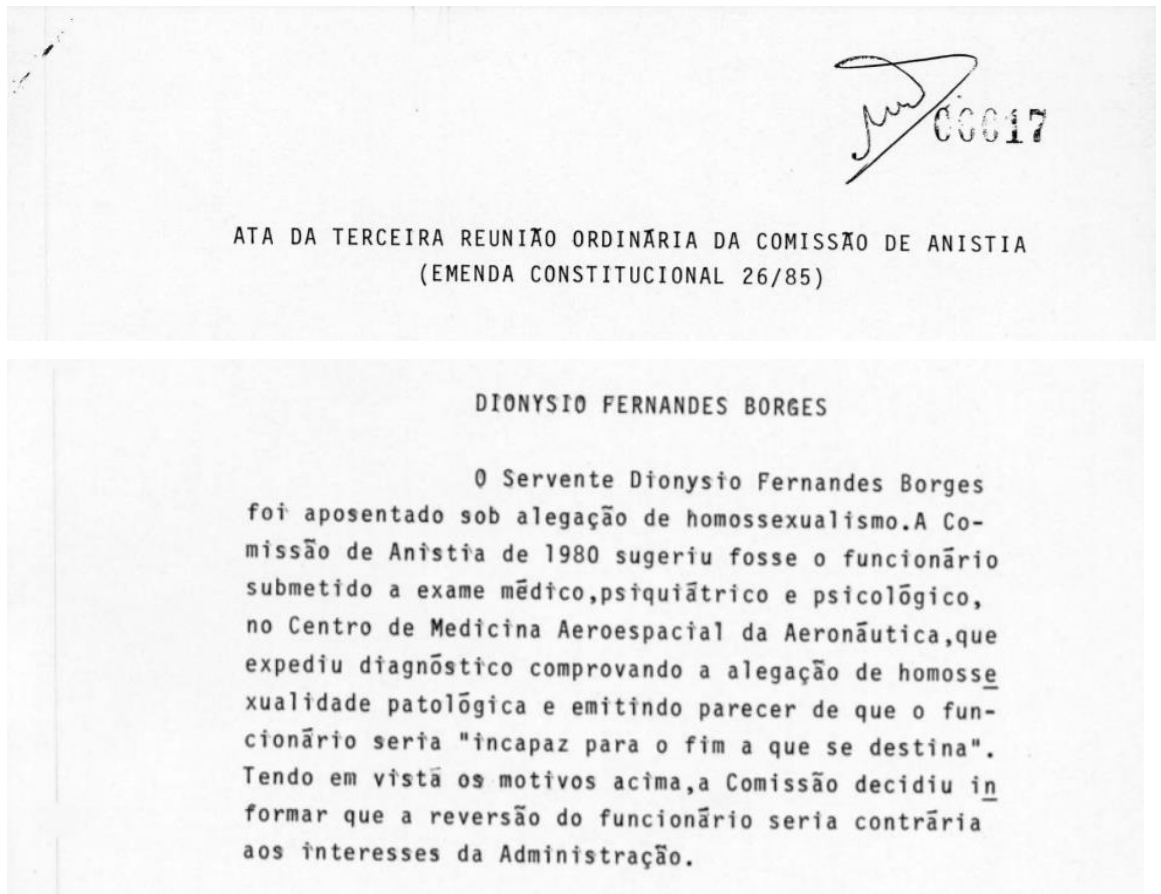
Os nove diplomatas, segundo a documentação do Arquivo Nacional redigida entre os períodos de julho de 1986 a fevereiro de 1987, foram cassados de forma explícita pela possível prática de “homossexualismo”, de alcoolismo, de uso de entorpecentes, abandono de cargo e indisciplina, ações essas que eram consideradas contra aos interesses do Estado. Além disso, segundo a documentação informa, também fora feita uma investigação de incontinência pública e escandalosa a qual estavam sendo acusados esses funcionários do ministério pelas influências moralizantes do regime militar contra aquilo que os agentes do governo acreditavam ser a subversão de sujeitos homossexuais, e a comissão ainda exigiu que quaisquer suspeitas de práticas de “homossexualismo” fossem submetidas a um cuidadoso exame médico e psiquiátrico.

Detalhes do processo mostram que foram meses de entrevistas e denúncias anônimas tendo os oficiais da Polícia Federal, do SNI, do Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) e das agências estaduais de segurança como os principais órgãos de investigação do caso. Nos documentos analisados em que há a apresentação da lista de funcionários do Itamaraty punidos por motivação política não há o registro explícito de agressões físicas, torturas ou prisões como aconteciam contra aqueles que eram considerados como perigosos para a segurança nacional, mas o fato de se ter a ocorrência da demissão e aposentadoria compulsória desses servidores do MRE pelo motivo deles serem homossexuais mostra a violência institucional que o governo praticava com o objetivo de preservação do sistema por meio de comportamentos que eles enquadravam como esperados por parte dos outros

indivíduos, principalmente aqueles que trabalhavam para o Estado cujo carregavam em si a imagem do sistema.

Mediante as realizações do trabalho das Comissões de Anistia comandada pelos militares e que ficaram encarregadas de desenrolar o processo feito contra os funcionários do MRE, a documentação analisada exhibe os motivos pelo qual os servidores públicos estavam sendo exonerados de seus cargos onde constam os nomes dos principais trabalhadores do ministério que estavam sendo acusados de subversão homossexual, sendo eles: Dionysio, Eloy, José Adonias, José Eduardo, José Maria e Ori (LANGARO, 2019, p. 56).

FIGURA 01 - Imagem da terceira ata da reunião ordinária da comissão de Anistia



ELOY ANTONIO XAVIER

O Auxiliar de Bibliotecário Eloy Antonio Xavier foi aposentado sob alegação de homossexualismo. A Comissão de Anistia de 1980 sugeriu fosse o funcionário submetido a exame médico, psiquiátrico e psicológico no Centro de Medicina Aeroespacial da Aeronáutica, que expediu parecer considerando-o "apto para o fim a que se destina". Os assentamentos pessoais do funcionário nada têm de desabonador, tendo a Comissão, pelo contrário, encontrado vários elogios e boletim de avaliação funcional com conceito máximo em todos os itens. Por es-

ses motivos, a Comissão julgou que a reversão do funcionário poderia ser condicionada apenas ao resultado de entrevista e, caso positiva, de nova inspeção médica.

Fonte: Encaminhamentos da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça (DSI/MJ),
 Mês de Junho de 1979. Disponível em
http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1319629&v_aba=1. Acessado em 2 de julho de 2021.

Dionysio, Eloy, assim como os outros demais funcionários que foram demitidos ou aposentados do MRE pela acusação de suas homossexualidades, além dos próprios personagens do romance que reafirmaram o seu amor na Amazônia da década de 1960, configuram-se como exemplos da perseguição que os agentes oficiais que trabalhavam para a ditadura promoviam contra aqueles que não encaixavam-se na norma estabelecida pelo Estado que tinha como objetivo a construção e a defesa da sociedade a partir de valores e moralidades conservadoras que não abriam espaço, desse modo, para a diversidade sexual existente no período.

Esta investigação revela mais do que uma profunda vigilância tanto pessoal como detalhada por parte do poder comandado pelos militares no período, mas que seu significado também reside nas combinações de “embriaguez”, “homossexualismo”, “insanidade” e outras acusações médico-patológicas que consideraram e interpretaram esses desvios como vinculados e, portanto, ameaçadores a preservação da vigiada segurança nacional do regime militar (COWAN, 2014, p. 33).

O fato desses sujeitos citados anteriormente terem passado por averiguações, exames médicos e psicológicos por parte do Estado por conta de suas sexualidades mostra como a ditadura possuía uma resposta repressiva e conservadora em relação a esses indivíduos e suas vivências enquanto homossexuais. Inajacy, a personagem dentro do romance amazônico, ao ser presa vestida de noiva igualmente sofreu represálias da polícia local pela sua condição como desviante dos valores morais postulados a época, como será mostrado mais adiante.

Alinhado a essa perspectiva, no contexto ditatorial iniciado no Brasil a partir do golpe de 1964, juntamente com a Guerra Fria e a forte ideologia anticomunista, pertencer a essa comunidade que era vista como “delinquente” e “degenerada” por parte dos olhares vigilantes do militares constituía-se como uma verdadeira ameaça à própria segurança do sistema e além do viés contrário a manifestação comunista, o golpe também fora estimulado através de uma significativa carga de conservadorismo, principalmente entre aqueles diretamente ligados à estruturação autoritária da ditadura. Representantes diretos do SNI e da Polícia Federal de maneira consistente incluíam acusações de homossexualidades em seus informes sobre pessoas suspeitas de “subversão” onde os desvios sexuais, psicológicos ou de gênero colocavam em risco a manutenção da segurança do sistema militar.

Ao longo do processo de endurecimento do regime nos anos 1960, as polícias políticas e estatais continuaram a aderir a um projeto em que os indivíduos que praticavam sexo com outros homens pertenciam a um submundo estigmatizado e degenerado no qual participavam os sujeitos considerados como “pederastas”, alcoólatras, meretrizes, deficientes mentais e outros desviantes e inconformados com as constantes práticas autoritárias por parte dos governos militares e da sociedade civil (COWAN, 2014, p. 32). O registro analisado acima onde evidencia-se a demissão e aposentadoria de funcionários do Itamaraty mostra o caráter de vigilância do comando militar contra as pessoas que na época reconheciam-se como homoafetivas e por mais que a ditadura não tenha inventado o preconceito contra esses grupos, certamente forneceu aos moralistas e conservadores que apoiavam a sua forma de atuação os motivos para agirem e destilarem o seu ódio a essa população marginalizada historicamente.

O ano de 1968, dessa maneira, marca uma nova história no contexto de ditadura civil militar no país, pois em consonância com o fechamento cada vez mais autoritário dos governos militares vigentes na época, encabeçado diretamente pelas políticas promulgadas pelo governo de Artur Costa e Silva (1967-1969), esse foi um período marcado também por uma forte efervescência social, cultural e política no Brasil, assim como no resto do mundo. Mas há uma ambiguidade interessante de ser analisada, pois ao passo em que havia por parte

do regime um discurso punitivista de combate a tudo aquilo que ameaçava a manutenção da segurança nacional, as pessoas que viviam nos submundos como degenerados e estigmatizados, entre eles os homossexuais, passaram a construir redes sociais para as suas vivências em comum, primeiro em locais privados sendo as suas próprias casas e apartamentos como locais de encontros, depois com a abertura do regime em 1974, em bares e outros estabelecimentos de sociabilidade que pouco a pouco foi sendo delimitado por esses setores (TREVISAN, 2018, p. 268).

A partir do novo comportamento social e sexual influenciado pelos elementos da contracultura iniciado nos Estados Unidos em meados da década de 1950 e que popularizou-se em meados dos anos 1960, esse mesmo movimento contribuiu para a adoção de novos papéis sociais conquistados pelas mulheres, principalmente as de classe média e para a ampliação de espaços de sociabilização homossexual, onde os sujeitos que sentiram-se representados pela movimentação da chamada “revolução sexual” incomodavam os setores mais tradicionais da população brasileira (FICO, 2000, p. 38). Essas transformações culturais foram apreendidas pelos setores alinhados a direita como um verdadeiro atentado à moral e aos bons costumes, contra o catolicismo e nocivo a família tradicional brasileira e que, portanto, com o auxílio do braço opressor do Estado, precisavam ser eliminados segundo eles (FICO, 2014, p. 20).

Em meio às mobilizações sociais ocorridas a partir dessas transformações contra o endurecimento que crescentemente mostrava-se mais explícito na ditadura, principalmente contra aqueles contrários a conduta perante as tomadas de decisões repressoras por parte do Estado, as manifestações culturais que refletiam a sociedade em movimento, como o Tropicalismo e outras demais formas de expressão política e cultural, deram uma nova resposta a essa onda conservadora e opressora do sistema militar no Brasil. Com as articulações impulsionadas no interior dessas organizações influenciadas por essas modificações de abordagem cultural na época em questão, abriu-se novos espaços e possibilidades de imaginar uma estruturação política que contestasse a repressão feita aos homossexuais e indivíduos que não encaixavam-se na régua conservadorista defendida pelos militares como um modelo a ser seguido.

Entretanto, com a edição do Ato Institucional número 5 decretado em 13 de dezembro de 1968 através do governo de Costa e Silva, interrompeu-se aquilo que acreditava ser o começo de uma emancipação política das categorias marginalizadas da sociedade que sofriam com o impacto das violências cometidas por intermédio do braço armado dos governos militares, entre esses grupos principalmente estavam aqueles indivíduos que constituíam-se

por negros, mulheres e homossexuais. A repressão, a censura, o terrível sentimento de medo que acompanhavam esses sujeitos, os autoritarismos, a cassação de direitos e as perseguições por parte do poder policial paralisou qualquer tentativa de esperança de uma organização LGBT cujo objetivo voltava-se para a possibilidades de discussões sobre como enfrentar a ditadura e lutar pelas conquistas de direitos para a comunidade em diálogo com as reivindicações de cunho democrático para o país.

Desde o primado do controle da “moral e dos bons costumes” que instalou-se durante o contexto do Estado de Exceção em 1964, justamente no ano em que decretara-se o golpe que levou os militares ao poder, a ditadura civil militar apoiou-se em algumas redes de normas jurídicas que acabaram justificando não somente a tomada dos agentes do exército militar ao centro de decisões do poder após a saída de João Goulart da presidência, mas assim como também as próprias ações opressoras destinadas aqueles que, de alguma forma, eram contrários ao discurso conservador e moral sustentado pelo regime, uma vez que:

De um lado, os preconceitos tradicionais, de outro, nossa cultura mandonista e violenta; no meio, a supressão do estado de direito e a institucionalização de uma figura jurídica ampla e subjetiva – estavam dadas, pois, as condições favoráveis para a exacerbação de práticas as mais deploráveis em termos de direitos civis e da dignidade da pessoa humana. Ademais do aspecto político estrito senso, negros, pobres, a ampla variedade de trabalhadores informais, assim como os dissidentes sexuais, tornaram-se alvos preferenciais de ações repressivas por parte de agentes de estado, de diversos órgãos e instituições, em alguns casos atuando por solicitação expressa de setores da própria população; tudo o que se desviasse da visão de mundo hegemônica era passível de tornar-se alvo de prisão, tortura e até desaparecimento (RODRIGUES, 2014, p. 202).

São exemplos desse aparelho jurídico utilizado pelo sistema para justificar as batidas policiais aos sujeitos homoafetivos a “Lei de Imprensa” (Lei nº 5.250 de 9 de fevereiro de 1967); o “Código Brasileiro de Telecomunicações” (Decreto de Lei nº 236 de 28 do mesmo mês e ano); a “Lei de Segurança Nacional” (Decreto de Lei nº 314 de 13 de março de 1967); o “Decreto de Lei nº 477” (26 de fevereiro de 1969), no qual tornou possível a expulsão de professores e demais funcionários dos estabelecimentos de ensino públicos e particulares acusados pelos atos de contra a moral e bons costumes; a “Censura Prévia” (Decreto de Lei nº 1.077) e a própria Lei de Vadiagem, instituída ainda no início do Regime Republicano com o artigo 390 do Código Penal de 1890 cujo objetivo era o de reeducar e punir os vadios e que foi usado pela ditadura para a apreensão daqueles que com a sua presença, “sujavam” as ruas do país.

Em relação a esse mecanismo jurídico utilizado pelo Estado desde a proclamação do novo regime republicano ainda em fins do século XIX para o controle e higienização da população, a punição as pessoas enquadradas no crime de vadiagem fazia parte da norma estabelecida já nesse período brasileiro da nascente República que entre outros objetivos estava o de diferenciação do período imperial, pois o que se subentendia por trabalho ligava-se a prática da escravidão sendo ela uma das principais formas de sustentação tanto do regime como da sua economia (OCANHA, 2014, p. 154).

Mediante a essa mentalidade, as elites brasileiras do período entendiam que a concepção de trabalho estava relacionada a uma ideia de degradação, onde membros dessa classe social recusavam-se frente à possibilidade de uma mudança da sociedade saindo de um sistema escravocrata e indo em direção a uma estruturação capitalista uma vez que elas dependiam diretamente do sistema escravagista para poder estabelecerem-se na estrutura social do período (CHALHOUB, 1986, p. 282).

Getúlio Vargas, já na ditadura de Estado Novo, acaba mudando o Código Penal em 1941 onde houve uma alteração da vadiagem como crime passando a ser considerada uma contravenção penal, ou seja, um tipo de instrumento jurídico utilizado para enquadrar crimes considerados como leves. Com o advento dessa transformação na norma jurídica, decretara-se o artigo 59 da Lei de Contravenções Penais, onde apresentava-se aquilo que seria encarado como “vadiagem” que abrangia as seguintes acusações: “Art. 59 – Entregar-se alguém habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover a própria subsistência mediante ocupação ilícita: Pena – prisão simples, de quinze a três meses”. Ainda sobre o funcionamento dessa lei existem registros em que mostram as diversas formas de sua aplicação através do poder estatal contra os sujeitos considerados como vadios, inclusive para as pessoas que eram enquadradas pelas patrulhas da Delegacia de Costumes que nas atribuições jurídicas de aplicação desse instrumento considerava que aqueles estando em via pública praticando atos sexuais ou que interferissem diretamente para a segurança da população igualmente fossem penalizados mediante os atributos dessa norma, uma vez que:

Desde 1924, a Delegacia de Costumes utilizava a Lei de Vadiagem para prender quem realizasse práticas sexuais que não agradassem a prática policial. A Lei de Vadiagem pressupõe que todos os trabalhadores possuam recursos financeiros que comprovem sua subsistência, mas não deixa claro como se dará a verificação e exigência de documentação, ficando a cargo de cada delegacia estabelecer comprovação de trabalho. Mais do que isso, a lei deu autoridade à polícia para regular os vadios no espaço público da rua. No caso dos vadios incomodarem os

ditos cidadãos de bem, isso representaria uma perda da autoridade da polícia sobre o espaço público (OCANHA, 2014, p. 156).

A parcela da população que era considerada como indesejada pelas patrulhas policiais do regime da ditadura e que foram afetadas pela opressão dos militares caracterizavam-se principalmente por indivíduos homossexuais, travestis, negros e prostitutas. Entre aqueles considerados como dissidentes sexuais, as travestis, os homossexuais masculinos dotados de estilos de gênero dissonantes, por serem mais visíveis, foram os mais atingidos por operações policiais higienistas promulgadas pela ditadura que seguiu caçando nas ruas, praças e nos parques esse público que elevaram-se a categoria de “elementos da ação subversiva” (RODRIGUES, 2014, p. 222).

O episódio mais explícito dessa política de perseguição a travestis e homossexuais durante a ditadura apoiada através dos desdobramentos da Lei de “Vadiagem” na sociedade corresponde às rondas policiais organizadas na cidade de São Paulo em 1980 tendo como capitão o então delegado à época José Wilson Richetti durante o governo de Paulo Maluf. No mês de maio do mesmo ano, Richetti assume a Delegacia Seccional Centro, órgão responsável por todas as delegacias da área central da cidade de São Paulo e dois dias depois da sua posse, em 22 de maio de 1980, é divulgado na imprensa para toda a sociedade a primeira grande operação de “rondão” com o intuito de “limpar” a cidade da parcela da população cuja presença era vista como indesejada por parte da visão autoritária do regime ditatorial que possuía amplo apoio da camada conservadora da sociedade brasileira do período (OCANHA, 2014, p. 161).

O esquema foi composto por 20 delegados e 100 investigadores que atuavam 24 horas por dia nas ruas em busca daqueles que pudessem estar praticando alguma atividade considerada ilícita pela linguagem policial. As reportagens sobre a organização da operação foram divulgadas no jornal “Folha de São Paulo”, entre os períodos de 23 de maio de 1980 e 27 de maio do mesmo ano, que descreveu os principais perfis das pessoas abordadas durante a intervenção policial de Richetti. O primeiro jornal mostrava que foram apreendidos pelos policiais “assaltantes, traficantes de drogas e outros bandidos marginais que frequentavam o centro”.⁷ Já o segundo detalhava que entre os detidos e as detidas do dia constavam 172 pessoas presas de acordo com o delegado, sendo esses indivíduos constituídos por “homossexuais, prostitutas, travestis e um indivíduo com posse ilegal de armas”⁸.

⁷ Folha de S. Paulo, 23 de maio de 1980, p. 9.

⁸ Folha de S. Paulo, 27 de maio de 1980, p. 11.

A partir dessas impressões acerca da intervenção comandada pelo delegado Richetti, pode-se perceber que existe uma certa divergência entre o objetivo direto das patrulhas policiais e o resultado que ela acabara apreendendo, uma vez que se no começo a principal pretensão dos oficiais em relação ao esquema de rondas pelas ruas de São Paulo era a de prender criminosos e demais pessoas que ameaçavam a segurança pública, na prática a “Operação Cidade”, como veio a ser chamado esse tipo de patrulhamento, converteu-se em uma verdadeira detenção de sujeitos LGBTs e prostitutas que frequentavam as localidades situadas no centro da cidade de São Paulo (OCANHA, 2014, p. 162).

O adorno mobilizado pelo corpo policial chefiado por Richetti encontrou apoio não somente de outros oficiais que trabalhavam diretamente para a ditadura e seus órgãos que possuíam por objetivo garantir a segurança da “população de bem” e do próprio regime, mas obteve respaldo também de uma parte da sociedade conservadora que enxergava nessa operação de limpeza a oportunidade de afastar das ruas aquela população que era vista como degenerada, o “outro do outro”, composta em grande medida por prostitutas, travestis e homossexuais que afrontavam a premissa da moral e dos bons costumes defendida por eles.

A relação entre as associações de comerciantes e de moradores com a polícia civil ocasionou um amplo sustentáculo nas operações policiais de combate à prática de “*trottoir*”, termo francês que por sua definição teria o sentido de “andar na calçada”. Contudo, este termo ficou mundialmente conhecido como “o andar de prostitutas e travestis a procura de clientes nas calçadas de Paris” e no Brasil de forma análoga veio a se popularizar como uma expressão que representava a prostituição de rua nas grandes cidades (OCANHA, 2014, p. 153).

O Vale do Anhangabú e a Avenida São João eram locais favoritos desde meados dos anos de 1930 para aventuras e socialização homoerótica, onde as atividades adequadas e inadequadas socialmente, a respeitabilidade burguesa paulistana e a homosociabilidade erótica acabavam coexistindo e contribuindo para a construção da paisagem urbana do local (GREEN, 1999, p. 170). Já no contexto ditatorial brasileiro, um dos locais considerados como ponto principal de encontro desses segmentos sociais era o Largo do Arouche no qual em 1979 estabelecimentos localizados nas proximidades voltados a um público de alto poder aquisitivo cederam espaço a presença de homossexuais o que para os antigos comerciantes do Largo era um afronte aos valores tradicionais. Arrisco a dizer que essa determinada “permissividade” de sujeitos homoafetivos nesses locais na vida noturna do período precisa primeiro ser entendida a partir do viés econômico e do lucro os quais esses estabelecimentos seguiam e que em certo sentido essa população poderia proporcionar a eles.

Dessa forma, houve a organização de um abaixo-assinado por parte desses indivíduos ofendidos pelo trânsito de homossexuais ao redor de uma das principais áreas centrais da cidade pedindo que a intervenção policial de limpeza encabeçada por Richetti pudesse impedir a existência de prostitutas, travestis e homossexuais na região em questão. O caráter oficial da política de “rondões” e das autoridades de segurança pública que trabalhavam para a ditadura colaborou ainda mais para o clima de medo sobre a parcela LGBT da sociedade que construíam-se por alvos centrais das perseguições e repressões ocasionadas por meio do policiamento ostensivo de combate a esses sujeitos que não eram bem quistos nem pela população geral do país, muito menos para os governos militares que encaravam as homossexualidades como um determinado tipo de ameaça à segurança nacional.

Durante a ditadura militar, o modo de vida das pessoas que reconheciam-se como homossexuais, sofreu repressão com as tentativas de ocultamento de suas manifestações porque a violência do Estado autorizava e apoiava, juntamente com a classe mais conservadora da sociedade firmada na defesa da moral e dos bons valores e costumes, a perseguição contra esses grupos sociais (LOPES, 2014, p. 280).

O expurgo de funcionários que trabalhavam no Ministério de Relações Exteriores pela suspeita da possível prática de homossexualidade envolvendo os acusados, os rondões policiais promovidos pelos agentes de segurança do Estado e além da tentativa de impedimento da união matrimonial e Inajá e Inajacy na Amazônia apresentada pelo romance, são exemplos de como a ditadura utilizava-se do seu discurso opressor de eliminação as diferenças para por em prática a violência contra os dissidentes sexuais do período que percorriam uma trajetória contrária aquela imposta pelos militares e demais setores tradicionais do corpo social brasileiro.

No entanto, essa população marginalizada também empreendeu durante o tempo de vigência da ditadura importantes redes de resistência de combate ao regime ditatorial em busca de direitos previamente reconhecidos por parte do Estado, dentre essas formas de resistência pode-se considerar também o grande evento de Olho de Boto e a afirmação do amor de nossos dois personagens amazônidas, a formação em 1978 do primeiro grupo de reafirmação homossexual (GREEN, 2014, p. 177) e a criação do jornal *Lampião da Esquina*, também no fim da década de 1970 (RODRIGUES, 2014, p. 83).

A partir de 1974, com a abertura lenta e gradual e a reorganização das oposições aos militares anteriormente impedidas de atuação pelo decreto do AI-5 promulgado ainda no governo de Costa e Silva, criaram-se condições favoráveis para a criação de uma organização política de gays e lésbicas. Contudo, como mostra João Silvério Trevisan (TREVISAN, 2018)

um dos pioneiros fundadores do movimento e um dos intelectuais responsáveis pelo surgimento do periódico *Lampião da Esquina*, essa não foi uma tarefa fácil uma vez que a repressão do governo Médici (1968-1974) e o medo que o sistema criou continuaram no decorrer dos primeiros anos do governo Geisel (1974-1979), que mesmo com as promessas de um “relaxamento” político efetuiu-se um difícil clima para quem quisesse tentar formar um grupo de resistência homossexual contra a ditadura (GREEN, QUINALHA, 2014).

Alinhada a essas perspectivas, havia ainda uma outra problemática que inviabilizava a formação de um sólido movimento de gays e lésbicas contra o sistema, pois não havia quase apoio por parte de outros setores oprimidos pelo regime, entre eles as próprias esquerdas, a uma organização política de grupos de dissidentes sexuais que compreendiam como necessária e urgente a estruturação de um movimento social de reivindicação a liberdade sexual.

Se para os militares e para a sociedade civil conservadora que apoiou o golpe de 1964 as homossexualidades eram vistas como práticas análogas ao comunismo que interferiam diretamente na manutenção dos valores tradicionais e da segurança nacional, para a esquerda ortodoxa do período a luta homossexual não era encarada como urgente, pois essa ala entendia que o debate em torno das demandas desse público poderia afetar o grande objetivo desses setores voltado para a derrubada da ditadura a partir de uma saída pela luta da classe trabalhadora articulada em partidos de esquerda (MCRAE, 2018 p. 40).

Nesse sentido, como pode-se observar, as homofetividades bem como os seus anseios de uma maior organização política em sociedade conviviam em um verdadeiro campo minado, onde por um lado estava um sistema repressor que utilizava-se de aparatos jurídicos para colocar em prática a censura contra esses sujeitos e suas sexualidades, e por outro lado encontrava-se os partidos de esquerda que enxergavam as lutas dessas populações como não necessárias, ou menos importantes, frente a derrubada do regime ditatorial brasileiro. E isso permite o pensamento que esses mesmos discursos, anteriormente proferidos nos grandes centros urbanos brasileiros do período, passaram a se fazer presentes também em lugares mais afastados daquilo que se compreendia como “civilização”, onde o ápice corresponde ao próprio enredo narrado pela literatura amazônica que descreve sobre o amor homoafetivo no contexto ditatorial brasileiro.

Desse modo, portanto, é certo afirmar que o sistema de Ditadura Civil Militar brasileiro iniciado a partir do golpe de 1964 desferido pelos militares não inventou o preconceito contra aqueles que na época da instauração do regime reconheciam-se como homossexuais, mas por meio de instrumentos jurídicos e em grande medida pelo discurso

moral e conservador da sociedade, principalmente entre aqueles oriundos das classes médias que apoiaram as intervenções militares, o modo de vida desses sujeitos foi bruscamente modificado com as opressões praticadas pelo Estado.

A demissão e a aposentadoria forçada de membros do Itamaraty pelo fato deles serem homoafetivos e as patrulhas policiais denominadas de “operação limpeza” organizadas pelos agentes de segurança pública com o intuito de prender travestis e homossexuais nas ruas dos grandes centros urbanos configuram-se como exemplos de como os governos militares atuaram contra essas pessoas que não enquadravam-se na norma reguladora da moral e dos bons costumes da sociedade, onde o fato de ser homossexual era visto como uma verdadeira ameaça para a tão vigiada e preservada segurança nacional da ditadura.

Resta saber agora sobre em que medida esse discurso autoritário praticado pelos militares contra a população homossexual do período atingiu os sujeitos amazônicos que nutriam entre seus parceiros um romance no qual, por sua vez, apresentava-se como visível aos olhos da sociedade como é o caso do amor de Inajá e Inajacy. A literatura analisada apresenta algumas possíveis respostas a esses anseios investigativos da pesquisa, pois há ao longo da construção de ideias do livro a própria utilização da temporalidade direcionada para o regime de ditadura civil militar na Amazônia. Então é para ela novamente que me remeto para compreender acerca das formas como estabeleceram-se essas homoafetividades amazônicas em períodos repressivos.

2.2. O amor que Ousa dizer o seu nome: homoafetividades amazônicas em tempos repressivos a partir da literatura “Olho de Boto”

O amor que não ousa dizer seu nome, neste século, é uma grande afeição de um homem mais velho por um outro mais novo, como havia entre Davi e Jônatas, tal como Platão fez a verdadeira base de sua filosofia, tal como alguém encontra nos sonetos de Michelangelo e de Shakespeare. É aquela profunda afeição espiritual que é tão pura quanto é perfeita. Ela conduz e preenche as grandes obras de arte como as de Shakespeare e Michelangelo e essas duas minhas cartas. É neste século incompreendido, tão incompreendido que pode ser descrito como “o amor que não ousa dizer seu nome”, e, por causa dele, fui colocado onde estou agora. É bonita, é fina, é a mais nobre forma de afeição. Não há nada inatural nisso. É intelectual e existe repetidamente entre um homem mais velho e um mais novo, quando o mais velho tem intelecto, e o mais novo possui toda a alegria, esperança e glamour de vida diante de si. É assim que deve ser, mas o mundo não entende. O mundo o ridiculariza e às vezes coloca alguém no pelourinho por causa dele (FOLHA DE S. PAULO, 1995).

A epígrafe acima corresponde a uma fala do célebre escritor irlandês Oscar Wilde quando ele, acusado pelo crime de “incidência grave” pela sociedade britânica vitoriana de fim do século XIX e início do XX, foi sentenciado à prisão por manter um relacionamento homossexual com outro rapaz à época, um sujeito da aristocracia inglesa que denominava-se de Lord Alfred Douglas. Mesmo defendendo-se, notavelmente citando em julgamento “o amor que não ousa dizer seu nome”, metáfora para referir-se ao homoerotismo no período a partir de um poema de seu amante Douglas, a quem Wilde chamava carinhosamente de “Bosie”, o poeta foi condenado e preso por dois anos, de 1895 a 1897, como consequência sendo obrigado a prestar trabalhos forçados para cumprir a sua pena.

Reconhecido por seu estimado talento literário, Oscar Wilde nasceu em 1854, em Dublin, na Irlanda, mas acabou mudando-se e passou a morar em Londres com a família, o que fez de lá o lugar em que viveu boa parte de sua vida e juventude. Já em solo londrino, no ano de 1881, o dramaturgo publicou o seu primeiro livro intitulado de “*Poems*”, que o ajudou a estabelecer-se como um escritor em ascensão pelas suas notáveis e sensíveis formas de escrita. Casou-se em 1884 e tivera dois filhos, todavia entre esse meio tempo continuou escrevendo e publicando poemas, peças, romances e ensaios, dos quais destacam-se como os seus principais o romance “O retrato de Dorian Gray”, publicado em 1891, a tragédia “*Salomé*” datada do mesmo ano e a peça “A importância de ser prudente” em 1885.

Aos anos da década de 1890, Wilde ocupava um espaço de significativo respeito entre os intelectuais da sociedade inglesa do respectivo contexto pelos seus trabalhos produzidos

até então, entretanto a sua fama e seu alto poder aquisitivo não interferiu que em maio de 1895, numa época em que a homossexualidade era considerada crime, a relação amorosa que ele nutria com o jovem Bosie o levasse para o encarceramento. O que para ele era uma vida magnífica nos tempos anteriores a essa acusação, após a decretação da sentença a sua vivência veio a se tornar o seu mais terrível tormento, pois na prisão foi obrigado a prestar serviços forçados padecendo da mais variadas necessidades e mesmo após a sua soltura enfrentou grandes dificuldades na tentativa de regresso ao mundo das letras.

No espaço de tempo em que estivera preso, o autor teve a oportunidade de continuar seus escritos no qual produziu uma carta denominada de “De Profundis” escrita em 1987 que posteriormente torna-se-ia um livro a ser publicado que em grande medida dá conta de nos informar sobre os episódios de sua relação com o jovem amado por meio de uma escrita que reflete sobre a humanidade e seus dilemas éticos em sociedade. De Profundis, nesse sentido, é considerada como uma das mais explícitas missivas de amor entre dois homens ao longo da história.

“O amor que não ousa dizer o seu nome” é, dessa maneira, o profundo sentimento de defesa do único sentimento capaz de contornar as angústias da vida, é aquilo que torna o peso da existência mais suportável de ser vivido, quando duas pessoas possuem a oportunidade de compartilhar momentos tão genuínos e bonitos um do lado do outro, mesmo que haja por parte da sociedade conservadora o não reconhecimento desse tipo de sentimento quando se tratam de dois homens ou duas mulheres, dois seres humanos. É a negação do próprio amor que pode até diferenciar daquele sentido por um homem e uma mulher, mas que no fim a representação é a mesma. Que tipo de sociedade nega o direito ao amor? O que leva uma pessoa, ou um grupo de sujeitos a questionar a forma como o outro se relaciona só porque é diferente da maneira como eles encaram e se apropriam desse tipo de sentimento? O que pode se afirmar é que por mais que o amor seja inexplicável, natural e inevitável, há por parte desses sujeitos a resistência ao longo dos tempos em reconhecerem outras expressões que não sejam aquelas em que se é acostumada a se ver como criança, constituídas através do relacionamento heterossexual.

O amor está diretamente ligado à vida, desse modo, impedir ou negar esse afeto é desacreditar no próprio sentido da vida é responder ao amor com o comportamento contrário a essa afeição, é deixar o ódio prevalecer quando o único espaço vazio deveria ser preenchido e ocupado com mais bela expressão de ternura.

Assim como o amor que Oscar Wilde provia por seu amante Bosie na Inglaterra vitoriana do século XIX sofreu represálias, do outro lado, no continente americano, mais

precisamente no interior da floresta amazônica, já em meados da segunda metade do século XX, em meio à recém-decretação da ditadura civil militar na região, Inajá e Inajacy, nossos dois principais personagens da literatura analisada neste trabalho, reivindicavam para si e para os outros que conviviam com os dois em sociedade, o direito de poder usufruir felizes o seu romance como um casal durante um tempo em que o país, mais precisamente o território da imensa e plural Amazônia, vivia sob a égide do regime repressivo militar que encarava a homossexualidade dos sujeitos como uma ofensa a moral e aos bons costumes promulgados pelo discurso conservador de uma parcela do corpo social do contexto histórico abordado pelo viés literário. Ou seja, se a história pode ser contada através de inúmeras abordagens históricas que correspondem a uma determinada sociedade em um específico espaço de tempo, o amor igualmente pode servir de fonte para descrever as formas variadas como os sujeitos apropriam-se desse sentimento ao longo do tempo.

Os determinados passos construídos anteriormente nessa pesquisa foram mobilizados justamente pelas interpretações possíveis de serem feitas através das análises de abordagens presentes em meio ao uso da literatura amazônica e de suas inspirações de escritas utilizando o tempo como pilar de construção da trama. Inajacy e Inajá são encarados como dois sujeitos genuinamente amazônidas, viventes de uma comunidade situada no interior da floresta da região onde seus costumes apresentam-se como diretamente ligados aos próprios meios de interação com o lugar, com a natureza, seus rios e matas e principalmente cercados das influências de herança cultural dos povos indígenas formadores da história do povoado. Entretanto, por mais que as condições de espaço e temporalidade comparadas ao caso de Wilde sejam totalmente distintas em relação a nossos dois principais personagens trabalhados na literatura de Olho de Boto, pode-se perceber que em cada sociedade, em sua pertencente época, há a utilização de parâmetros, seja de leis, decretos e outras formas de discursos de ódio, não apenas para justificar o preconceito contra aqueles que não se enquadravam nas normas sexuais conservadoras preestabelecidas a serem seguidas, mas que ao mesmo tempo partem desse princípio para atuarem contra o direito de amor desses sujeitos que amam outros homens.

Inajacy esperava ansiosamente o dia em que enfim iria poder consumir o seu relacionamento com Inajá por meio de uma linda cerimônia de casamento com direito a vestido de noiva e tudo na comunidade na qual cresceu e que se constituiu como pessoa. Foi nesse lugar ainda em que viu florescer dentro de si um sentimento de forte afeição e atração por um outro rapaz do povoado, considerado em seus olhos como o mais lindo, o mais especial dentre todos e mesmo sabendo que a intenção de levar a frente esse relacionamento

poderia lhe custar caro, inclusive a própria vida e a de seu amado, a força de vontade de findar esse desejo prevalecia mais do que qualquer tipo de repressão a ser praticada. A notícia de que os dois iriam firmar o seu amor através do enlace matrimonial não despertou em algumas personagens da história as devidas sensações emotivas que esse ato por si só desperta naqueles que veem a união de duas pessoas tornar-se mais forte e mais bela (LARÊDO, 2015, p. 15).

Muito pelo contrário, ao se darem conta de que dois homens conhecidos da comunidade de Inacha estavam às portas de oficializarem o seu relacionamento, a parcela da população reacionária do lugarejo composta principalmente pelos agentes membros do sistema militar, os quais se destacam policiais, juízes e médicos, bem como os sujeitos influentes da região entre eles uma associação de pessoas chamada de “liga das senhoras conservadoras” fizeram de tudo para atrapalhar a união de nossas duas principais personagens na história. Inclusive, essa associação de senhoras religiosas em que a narrativa detalha ajuda na reflexão de como esses setores conservadores da sociedade brasileira e também amazônica da segunda metade do século XX estabeleceram-se como uma das principais redes apoios ao regime de ditadura civil militar do país, principalmente no que diz respeito às ofensivas cometidas contra a população homoafetiva do período e na literatura isso é representado quando o livro narra que:

Liga das Senhoras ajustava umas providências. Vamos dizer que estavam chateadas, que é o nome mais brando e respeitoso que se pode dar ou chamar pra aquele estado de espírito dessas madames, vamos denominar de revolta que se pode dar, respeitosamente, àquela angustia que viviam e sentiam diante do que se chamavam de imundo, para elas, a imunda, intensa e crescente pederastia, grassando direta (...) Onde já se viu dar trela para dois efeminados que já vivem na maior sem-vergonhice e agora resolvem se que querem se casar. Casar? Isso é termo que se aplique? Casar, casam um homem e uma mulher que se amam, que se preparam, que querem construir uma família, e agora essa situação... Não podemos admitir! Isso não fica assim (LARÊDO, 2015, p. 28).

A narrativa organiza as suas construções de ideias no livro em “estações” ao invés de “capítulos”, e no início de cada um deles há a apresentação dos trâmites envolvendo o acontecimento do casamento entre os dois homens. Ao todo são apresentados para os leitores e leitoras quinze estações na obra, onde elas introduzem e atualizam ao leitor sobre a situação de Inajá e Inajacy frente à tentativa de consumação do matrimônio. E logo na primeira estação, intitulada de “julgamento” pelo escritor onde acontece a deliberação por parte dos moradores da comunidade acerca do casamento dos dois rapazes, percebe-se como a

população de Inacha encarou a decisão dos personagens em levar adiante o seu relacionamento. A história já começa pelo ponto de partida no qual o casamento entre os sujeitos havia sido interrompido pela população da comunidade contrária ao amor dos dois rapazes e ao longo dos capítulos ao mesmo tempo em que existe o passo a passo do processo de opressão cometido pelos moradores de Inacha ao casal homoafetivos, há também de maneira minuciosa o desenvolvimento do romance de nossos indivíduos amazônidas.

Inajacy, com seu vestido de noiva, passa por interrogatórios pela personagem “Ponciano” onde ele se caracteriza como um importante sujeito da classe conservadora na região e fica a cargo dele questionar e julgar os motivos da tomada de decisão dos personagens principais. Quando ele pergunta a Inajacy quem a personagem era, ele tem como resposta “uma mulher”, o que Ponciano responde “que farei com isto que se diz mulher?” e ao perguntar isso o autor demonstra que a turba em volta de Inajacy permanece revoltada com a situação querendo que o indivíduo “leve uma grande pisa! Que seja castigado! Dá um banho de urtiga braba pra nunca mais ele vir com graça” (LARÊDO, 2015, p. 15).

É muito interessante, dessa maneira, perceber a própria escolha do romance em apresentar a personagem em questão - Ponciano -, como sendo um dos principais sujeitos conservadores da narrativa que possuía em mãos um pequeno tipo de poder o qual, por sua vez, acabava ditando as decisões no povoado amazônico, onde a sua atitude máxima na história é representada pelo impedimento do casamento dos dois rapazes amazônidas. A origem do nome nos remete, portanto, ao do Papa Ponciano da igreja católica de Roma, tendo o pontificado durado do ano de 230 a 235, sendo conhecido também como aquele que foi exilado e renunciado ao poder. Ao narrar essa passagem, portanto, tem-se a percepção de que o povoado de Inacha não encarou com muita cordialidade o casamento entre os dois sujeitos atuantes da narrativa, uma vez que foi necessário haver um julgamento dos dois por parte da população para que aquela situação fosse “resolvida” o que contribuiu para que o casamento que em suma deveria ser uma importante comemoração fosse elevado a um caso de polícia.

O interessante de se analisar nessa parte, assim como outras que aparecem adiante na história, é que a questão da não aceitação do homoerotismo de Inajá e Inajacy parte não apenas dos moradores e moradoras da região, mas, sobretudo dos chefes de estado que, a serviço do regime ditatorial amazônico, atuam como controladores dos problemas sociais caracterizados como “subversivos”, não somente do discurso de ordem promulgado em relação “a moral e aos bons costumes”, apoiado em grande medida pelas famílias conservadoras do país a época da Ditadura Civil Militar, assim como exerce também um papel de defensor daqueles que ousassem intervir no funcionamento dos governos militares. A

sintetização desse trecho enfatiza que as sexualidades consideradas como “dissidentes” pelo discurso ditatorial eram reprimidas não somente por motivos conservadores em defesa da manutenção da estrutura patriarcal e heterossexista, ainda que esse motivo existisse a preocupação com a própria autonomia dos governos militares fazia com que o regime se estabelecesse em uma postura constantemente de alerta contra toda e qualquer ameaça ao andamento do sistema (COWAN, 2014).

Nesse sentido, observa-se a partir da passagem em que Inajá e Inajacy são interrogados pelo chefe da comunidade e posteriormente levados para a polícia local para as devidas investigações que os sujeitos homoafetivos daquela época não eram considerados como pessoas de confiança, uma vez que para além do discurso a favor da moralidade e dos bons costumes do período, as sexualidades acusadas de tentarem “subverter” o regime reafirmando a sua existência numa sociedade conservadora e opressora também tinham que lidar com as acusações de práticas envolvendo o comunismo. A partir da literatura amazônica produzida com as inspirações de temporalidade mediante ao contexto de ditadura civil militar é possível afirmar que essa premissa determinada pelos militares e pela sociedade conservadora acerca das homossexualidades do período possivelmente fizeram-se presentes também no território amazônico como mostra a literatura produzida influenciada diretamente em aspectos característicos da região.

O amor de Inajá e Inajacy mais do que uma forma de resistência construída através do discurso literário com influências na própria realidade da localidade em questão, a história romântica dos dois ainda apresenta-se como um dos possíveis caminhos de entendimento que auxiliam na compreensão da forma de atuação dos governos militares e de sua força repressora direcionada principalmente aqueles sujeitos cuja homossexualidade era considerada subversiva tanto para a norma reguladora dos costumes, quanto para a manutenção da segurança do sistema ditatorial.

Atrelada a essas perspectivas, tem-se a concepção de que o romance entre os dois rapazes pode ser encarado como uma das formas de representação das homoafetividades amazônicas em tempos repressivos, pois o livro ao detalhar os acontecimentos desenrolados por intermédio do casamento entre os dois personagens faz isso ao mesmo tempo em que mostra a reação por parte da sociedade acerca da situação e as formas de resistência empreendida entre os dois indivíduos frente o seu amor, sobretudo ocasionadas através das tomadas decisões do sistema militar em contrariedade a essa união. Roger Chartier (CHARTIER, 1990), em seus trabalhos sobre a História Cultural e o conceito de representação discute que esse termo em grande medida constitui-se da necessidade do modo

como significamos e damos significado aos outros e a literatura ao representar e atribuir mediante o seu discurso os sentidos específicos aos acontecimentos em relação à narrativa apresentada envolvendo o romance homoamazônico contribui para que haja, em certo sentido, o estabelecimento dos significados dessa história através das representações utilizadas para a sua produção.

Como mostrado anteriormente, é possível pensar o contexto histórico de ditadura civil militar no Brasil colocando como foco de investigação os modelos de opressões os quais o Estado desenvolveu para combater as sexualidades dissidentes do período, entre elas as próprias homossexualidades. Isso só teve êxito pelo apoio da camada conservadora da sociedade e também pelas brechas de decretos e leis promulgadas pelos militares para a regulamentação do golpe e das suas forças de atuação no regime frente aos objetivos estabelecidos de uma completa vigilância contra tudo aquilo que pudesse seguir caminho contrário às normas até então estabelecidas de manutenção da ideologia vigente da ditadura.

Além disso, boa parte dos registros encontrados para pesquisa em relação ao impacto do sistema contra as sexualidades existentes no respectivo contexto militar direcionam-se apenas para o eixo Rio de Janeiro – São Paulo, onde querendo ou não essas atuações foram mais fortes e visíveis de serem analisadas por meio das documentações colocadas muito por conta do número populacional crescente nas regiões urbanas dessas duas cidades no final da década de 1970. Contudo, parte-se da ideia de que mais importante do que entender a implicação cometida pelos militares e seus agentes de segurança aos sujeitos homossexuais deslocando-se, portanto, daquilo que já está posto na historiografia e passando a lançar um novo olhar de estudos para a temática é refletir sobre em que medida o território amazônico que também foi palco da presença dos governos militares cuja execução voltava-se para um discurso desenvolvimentista de cunho capitalista para a exploração do espaço, empreendeu ações contra as homoafetividades amazônicas.

As literaturas produzidas com inspirações na Amazônia como a utilizada nesse trabalho, por exemplo, contribuem para as interpretações investigativas sobre as estruturas das sexualidades em meio a um tempo opressor de negação a esse direito. Pensar essas questões é ir ao encontro com as próprias ideias de Walter Benjamin quando ele, preocupado em construir novos modelos de abordagem para a história, passou a refletir sobre a narração como uma via fundamental para a constituição do sujeito, fazendo com que esse método se distanciasse do modelo de tratamento da historiografia tradicional e de suas produções (BENJAMIN, 1987). Ou seja, para ele falar acerca do ponto de vista da história dos vencidos seria mais interessante do que referir-se a história dos vencedores, uma vez que essa última

está ligada diretamente ao fazer historiográfico tradicional e que também é a história presente em nossos livros onde por muito tempo esse discurso foi encarado como o único possível de atender aos anseios investigativos do passado e de seus fatos históricos. Estudar a história a respeito de uma literatura até então pouco conhecida entre a sociedade que em suas linhas fictícias elucida o amor homoafetivo envolvendo dois sujeitos amazônicos viventes dentro de um contexto repressor, como a ditadura, é de certa forma chamar atenção para a constituição da própria história dos vencidos, como enfatiza Benjamin a partir de suas indagações.

A forma como uma sociedade entende o que significa a palavra “amor” e as variantes relacionadas a ela diz muito sobre a maneira como as pessoas viventes desse lugar estão estruturadas em relação ao tempo. Na Inglaterra do século XIX vivenciada pelo poeta Oscar Wilde por mais que existisse um certo estímulo às artes por parte do Estado, simultaneamente a vida da população estava na vigência de um conservadorismo promulgado pela época em que reinou a rainha Vitória fazendo com que inclusive esse período fosse denominado pela história de “era vitoriana” (1837-1901), no qual havia a ideia de que um relacionamento entre dois homens não poderia representar nada ao menos de que um crime, o que possibilita a interpretação de que essa questão estava ligada com uma linguagem punitivista aplicada por parte dos indivíduos e do poder local sobre a vida privada de outros sujeitos que não concordavam com as tomadas de decisões articuladas através de um véu tradicionalista. A história detalhada pela literatura amazônica estabelece alguns pontos de diálogo com relação a essa concepção do comportamento de uma determinada sociedade em um tempo específico voltado para um olhar de vigilância e punição contra um grupo considerado como transgressores da norma.

A comunidade de Inacha por mais que na história apresente-se como um espelho cultural amazônico onde as culturas constantemente estão cruzadas com os acontecimentos narrados pelo livro e que constitui as subjetividades de cada personagem, também respondeu com atitudes de não aceitação ao relacionamento de Inajá e Inajacy. O procedimento realizado pelo povoado, como citado anteriormente por passagens da obra, em relação ao casamento das duas personagens foi ocasionado pela reação conservadora de alguns sujeitos da sociedade, sobretudo daqueles que se não atuavam diretamente para o regime de ditadura militar ao menos demonstravam um amplo apoio nas repressões cometidas contra os indivíduos considerados como um sinal transgressor de ameaça para a manutenção do sistema e do discurso conservador, ambos considerados como o pilar de sustentação do sistema instaurado no Brasil a partir do golpe de 1964.

Ao estruturar as ações realizadas de contrariedade à união homafetiva das personagens da história, o livro informa que o casal ao ser cercado pela população que soube acerca do casamento decidiu então que as providências a serem tomadas precisavam passar pela interferência dos comandantes da região, que em grande medida consistiam em policiais, médicos, juízes e soldados, isto é, o próprio braço armado da ditadura na região amazônica no qual ditavam as regras da vida em sociedade naquele período e local. Os “representantes dos manda chuvas”, “das classes conservadoras” e das “autoridades” como são chamados na narrativa eram justamente essas pessoas que na comunidade impunham o seu poder e autoridade em consonância com o que promulgava a ideologia militar.

As nossas personagens, dessa forma, viviam sob o domínio desses chefes de estado que promoviam práticas de constante vigilância em relação aquilo que era considerado de interesse para o sistema. A linguagem utilizada pelo livro é interessante de ser analisada, uma vez que há um certo contraste sobre o cotidiano dos moradores e moradoras marcado por um falso sentimento de liberdade em suas decisões e o autoritarismo dos militares reinante na localidade.

Vivendo sob o domínio da escravidão, latifúndio brabo, patriarcalismo profundo, quem não obedecesse era preso. Imperava o autoritarismo. Ninguém abria o bico. Convivia-se com a censura e ausência de liberdade. As trevas dominavam o ambiente em total escuridão. Nas matas a situação esquentava e a ditadura fechava os portões com duas letras e um número: AI-5. Decreto severo que não deixou ninguém votar, proibia manifestações políticas e culturais e a censura às publicações da imprensa e peças de teatro e cinema e arrochou com a segurança, e tudo era culpa do comunismo porque os comunistas estavam em toda a parte, ora veja, na igreja e na peleja. Em torno de cinquenta homens espalhados pelo piquiazal. Repressão braba do golpe militar (LARÊDO, 2015, p. 113).

A partir dessa passagem do romance, pode-se perceber que existe um debate importante em relação ao contexto histórico em que a história é construída, pois o autor ao descrever os episódios de opressão comandados pelos militares no território amazônico, ele permite o deslocamento do nosso olhar do costumeiro cenários das capitais situadas no centro sul para o interior da floresta amazônica para pensarmos as consequências nefastas da ditadura, sobretudo contra os sujeitos mais vulneráveis. Parece ser um tanto quanto impossível que em meio a esse contexto de repressão a qual havia se introduzido no território de Inacha dois homens pudessem firmar o seu amor mediante a cerimônia de um matrimônio, mas como a literatura e seu discurso fictício apresenta “impossível” é uma palavra forte

demais já que tudo é possível quando se trata de representar um acontecimento nas suas linhas que sempre enveredam para grandes surpresas.

Assim como o livro encarrega de exibir o respectivo acontecimento da narrativa, por sua vez a história através de seus registros possibilita a interpretação de que mesmo existindo o caráter opressor do estado as pessoas homossexuais continuaram manifestando a sua existência, subjetividade e formas de luta na qual estava no centro dessas reivindicações o direito de amar quem quisessem sem discriminação. Na Amazônia de fins da década de 1960 também não foi diferente, pois Inajá e Inajacy mediante a decisão de levar em frente o seu romance chocaram toda a sociedade de Inacha com a notícia de que os dois estavam às portas da igreja para oficializarem a sua relação, porém não conseguiram concluir de imediato o seu desejo por conta da reação das personagens conservadoras e contrárias a união homoafetiva dos dois.

Após o cerceamento do casal pelos sujeitos, os comandantes da região decidiram averiguar se a afirmativa colocada por Inajacy quando essa personagem vestida de noiva questionada de sua identidade dizia ser mulher era realmente verdadeira e isso fora feito como mostra a história pelo envio dos dois personagens para o médico da região e depois encaminhados para a delegacia de polícia da comunidade para que assim, segundo eles, o caso fosse devidamente “resolvido”. Inajacy e Inajá são levados e submetidos para a investigação do médico do povoado para que ele pudesse exercer as devidas exames médicas onde o livro diz que “o médico começa o ritual do exame para verificar se realmente procede a acusação de que se trata de menor de idade, homem ou mulher” (LARÊDO, 2015, p. 33) e posteriormente ainda detalha que “o que se vestia de homem, o noivo, estava com o terno dele, de homem, porque era a noiva que eles foram investigar se era noiva mesmo, se era mulher” (LARÊDO, 2015, p. 35) .

O fato de haver na narrativa o detalhamento desse ato e de outros posteriores que representam as atitudes conservadoras da sociedade amazônica durante o regime militar converge para com as investigações realizadas contra os funcionários do MRE documentados pelo Arquivo Nacional iniciadas em 1969 na qual constam os motivos das denúncias voltadas pela acusação de suas homossexualidades, pois assim como eles Inajá e Inajacy também sofreram com essas investidas por parte do sistema ditatorial e sua constante vigilância as sexualidades vistas como subversivas.

Inajacy e seu amado, portanto, são investigados perante os mandachugas do povoado onde primeiro há a averiguação médica para a compreensão do gênero da personagem que estava vestida de noiva e segundo a decisão da prisão dos sujeitos que são levados para a

delegacia da localidade para, segundo a visão da sociedade conservadora e do regime militar, pagarem pelo ato transgressivo de afirmação do seu amor.

O vestido de noiva, da noiva, não era mais nem a sombra do que fora. Quando Ponciano mandou soltar Bacabas no lugar da noiva e esta foi examinada pelo médico, o leitor já sabe o que sucedeu. O vestido foi devolvido pela janela do posto de saúde de onde fora arremessado e a noiva pode se recompor e vir à rua para a caminhada até a delegacia de polícia. Os soldados tentaram tirar a roupa a fim de que a noiva ficasse ainda mais vexada e um soldado péssimo pegou um rolo de timbuí e pôs como coroa na cabeça da noiva para servir de zombaria (LARÊDO, 2015, p. 153).

A repressão ocasionada através das medidas médico-patológica e da polícia contra nossos dois amantes na história corresponde ao que Michel Foucault em seu trabalho “Vigiar e Punir” (1975) reconhece como “o espírito da prisão”, quando nessa ação o indivíduo detido passa a entrar em contato com as dimensões físicas e psíquicas do ambiente (FOUCAULT, 1987). O casal na história passa então por etapas de investigação por parte da sociedade conservadora, primeiro o cerceamento e o julgamento da população pela decisão de afirmação do amor dos dois, logo em seguida a examinação do médico do povoado em relação ao sexo dos noivos e posteriormente a sentença de prestar queixas na delegacia sobre o ocorrido e Inajacy é quem mais sofre pelas investidas dos agentes que trabalhavam para a ditadura no território, muito por conta do seu vestido de noiva e da reivindicação tanto de poder expressar a sua feminilidade e a sua forma de reconhecimento, quanto o amor que sentia pelo noivo Inajá.

O trecho do romance citado acima permite a afirmação de que o regime de ditadura instaurado no Brasil a partir de 1964 pelos militares e que, portanto, também se fez presente em território amazônico, parece ter alimentado o que pode ser chamado de “pequenos poderes”, dando condições para que uma parcela moralista da população do período efetivasse perseguições contra aqueles que não se enquadravam na norma estabelecida pelo regime. O que possibilita a afirmação de que ao mesmo tempo em que Inacha configura-se enquanto um espelho cultural amazônico, também pode ser considerada como uma comunidade de cultura homofóbica pelo preconceito destinado ao casal homoafetivos da história.

Arelada a essas perspectivas, a literatura demonstra que os romances homoafetivos situados no interior amazônico igualmente foram atravessados pelo olhar de patrulha contrário a qualquer manifestação da sexualidade que não se compusesse por aquela estabelecida a ser seguida influenciada diretamente pela ideologia patriarcal, machista e homofóbica da sociedade vivente durante o respectivo período que instalara-se no Brasil em 1964, levando

nesse sentido essas premissas para o território da Amazônia e disseminado através de sua população. O caso amazônico envolvendo Inajá e seu amado reflete esse estigma historicamente e socialmente construído sobre os indivíduos homossexuais, pois a desconfiança sobre a identidade homoafetiva tem origem no fato de que a identidade sexual situa-se em uma fronteira binária entre o masculino e o feminino. Segundo Judith Butler, a heterossexualização do desejo estabelece a produção de oposições discriminadas entre “feminino” e “masculino”, no qual esses são compreendidos como atributos expressivos de “macho” e de “fêmea” (BUTLER, 2003, p. 44).

Portanto, viver a homoafetividade em regimes autoritários requeria por parte dos sujeitos o silenciamento das suas subjetividades e do seu desejo sexual em favor da ordem social estabelecida pelas autoridades do sistema, constituído pela estrutura heterossexual que condenava as outras formas de sexualidade, como a homossexual, por exemplo. Caso contrário era julgado como um subversivo, aquele que se colocava contra os discursos dos governantes autoritários e, por essa razão, punidos com os rigores da lei (OLIVEIRA; ALMEIDA, 2018). A literatura amazônica ao apresentar como enredo principal o amor de dois indivíduos nos tempos em que desenrolava-se no território as políticas decretadas pelos governos militares, contribui para o entendimento de que o romance homoerótico configura-se como uma importante articulação de resistência dos sujeitos contra as duras investidas do regime, mesmo com a utilização por parte do Estado de práticas para impedir que se consumasse a oficialização do casamento dos dois personagens na comunidade fictícia de Inacha.

As homoafetividades amazônicas oriundas de períodos autoritários, como a explicitada em *Olho de Boto* a partir da narrativa amorosa entre Inajacy e Inajá, não é a única que auxilia na compreensão das formas de estabelecimento das sexualidades consideradas como indevidas aos olhos da sociedade opressora e conservadora em temporalidades de profundas supressões de direitos, pois nas dimensões globais da Amazônia os escritos literários de outras localidades latino americanas também se preocuparam em construir narrativas que em grande medida abordassem em suas linhas de composição os desdobramentos da temática homossexual relacionada a noções de tempo de intensas transformações políticas e sociais, sobretudo ao longo da segunda metade do século XX. Mário Vargas Llosa, escritor peruano, viveu intensamente o engajamento no campo intelectual ao tomar posição nos combates políticos a sua época, ele nos anos de 1960, 1970 e início da década de 1980, se envolveu em grandes debates e inúmeras polêmicas na América Latina e participou de grandes discussões envolvendo revolução, socialismo, o papel do intelectual e a função política e social da

literatura produzindo discursos fomentadores de debates que estenderam-se por quase todo o espaço latino americano e, nesse sentido, ele se enquadra ao “modelo” de um intelectual que buscava aproximar as perspectivas políticas do contexto vivenciado por ele com as produções de cunho intelectual e literário (COSTA, 2013, p. 155). Vargas Lhosa como um aspirante revolucionário apoiou, assim como uma parte considerável de intelectuais latinos americanos a Revolução Cubana em seu início, contudo esse mesmo apoio foi diminuindo na medida em que havia constantemente o endurecimento por parte do regime.

Aos anos de 1981, o escritor publicou o livro “Entre Sartre e Camus” no qual teceu significativas reflexões a temas que referiam-se a vocação e a crítica literária, a revolução, a política e seu comprometimento com a liberdade. Como afirmou o próprio autor, a obra foi produzida com o intuito de exemplificar o seu próprio engajamento político como escritor e o fazer literário que, segundo ele, precisavam andar juntos de mãos dadas e justamente com essas influências de Sartre e o reformismo proposto por Camus, quando ele dizia que a política era apenas um componente dentre as experiências humanas, mas que ao mesmo tempo ditava de forma ampla as tomadas de decisões em sociedade, Vargas Lhosa escreve o romance no qual articula através de suas páginas um debate voltado para a realidade social latino americana realizando, dessa forma, um cruzamento entre história, política, literatura e a homossexualidade. O romance “História de Mayta”, publicado em 1984 é, em certo sentido, fruto desse contexto em que Vargas Lhosa abraçava o reformismo de Camus e afasta-se cada vez mais dos ditames autoritários que acompanhavam o processo de fechamento político da Revolução Cubana (COSTA, 2013, p. 156).

A obra literária é ambientada no Peru dos anos de 1960 e o autor narra ao longo da construção de sentidos do livro a trajetória do trotskista Alejandro Mayta o nosso protagonista da história, um guerrilheiro homossexual que pretendia tomar o poder e converter o país ao socialismo, no qual o enredo da narrativa corresponde a uma profunda reflexão sobre a condição da América Latina, a violência terrorista em seu país e a relação entre movimentos revolucionários e a homossexualidade (VARGAS LLOSA, 1984). A obra de Vargas Lhosa apresenta-se como uma importante fonte para o entendimento acerca do contexto político e social da América Latina em meados dos anos 60 e a relação das mudanças efetivadas, sobretudo em torno da Revolução Cubana e a temática das homossexualidades existentes nessa respectiva temporalidade. Mayta era um sujeito que nutria um profundo sentimento de transformação e de esperança a partir das suas próprias convicções político partidárias, pois ele como um guerrilheiro enxergava na revolução e nos caminhos que levavam para o socialismo a verdadeira rota de mudança de seu país. Contudo, a sua condição como

homossexual não permitiu que ele realizasse as suas pretensões políticas por conta da visão que a sociedade e a revolução no período possuíam acerca dos sujeitos que amavam outros homens.

Mário Vargas Lhosa, desse modo, constrói uma história que leva em consideração os próprios caminhos da realidade em que a América Latina, a partir do caso peruano, estava tomando mediante as transformações políticas no território ao longo da segunda metade do século XX. História de Mayta é, sobretudo, um livro profundamente literário, mas que ao mesmo tempo elucida para os leitores e leitoras os dilemas das esquerdas nos anos sessenta e setenta, colocando o discurso ficcional como um espaço legítimo para as reflexões políticas (COSTA, 2013, p. 170). Em História de Mayta, Vargas Lhosa expressa o seu repúdio ao extremismo revolucionário, à violência política e ao preconceito contra os homossexuais e a condição do guerrilheiro na narrativa como sujeito homafetivo constitui uma via de interpretação de suma importância para entendermos a situação pela qual esses sujeitos estigmatizados por sua sexualidade enfrentaram para poder estabelecerem-se em uma sociedade e em um tempo em que sustentava profundas opressões contra o direito desses indivíduos.

A Amazônia peruana dos anos 1960, dessa forma, anda de mãos dadas com a Amazônia brasileira de fins do mesmo período nos caminhos de compreensão acerca da organização das homoafetividades amazônicas em tempos repressivos, onde a pluralidade de abordagens por meio das literaturas e os respectivos contextos históricos inspirados para a confecção das narrativas exemplificam as opressões direcionadas a esse público da sociedade que sofreram com o impacto das ideologias promulgadas pelos regimes autoritários do século XX, seja o fechamento político da Revolução Cubana ou as repressões mobilizadas pela ditadura civil no militar no Brasil.

Assim como Mayta na literatura peruana utilizou-se das suas convicções políticas para tentar mudar a sociedade a qual fazia parte, embora o regime no qual estivesse posto no tempo em que vivia negasse o direito de sua existência, o fato de haver o registro na história de um guerrilheiro homossexual aspirante ao socialismo faz com que mesmo esse discurso sendo ficcional, forneça para nós os caminhos interpretativos das resistências dessas sexualidades dissidentes em contextos históricos de profundas opressões destinadas aos sujeitos que não enquadravam-se na norma estabelecida pelo conservadorismo vigente.

Inajá e Inajacy, através do seu amor, também empreenderam por meio da consolidação de seu romance arte, uma forma de resistência, registrada na arte, contrária à ideologia promulgada pelo regime de ditadura civil militar. Quem diria que, no meio da floresta

amazônica pudesse acontecer um evento que colocaria em debate a união homoafetiva de duas personagens numa comunidade que jamais poderia imaginar a realização desse tipo de acontecimento? Justamente em um povoado em que o comando das decisões passava primeiro pelo braço armado do estado, composto em sua maioria por médicos, juízes e policiais. O livro permite a interpretação de que embora havendo a tentativa opressora direcionada contra o nosso casal de noivos da narrativa, como as passagens detalhadas anteriormente acerca do passo a passo das medidas cometidas pelo discurso conservador e autoritário ambos contrários a realização do casamento, as personagens mesmo em meio a um solo que não reconhecia como válido o seu desejo de união mobilizaram maneiras de resistir a essas práticas para enfim conseguirem a tão ansiada cerimônia de casamento como símbolo maior do amor no qual um sentia pelo outro. Numa das passagens que apresentam a resistência por parte do casal em defesa da sua relação o livro descreve que:

Já se aproximando da delegacia, Inajacy, abatida pela dor e vendo suas forças esgotadas, ainda tem ânimo para consolar grupo de homossexuais que, chorando, lamentavam o sofrimento dela. Dizia: “É esta a parte que me cabe neste latifúndio para que vocês todas possam, um dia, casar sem problemas com os amados de vocês e que esta sociedade hipócrita” (...) A grande multidão suava, o sol intenso. O grupo de homossexuais é considerável. A noiva, buscando na fraqueza, força, diz: “Bichas de Cameté e de toda parte. Uni-vos! Vai raiar o dia em que seremos compreendidas, poderemos viver sem ter que enfrentar problemas desse tipo. Estaremos livres do preconceito e da discriminação (LARÊDO, 2015, p. 123).

A atitude expressada por Inajacy, frente à opressão da comunidade conservadora, exprime que os amores homoafetivos amazônicos persistiram mesmo com o controle das sexualidades por parte dos governos autoritários em tempos repressivos e a personagem ainda reconhece que existe um determinado preço a pagar ao assumir a sua identidade homoafetiva em uma sociedade situada em um período de tempo que não reconhece como válido o amor defendido pelos dois sujeitos, principalmente pelo conhecimento da protagonista da história “dos ideais de tradição patriótica e dos valores patriarcais, das elites brasileiras que sempre se apresentam muito defensivas e, por isso mesmo, particularmente vulneráveis ao fantasma do desejo desviante” (TREVISAN, 2002, p. 157). A fala da personagem ainda configura como um determinado tipo de resistência em relação às condições que os mais vulneráveis, incluindo ela própria, vivem na região. O trecho “é esta a parte que me cabe neste latifúndio” nos remete a canção de Chico Buarque “Funeral De Um Lavrador” (1968) lançada ainda no contexto da ditadura, tendo servido inclusive de trilha sonora para o filme “Morte e Vida

Severina” (1977) o qual por sua vez faz uma denúncia do modo de vida dos mais pobres, sobretudo a partir da experiência da morte numa terra profundamente desigual.

Ao proferir o discurso de afirmação de seu amor para a comunidade de sujeitos homossexuais de Inacha e também para a parcela da população conservadora, bem como o desejo de realização do matrimônio com Inajá, seu grande amado, Inajacy contribui para que a narrativa mobilizada pela literatura amazônica constitua-se como “o amor que Ousa dizer o seu nome”, parafraseando a frase de Oscar Wilde, pois diferentemente da forma como ele construiu e deu sentido a essa sentença para representar um romance entre dois homens que não poderia ser manifestado aos olhos da sociedade por conta da opressão praticada de contrariedade a esse amor pelo conservadorismo vitoriano instalado no período o qual ele vivenciou, Inajá e Inajacy ousaram não apenas dizer o seu nome, mas, sobretudo ousaram afirmar igualmente o seu amor por meio de uma cerimônia de casamento numa comunidade cujo contexto histórico vivenciado pelos indivíduos era de profundas repressões contra os sujeitos não concordantes com a norma estabelecida a ser seguida.

A literatura amazônica “Olho de Boto”, publicada aos anos de 2015, ao fazer os usos da temporalidade correspondente à segunda metade do século XX, mais precisamente em 1967 como inspiração para a construção de sua narrativa amplia a nossa compreensão sobre como o regime de ditadura civil militar decretado pelos militares em 1964 através do golpe estabeleceu-se no território amazônico, partindo do princípio do impacto que o sistema afetou na vida dos sujeitos mais vulneráveis a época de sofrerem represálias por parte do Estado. Ademais, o grande evento do enredo que direciona-se para o casamento homoafetivo ocorrido na comunidade imaginária de Inacha no interior da floresta amazônica através das duas principais personagens, Inajá e Inajacy, compõe-se como um dos caminhos possíveis de compreensão acerca do estabelecimento das sexualidades consideradas como “dissidentes”, mais precisamente as homoafetividades, em tempos repressivos de constante punição e vigilância, onde os indivíduos que reconheciam-se como homossexuais ou outras demais expressões e identidades de gênero sentiam o impacto proferido pelo Estado contra as suas existências.

Assim, a história da resistência da ditadura militar na Amazônia também pode ser entendida pelo viés da literatura e do amor, pois essas duas abordagens específicas contam muitas histórias que, por vezes, passam despercebidas até aos olhos mais atentos, mas que dizem muito sobre a sociedade amazônica, os sujeitos que identificavam-se como homossexuais e o contexto onde desenrolam-se esses eventos, ao mesmo tempo em que essa

história de amor, situada no interior da floresta, também pode ser considerada como uma história universal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aqui, por hora, finda-se a história de um amor homo(ama)zônico realizado em 1967 no interior da comunidade de Inacha na floresta amazônica em meio ao regime de ditadura civil militar recentemente implantado no território. O romance de Inajá e Inajacy, dois sujeitos genuinamente amazônidas, marcados nesse sentido pela história e pela cultura da Amazônia, como demonstrado ao longo desse trabalho a partir das abordagens feitas pela literatura “Olho de Boto”, definitivamente constituem-se para a pesquisa como a tinta da viagem que espero colorir e substituir os espaços em branco deixados pelos silenciamentos em torno da temática em questão sobre a história, a literatura, o homoerotismo amazônico e o contexto ditatorial brasileiro.

Encaro o trabalho realizado aqui como uma importante possibilidade de aberturas de novas pesquisas no futuro, tanto em relação à ampliação do rol de fontes disponíveis, como de referências que tratam sobre o assunto para uma maior discussão em sociedade. A literatura de Olho de Boto foi a minha grande companheira nesse processo que por vezes se mostrava tranquilo, mas em outros momentos muito árduos por conta das responsabilidades que me foram surgindo no trato da fonte. As ideias mobilizadas ao longo dos capítulos desenvolvidos pretenderam, entre outras coisas, em mostrar que é possível pesquisar sobre a área de estudos da ciência da história dialogando diretamente com a literatura produzida no Norte do país articulada diretamente com as perspectivas de gênero e sexualidade, especialmente as voltadas para o homoerotismo e homossexualidade masculina.

O primeiro capítulo da monografia buscou tratar acerca da fonte mobilizada ao longo do desenvolvimento do trabalho, isto é, da literatura Olho de Boto mostrando em como ela, um romance, pode servir como base para os estudos historiográficos acerca da temática do homoerotismo na Amazônia e do contexto histórico da ditadura civil militar. Apresentar a obra logo no primeiro capítulo foi uma escolha voltada justamente para mostrar não apenas a trama da história, assim como as perspectivas culturais do local onde acontece à narrativa, mas principalmente afirmar como é possível construir um trabalho a partir desse tema.

O segundo capítulo procurou estabelecer uma nova análise do contexto histórico da ditadura civil militar no Brasil, ainda utilizando-se da literatura como principal base para os questionamentos, mostrando como o discurso conservador promulgado pelos militares e por uma comunidade de cultura homofóbica atingiram de forma violenta as vivências de sujeitos homoafetivos. O casamento de Inajá e Inajacy, no interior da floresta amazônica durante os

governos militares é um exemplo de suma importância sobre como estavam organizadas as homoafetividades em tempos repressivos além da própria percepção de maneira como esse tipo de amor era encarado em sociedade no período estudado.

Como dito no início da pesquisa, a minha proposta primeiro de tudo era a de contar uma história de amor, mas não de qualquer amor, pois as perspectivas postas na fonte literária na qual eu analisei me levaram a conceber esse relacionamento entre dois homens como único, não sendo capaz de ser encontrado em nenhum outro local a não ser na região amazônica. Iniciei falando de amor e termino querendo falar de liberdade, pois a defesa do amor, igualitário a todo mundo, sem repressão, preconceitos ou qualquer forma autoritária é o que instiga como futuro educador e também como pessoa. Parece óbvio, mas em tempos de extremismo e de autoritarismo escancarados como estamos vivenciando nos dias atuais, o óbvio precisa ser constantemente reafirmado e usado como uma importante ferramenta política.

O próprio período histórico direcionado para o regime de ditadura militar no Brasil e também na Amazônia como aborda a literatura, talvez seja um dos mais emblemáticos e necessários de ser investigado para uma melhor compreensão acerca das forças repressoras utilizadas pelo Estado e por uma parcela da sociedade civil conservadora contra a sexualidade de sujeitos que reconheciam-se enquanto homossexuais na segunda metade do século XX. Buscar essas respostas é ao mesmo tempo trazer a luz para a escuridão que ainda permeia os questionamentos sobre o assunto, sobretudo levando-se em consideração as homoafetividades amazônicas em tempos repressivos. Faz-se necessário que haja uma quantidade maior de estudos cujo foco de indagação perpassa pelo entendimento do regime ditatorial no país através de outros discursos históricos, como a literatura por exemplo, e a ótica das sexualidades.

Tratar sobre essas questões diz respeito não somente ao passado, mas principalmente também para as permanências do presente lançando desejos para o futuro. Até os dias de hoje, quando finalizo a escrita desse trabalho de conclusão de curso, o Brasil ainda é o país mais perigoso para pessoas LGBTQIA+ viverem, onde a opressão é na maioria das vezes a resposta para aqueles e aquelas que ousam dizer o seu nome e declamar o seu amor, sendo esse um direito que é básico a qualquer cidadão e cidadã que nasceu no Brasil, mas que infelizmente ainda é negado por conta do conservadorismo e do preconceito enraizados na história da sociedade brasileira que se faz presente ao longo dos séculos. Essa monografia também espera contribuir para o combate contra a repressão e preconceitos destinados a esses grupos sociais historicamente, fazendo com que haja uma reflexão da sociedade perante essas

questões, principalmente pelo avanço no corpo social brasileiro de uma política de caráter autoritária e conservadora de subalternização da comunidade LGBT.

Existe uma dívida histórica por parte daqueles que foram os responsáveis pelo golpe de 1964 que levaram os militares ao poder para com todas as pessoas que direta ou indiretamente sofreram com as violências causadas durante esse episódio da história brasileira, dentre elas os indivíduos que nutriam, como Inajá e Inajacy na literatura, um relacionamento amoroso com seu/sua parceiro (a), mas que de certa forma foram impedidos de viverem esse amor por conta das constantes investidas do Estado contra essas formas de união. Dessa forma, a pesquisa busca servir também de parâmetro para a busca dessas respostas e desses direitos em sociedade, fazendo com haja um maior debate e consequentemente uma maior articulação em sociedade em prol da defesa de amor dessas pessoas.

A literatura analisada serviu não apenas como uma fonte para as análises feitas ao longo do desenvolvimento do trabalho, mas acima de tudo como uma força e expressão artística na qual possibilitou o entendimento da complexidade do debate em torno da sexualidade homoafetiva e da ditadura civil militar na Amazônia, ampliando desse modo o próprio debate sobre a temática. Se ao longo do desenvolvimento dessa monografia me deparei com lacunas no que diz respeito à temática, o romance certamente auxiliou para que as páginas em branco fossem substituídas pela tinta literária. Inajacy e Inajá, a partir da sua decisão de casamento em 1967 na comunidade amazônica de Inacha em plena vigência do regime militar, ousaram dizer o seu nome do seu amor num contexto de pouco ou quase nenhum reconhecimento dessa união. Que mais Inajás e Inajacys ousem declamar o seu amor que certamente, tal qual o posto na literatura, irão ficar marcados na história.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Caio Fernando Abreu. **Morangos Mofados**. 4ª ED. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- AMADO, Jorge. **Capitães da Areia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- ARQUIVO NACIONAL. **Encaminhamentos da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça (DSI/MJ), Mês de Junho de 1979**. Disponível em <http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1319629&v_aba=1>. Acessado em 2 de julho de 2021.
- AZEVEDO, Aluizio. **O Cortiço**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.
- BALDWIN, James. **O Quarto de Giovanni**. Companhia das Letras, 2018.
- BALDWIN, James. **Terra Estranha**. Companhia das Letras, 2018.
- BATISTA, Iane Maria da Silva. **A Natureza nos Planos de Desenvolvimento na Amazônia (1955-1985)**. Tese (Doutorado em História Social da Amazônia) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará. 2016.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, Arte e Política. Ensaios sobre Literatura e história da cultura**. Vol.1. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.
- BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BORGES, Valdeci Rezende. **História e Literatura: Algumas Considerações**. Revista de Teoria da História Ano 1, Número 3, junho/2010.
- BOOP, Raul. **Cobra Norato**. 30ª ed. José Olympio, 1994.
- BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História – Novas Perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.
- CAMINHA, Adolfo. **Bom Crioulo**. 2. ed. – São Paulo: Martin Claret, 2013.
- CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural – entre prática e representações**. Rio de Janeiro: Memória e Sociedade, 1990.
- CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte, Autêntica, p. 25-42, 2009.

COSTA, Jurandir Freire. **A Inocência e o vício: estudos sobre o homoerotismo** – Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

COSTA, Adriane Vidal. **Política, Literatura e Homossexualidade no Romance História de Mayta de Mario Vargas Llosa**. In: História, Literatura e Homossexualidade. COSTA, Adriane Vidal; Barbo, Daniel (orgs.). Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

COWAN, Benjamim. **Homossexualidade, ideologia e “subversão” no regime militar**. In: Ditadura e Homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade. GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (orgs.). São Carlos: EdUFSCar, 2014.

FERREIRA, Antonio Celso. A fonte fecunda. In: PINSKY, Carla Bossanezi; LUCA, Tania Regina de (org). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. **A cidade dos encantados: pajelanças, feitiçarias e religiões afro-brasileiras na Amazônia ; a constituição de um campo de estudo 1870-1950**. 1996. 428f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 1996.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. **Os Vândalos do Apocalipse: Arte e Literatura no Pará dos anos 20**. Belém: IAP, 2012.

FICO, Carlos. **A pluralidade das censuras e das propagandas da ditadura**. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)**. Bauru: Edusc., p. 265-275, 2004.

FICO, Carlos. **Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**. Revista Brasileira de História. São Paulo: v.24, n.47, p. 29-60, 2004.

FICO, Carlos. **Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas**. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05 - 74. jan./abr, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

FOLHA DE SÃO PAULO, 23 de maio de 1980, p. 9.

FOLHA DE SÃO PAULO, 27 de maio de 1980, p. 11.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Caderno Mais!** São Paulo, 21 de maio de 1995.

FOLHA VESPERTINA. **“Dois homens se casam, em Cameté”**. Belém, 28 de dezembro de 1967.

FRY, Peter. **Leónie, Pombinha, Amaro e Aleixo: prostituição, homossexualidade e raça em dois romances naturalistas**. In: Caminhos Cruzados: Linguagem, Antropologia e Ciências Naturais. Editora Brasiliense: São Paulo, 1982.

FRY, Peter. **Para Inglês ver: identidade e política na cultura brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GRECCO, Gabriela de Lima. **História e Literatura: entre narrativas literárias e históricas, uma análise através do conceito de representação.** Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, vol. 6 Nº 11, Julho de 2014.

GREEN, James N; POLITO, Ronald. **Frescos Trópicos: fontes sobre a homossexualidade masculina no Brasil (1870-1980).** Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2004.

GREEN, James N; QUINALHA, Renan (orgs.). **Ditadura e Homossexualidades: Repressão, Resistência e a busca da verdade.** São Carlos: EdUFSCar, 2014.

GREEN, James N. **O grupo somos, a esquerda e a resistência à ditadura.** In: Ditadura e Homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade. GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (orgs.). São Carlos: EdUFSCar, p. 177-200, 2014.

GREEN, James N. **Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX.** São Paulo: Editora Unesp, 1999.

HATOUM, Milton. **Dois irmãos.** São Paulo: Companhia das letras, 2000.

LANGARO, Janaína Júlia. **Um estudo da repressão contra homens homossexuais dentro do Ministério das Relações Exteriores a partir da sua Comissão de Anistia.** Aedos, Porto Alegre, v. 11, n. 24, p. 49-61, Ago. 2019.

LARÊDO, Salomão. **Olho de Boto.** São Paulo: Empíreo, 2015.

LOPES, José Reinaldo de Lima. **Da dissidência à Diferença: direitos homossexuais no Brasil da ditadura à democracia.** In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (orgs.). Ditadura e Homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade São Carlos: EdUFSCar, p. 273-299, 2014.

MACÊDO, Sidiana da Consolação Ferreira de. **Do que se come: Uma História do abastecimento e da alimentação em Belém 1850-1900.** 1ed. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2014.

MCRAE, Edward. **Identidades homossexuais e movimentos sociais urbanos no Brasil da “Abertura”.** In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (orgs.). História do Movimento LBGT no Brasil – 1ªed. – São Paulo: Alameda, 2018.

NUNES, Alexandre Rodrigues da Silva. **“A Amazônia já era...”: Operação Amazônia, da Exposição Amazônia brasileira aos PDAs: natureza e sociedade (1969-1980).** Tese (Doutorado em História) Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.

OCANHA, Rafael Freitas. **As Rondas Policiais de Combate à Homossexuais na cidade de São Paulo (1976-1982).** In: Ditadura e Homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade. GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (orgs.). São Carlos: EdUFSCar, 2014.

OLIVEIRA, Rubenil da Silva; ALMEILDA, Carlos Henrique Lopes de. **Homoafetividades em Regimes Autoritários: Memória, Identidade e História na Literatura Amazônica**. Revista Humanidades e Inovação v.5, n. 4 – 2018.

PERLATTO, Fernando. **História, Literatura e a Ditadura Brasileira: historiografia e ficções no contexto do cinquentenário do golpe de 1964**. Estudos Históricos: Rio de Janeiro, vol. 30, nº 62, p. 721-740, 2017.

PINTO, Júlio Pimentel. **A leitura e seus lugares**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

QUINALHA, Renan Honório. **Contra a moral e os bons costumes: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)**. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, 2017.

QUINALHA, Renan Honório. **Contra a Moral e os Bons Costumes: a ditadura e a repressão à comunidade LGBT**. Companhia das Letras, 2021.

QUINALHA, Renan Honório. **Uma ditadura hetero-militar: notas sobre a política sexual do regime autoritário brasileiro**. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (orgs.). **História do Movimento LGBT no Brasil – 1ªed.** – São Paulo: Alameda, p.15-38, 2018.

RICCI, Magda. **Cabanagem, cidadania, e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840**. Tempo, Niterói, v. 11, n. 22, p. 5-30, 2007.

RODRIGUES, Rita de Cassia Colaço. **De Denner a Chrysóstomo, a Repressão Invisibilizada as homossexualidades na ditadura**. In: **Ditadura e Homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade**. GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (orgs.). São Carlos: EdUFSCar, 2014.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão: Veredas**. 22ª ED. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SALLES, Vicente. **O negro no Pará sob o regime da escravidão**, 1971.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso: A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

VARGAS LLOSA, Mário. **História de Mayta. O romance mais polêmico dos últimos tempos**. Trad. Remy Gorga Filho. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1984.

VERÍSSIMO, José. **Cenas da Vida Amazônica**. São Paulo: Editora Martins Fontes Paulista, 2011.